



INSTITUTO
FEDERAL
AMAZONAS

RELATÓRIO DE GESTÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS

2018



INSTITUTO FEDERAL
Amazonas



INSTITUTO FEDERAL
Amazonas

RELATÓRIO DE GESTÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS

2018

ADMINISTRAÇÃO DO IFAM

REITOR DO IFAM

Antonio Venâncio Castelo Branco

PRÓ-REITORES

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Lívia de Souza Camurça Lima

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

José Pinheiro de Queiroz Neto

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Sandra Magni Darwich

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Jaime Cavalcante Alves

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Josiane Faraco de Andrade Rocha

DIRETORES GERAIS

Maria Stela de Vasconcelos Nunes de Mello
Campus Manaus Centro

Aldenir de Carvalho Caetano
Campus Manaus Zona Leste

José Carlos Nunes de Mello
Campus Manaus Distrito Industrial

Andrea Baima dos Santos Mota
Campus Coari

Adanilton Rabelo de Andrade
Campus Eirunepé

Jorge Nunes Pereira
Campus Humaitá

Leonor Ferreira Neta Toro
Campus Itacoatiara

Francisco Marcelo Rodrigues Ribeiro
Campus Lábrea

Ana Maria Alves Pereira
Campus Avançado de Manacapuru

Elias da Silva Souza
Campus Maués

Gutemberg Ferraro Rocha
Campus Parintins

Paulo Marreiro dos Santos Júnior
Campus Presidente Figueiredo

Elias Brasilino de Souza
Campus São Gabriel da Cachoeira

Dirceu da Silva Dácio
Campus Tabatinga

Aildo da Silva Gama
Campus Tefé

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU Nº 170/2018, DN TCU Nº 172/2018, orientações relacionadas ao formato de Relato Integrado e demais disponíveis no sistema E-Contas.

Elaboração – Setores da Reitoria e *Campi* do IFAM

Coordenação – Comissão instituída pela Portaria nº 23/GR IFAM, de 03 de janeiro de 2019, presidente Carla Condé Marques e Oliveira Bernhard

Organização – Michelle de Oliveira Barbosa Veras

Diagramação e Design Gráfico – Anne Karoline da Silveira Cabral

Mensagem do Reitor

Missão, objetivos estratégicos

O presente documento se refere ao Relatório de Gestão – exercício de 2018 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, cuja missão é “promover com excelência educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia”. Entre os objetivos dos Institutos Federais descritos no Art. 7º da Lei nº 11.892/2008 estão a promoção da educação profissional e tecnológica; a integração e verticalização da educação básica à educação profissional; e realização da pesquisa e extensão.

No âmbito interno, o planejamento está descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que informa os objetivos e as metas dos exercícios de 2014 a 2018, com detalhamento de metas anuais no Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP).

Prioridades da gestão

Entre as prioridades da gestão no exercício de 2018, pode se citar a execução do orçamento com prioridade nos objetivos estratégicos; observância de legislação e normas administrativas, e relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão; melhoria de indicadores e avanços no controle interno; criação de polos avançados, considerando a expansão da educação profissional e tecnológica; busca por parcerias para oferta de mestrados/doutorados aos servidores do IFAM.

Principais resultados

Em 2018, houve a ampliação de unidades do IFAM, com a autorização de funcionamento dos Campi Avançados de Iranduba e Boca do Acre.

Na área administrativa, controle e pessoal, os principais resultados envolveram a execução de 79,62% do orçamento autorizado para o exercício; a Implantação de Painel de Execução – demonstrações do detalhamento das informações sobre a execução orçamentária e financeira no



Antonio Venâncio Castelo Branco
REITOR DO IFAM

portal; o início da implantação do POP – Procedimento Operacional Padrão; Qualificação contínua através da realização de cursos de capacitação e *in company*, e Gerenciamento da qualidade de vida do servidor com a realização de atividades de interação entre os servidores.

Quanto às áreas fins, ocorreram avanços nos indicadores do Ensino, com destaque para o índice de eficiência acadêmica, que alcançou um resultado de 49,30% em 2018 contra 43,58 verificado em exercício anterior. Outros indicadores apresentaram avanços, tais como o aumento da relação candidato/vaga, que passou de 8,40% para 10,78% em 2018, e aumento da relação de ingressantes, de 27,91% em 2017 para 30,58% em 2018.

Entre os principais resultados da Extensão estão a realização de eventos e o Projeto Escola de Conselhos Tutelares da Amazônia Legal, entre outros, tais como Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX com oferta de bolsas; Incubadora de Empresas; Oferta de cursos; Acordo de cooperação, estágios e acompanhamento de egressos; Ações inclusivas e Produção acadêmica e administrativa.

Na área da pesquisa destaca-se a captação de recursos por meio de Editais de Agências de Fomento (CNPq e FAPEAM) para o desenvolvimento de atividades para servidores e alunos; oferta de Bolsas de iniciação científica; Programa de apoio ao Desenvolvimento Científico e de Inovação Tecnológica; e capacitação de servidores em programas de mestrado e doutorado.

Desafios e perspectivas para os próximos exercícios

A instituição possui uma organização pluricurricular e estrutura multicampi, com três *Campi* em Manaus e doze *Campi* no interior do Amazonas, com autorização de dois novos Campus no interior. Tal estrutura apresenta grande desafio, tendo em vista a logística envolver apenas a via fluvial ou aérea no interior, envolvendo custos de tempo de viagem e financeiros, pois não há voos diários na maioria deles.

Outro desafio relaciona-se à restrição orçamentária, principalmente a partir da Emenda Constitucional nº 95/2016, que limitou as despesas da União

ao montante gasto no ano anterior corrigido pela inflação, com o propósito de adequar o gasto público federal à capacidade de custear despesas.

Apesar de o Ministério da Educação ter liberado 100% dos limites de empenhos de custeio e de investimento em 2018, destaca-se que os referidos limites ocorreram de forma fragmentada, e principalmente no último trimestre, com liberação de grande parte dos limites, e Termo de execução descentralizada-TED. Essa liberação tardia causou reprogramações orçamentárias, e conseqüentemente, atrasos em execuções e pagamentos de serviços essenciais, e dificuldades na emissão de dotações orçamentárias, principalmente quanto às obras dos *Campi*, resultando em atrasos dos lançamentos de certames licitatórios.

No que se refere à gestão de pessoas, um dos principais desafios é a elaboração de normativos visando a implantação da “Gestão de Riscos Relacionadas a Pessoal”, além da criação e desenvolvimento de ações voltadas para elaboração de normas e implantação sobre Conflito de Interesses e o Desenvolvimento de políticas voltadas para área de pessoal.

Em relação às perspectivas, busca-se para os próximos exercícios a profissionalização da equipe gestora, aprimoramento na gestão de riscos, redução de gastos e melhoria na gestão de processos de contratações de bens e serviços, além da busca por investimentos em obras e reformas pela necessidade de se manter um padrão mínimo de funcionamento dos *Campi* e da Reitoria.

Lista de quadros

Quadro 1 – Principais Normas e Regulamentos do IFAM.....	20	Amazonas em 2018 e 2017.....	60
Quadro 2 – Laboratórios Auditados	26	Quadro 24 - Quadro de pessoal do Instituto Federal do Amazonas.....	61
Quadro 3 – Recomendações da Auditoria Interna, CGU e determinações emitidas pelo TCU.....	26	Quadro 25 - Distribuição dos servidores por tempo de serviço, faixa etária e sexo	62
Quadro 4 - Distribuição de bolsas de Iniciação Científica por programa e por Campus do IFAM no período de 2018-2019	33	Quadro 26 - Servidores por sexo, em relação a força de trabalho total	62
Quadro 5 - Valores repassados aos <i>Campi</i> para financiamento da SNCT	34	Quadro 27 - Distribuição dos servidores por deficiência	62
Quadro 6 - Cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu do IFAM.....	35	Quadro 28 - Distribuição dos servidores por faixa etária.....	62
Quadro 7 - Servidores participantes dos programas de qualificação por convênio e parcerias.	36	Quadro 29 - Servidores Técnico-Administrativos (PCCTAE) por nível de classificação	62
Quadro 8 - Índices do IFAM - metas TAM 2010.....	37	Quadro 30 - Servidores Técnico-Administrativos (PCCTAE), em relação a força de trabalho total	62
Quadro 9 – Visita técnico-pedagógica	38	Quadro 31 - Servidores Docentes (PEBTT), em relação a força de trabalho total.....	63
Quadro 10 – Atividades - Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada na Modalidade EJA/PROEJA.....	38	Quadro 32 - Professores Substitutos (PEBTT-Substituto), em relação a força de trabalho total	63
Quadro 11 – Ofertas de cursos de 2018.....	39	Quadro 33 - Servidores de outros regimes, em relação a força de trabalho total.....	63
Quadro 12 – Dificuldades e fragilidades dos <i>Campi</i>	39	Quadro 34 - Estagiários, em relação a força de trabalho total	63
Quadro 13 – Processo de Institucionalização da EaD	39	Quadro 35 - Força de trabalho total.....	63
Quadro 14 - Quantitativo de discentes atendidos com benefícios/bolsas concedidos.....	40	Quadro 36 - Distribuição dos servidores por carreira	63
Quadro 15 – Número de discentes atendidos pelo Programa Bolsa Permanência	40	Quadro 37 - Distribuição dos servidores por área de trabalho.....	63
Quadro 16 – Número de discentes atendidos e orçamento destinado ao Programa de Seguro de Vida em Grupo:.....	40	Quadro 38 - Distribuição dos servidores por unidade de exercício.....	63
Quadro 17 – Número de discentes atendidos e orçamento do Programa de Alimentação Escolar	40	Quadro 39 - Evolução do quadro de pessoal permanente	63
Quadro 18 – Número de discentes atendidos e orçamento destinado à Assistência Estudantil.....	45	Quadro 40 - Despesa de Pessoal	64
Quadro 19 – Indicadores de Extensão	51	Quadro 41 – Quantidade de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos	65
Quadro 20 - Execução por elemento de despesa (Pessoal e encargos).....	59	Quadro 42 – Quantidade de funções gratificadas ocupados por servidores efetivos.....	65
Quadro 21 - Execução por elemento de despesa (Outras despesas correntes) .	59	Quadro 43 - Quantidade de função comissionada de coordenação de cursos ocupados por servidores efetivos	65
Quadro 22 - Execução por elemento de despesa (Investimento).....	59	Quadro 44 - Número de servidores capacitados por unidade e valor investido.	65
Quadro 23 - Dotação e execução das despesas do Instituto Federal do		Quadro 45 - Concessão de incentivo à qualificação.....	66

Quadro 46 - Valores de Cargo de Direção no âmbito do IFAM.....	66	Quadro 77 – Inscrição de Restos a Pagar	93
Quadro 47 - Contratações mais relevantes.....	67	Quadro 78 – Resultado Orçamentário	94
Quadro 48 – Contratações diretas por Campus	68	Quadro 79 – Execução de Restos a Pagar.....	94
Quadro 49 – Pregões por unidade	68	Quadro 80 - Percentual de recursos por ação (materialidade).....	96
Quadro 50 - Investimentos em 2018.....	69	Quadro 81 - Matriz de materialidade.....	96
Quadro 51 – Impacto anual de egressos – Projeto Sistema Isolado Fotovoltaico	75	Quadro 82 – Acórdãos TCU 2018.....	97
Quadro 52 - Balanço Patrimonial.....	79		
Quadro 53 - Demonstração das Variações Patrimoniais.....	80		
Quadro 54 - Balanço Orçamentário	81		
Quadro 55 - Balanço Financeiro.....	82		
Quadro 56 - Demonstrações dos Fluxos de caixa	82		
Quadro 57 - Demonstração do Fluxo de Caixa Simplificado.....	83		
Quadro 58 - Geração líquida e Equivalentes de Caixa – Saldo Inicial e Final .	87		
Quadro 59 - Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa - Atividades ..	87		
Quadro 60 - Atividades de Investimento – Ingressos e Desembolsos	87		
Quadro 61 - Detalhamento Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	87		
Quadro 62 - Composição do Ativo Não Circulante.....	88		
Quadro 63 - Composição do Imobilizado	88		
Quadro 64 - Detalhamento bens móveis.....	88		
Quadro 65 - Bens Imóveis – Composição	89		
Quadro 66 - Detalhamento de Bens Imóveis em Andamento por UG	89		
Quadro 67 - Detalhamento de Bens de Uso Especial	89		
Quadro 68 - Detalhamento da Depreciação	90		
Quadro 69 - Detalhamento de Contas a Pagar	90		
Quadro 70 - Detalhamento de Fornecedores por UG.....	90		
Quadro 71 - Detalhamento de Obrigações contratuais.....	91		
Quadro 72 - Detalhamento de Contrato por UG	91		
Quadro 73 - Detalhamento do Patrimônio Líquido.....	92		
Quadro 74 - Detalhamento do Patrimônio Líquido.....	92		
Quadro 75 – Receitas Realizadas	93		
Quadro 76 – Despesas Empenhadas	93		

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Procedimentos disciplinares por assunto.....	28
Gráfico 2 - Número de Processos por categoria	28
Gráfico 3 - Demandas por tipo.....	29
Gráfico 4 - Demandas por tipo - comparação 2017/2018	30
Gráfico 5 - Demandas da ouvidoria por assuntos mais relevantes.....	30
Gráfico 6 - Variação do número de bolsas por nível de ensino no período 2014-2018. Este gráfico considera a soma das bolsas institucionais, CNPq, FAEPI e FAPEAM	34
Gráfico 7 - Distribuição de bolsas por Agência de Financiamento.....	35
Gráfico 8 - Valores Investidos no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Inovação Tecnológica - PAD CIT.....	35
Gráfico 9 - Servidores afastados para capacitação - 2018	36
Gráfico 10 - Acervo do IFAM.....	37
Gráfico 11 - Empréstimos do Acervo	37
Gráfico 12 - Ações do Ensino Superior Executadas	38
Gráfico 13 - Número de Turmas EPTNM por Eixo Tecnológico - 2018	38
Gráfico 14 - Número de Turmas em Andamento por Forma de Oferta - 2018.	38
Gráfico 15 - Total dos Cursos EPTNM por forma de Oferta Até 2018	38
Gráfico 16 - Total de PPC's Reestruturados.....	39
Gráfico 17 - Turmas em andamento dos cursos técnicos de nível médio na forma integrada na modalidade EJA/PROEJA - ano 2018.....	39
Gráfico 18 - Oferta de novas turmas de cursos técnicos de nível médio na forma integrada na modalidade EJA/PROEJA em 2019.....	39
Gráfico 19 - Número de projetos e programas de melhoria da qualidade da educação básica.....	41
Gráfico 20 - Programa MedioTec - Turma Concluída 2018	42
Gráfico 21 - Programa MedioTec - EAD 2017.2	42
Gráfico 22 - Nº de Turmas em Andamento/Concluídas em 2018 do Programa Saberes Indígenas na Escola	42
Gráfico 23 - Relação Candidato/Vaga	42
Gráfico 24 - Relação Ingresso/Aluno	43
Gráfico 25 - Relação Concluintes/Aluno	43
Gráfico 26 - Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	43
Gráfico 27 - Índice de Retenção do Fluxo Escolar	43
Gráfico 28 - Relação de Alunos/Docentes em Tempo Integral.....	43
Gráfico 29 - Número de Alunos Maculados por Renda per Capita Familiar ..	44
Gráfico 30 - Projetos de Extensão	49
Gráfico 31 - Eventos de Extensão.....	49
Gráfico 32 - Incubadora de empresas	50
Gráfico 33 - Cursos de Extensão	50
Gráfico 34 - Centro de Idiomas	50
Gráfico 35 - Curricularização da Extensão no IFAM	50
Gráfico 36 - Acordos de Cooperação, Estágios e Acompanhamento de Egressos.....	51
Gráfico 37 - Ações Inclusivas	51
Gráfico 38 - Produção Acadêmica e Administrativa	51
Gráfico 39 - Normas e Regulamentos Extensionistas aprovados no CONSUP ..	51
Gráfico 40 - Contexto da Extensão.....	52
Gráfico 41 - Status por ação - Plano de metas (PROEX)	53
Gráfico 42 - Monitoramento das ações da extensão	53
Gráfico 43 - Destaques Extensão (eventos).....	53
Gráfico 44 - Destaques Extensão (Projeto Escola de Conselhos Tutelares da Amazônia Legal).....	53
Gráfico 45 - Obras IFAM.....	54
Gráfico 46 - Ações da Engenharia	54
Gráfico 47 - Valores Pagos em 2018 pelo IFAM	56
Gráfico 48 - Distribuição das despesas do Instituto Federal do Amazonas executadas em 2018	58
Gráfico 49 - Créditos enviados pelo Instituto Federal do Amazonas à outras unidades orçamentárias	58
Gráfico 50 - Créditos recebidos pelo Instituto Federal do Amazonas de outras unidades orçamentárias	58
Gráfico 51 - Gasto com Pessoal	59
Gráfico 52 - Custeio.....	59

Gráfico 53 - Investimento	59
Gráfico 54 – Execução por grupo e elemento de despesa – valor	60
Gráfico 55 - Limite para Movimentação e Empenho	61
Gráfico 56 - Distribuição por Faixa Remuneratória - IFAM - 2018.....	62
Gráfico 57 - Distribuição IFAM - Etnias - 2018 - Servidores por cor/origem étnica	63
Gráfico 58 – Contratações mais relevantes - despesas	68
Gráfico 59 - Dispensas e Inexigibilidades.....	68
Gráfico 60 - Despesas Correntes via Dispensa (Incisos)	69
Gráfico 61 - Despesas de Capital via Dispensa (Incisos).....	69
Gráfico 62 – Estrutura de governança de TI.....	72
Gráfico 63 - Modelo de Gestão de Tecnologia da Informação.....	73
Gráfico 64 – Quadro de Pessoal (modelo de Gestão TI)	73
Gráfico 65 – Força de trabalho da DGTI / Reitoria	73
Gráfico 66 – Força de Trabalho DGTI + Setores de TI das Unidades	73
Gráfico 67 – Desempenho da rede IFAM	74
Gráfico 68 – Desempenho da rede IFAM	74
Gráfico 69 – Metas da Diretoria de Tecnologia da Informação I.....	74
Gráfico 70 – Metas da Diretoria de Tecnologia da Informação II.....	74
Gráfico 71 – Metas da Diretoria de Tecnologia da Informação III.....	74
Gráfico 72 – Metas da Diretoria de Tecnologia da Informação IV.....	74
Gráfico 73 – Metas da Diretoria de Tecnologia da Informação V.....	75
Gráfico 74 - Valor alcançado em percentual – Metas DGTI.....	75
Gráfico 75 - Déficit Financeiro por Fonte de Recurso	81
Gráfico 76 – Resultado Patrimonial de 2018.....	82
Gráfico 77 – Resultado orçamentário	82
Gráfico 78 – Detalhamento de Restos a pagar não processados	83
Gráfico 79 - Resultado Financeiro BF x DFC	88
Gráfico 80 – Processo de Implantação do IFAM	91
Gráfico 81 – Variação Patrimonial Diminutiva de Pessoal e Encargos	93
Gráfico 82 - Receitas Realizadas: serviços e outras receitas correntes.....	94
Gráfico 83 - Despesas Empenhadas - Investimento	94

Gráfico 84 – Restos a pagar processados - Pessoal e Encargos Sociais	95
Gráfico 85 - Investimentos inscritos em RPNP	95
Gráfico 86 - Tratamento das determinações do TCU recebidas em 2018.....	98
Gráfico 87 - Tratamento das recomendações da CGU	99

Lista de figuras

Figura 1 – Distribuição dos <i>Campi</i> do IFAM no Estado do Amazonas	19
Figura 2 – Custo amazônico	19
Figura 3 – Mapa estratégico	22
Figura 4 - Variação Orçamentária do Instituto Federal do Amazonas em 2018 .	55
Figura 5 – Dotação atualizada	56

Lista de abreviaturas e siglas

AUDIG – Auditoria Interna Geral
CAM - Campus Avançado de Manacapuru
CCO - Campus Coari
CEIRU - Campus Eirunepé
CGCI – Coordenação Geral de Governança e Controle Interno
CGU - Controladoria-Geral da União
CHECK LIST - Lista de verificação
CHUM - Campus Humaitá
CI - Centro de Idiomas
CITA- Campus Itacoatiara
CLAB- Campus Lábrea
CMA - Campus Maués
CMC - Campus Manaus Centro
CMDI - Campus Manaus Distrito Industrial
CMZL - Campus Manaus Zona Leste
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COLD - Colégio de Dirigentes
CONSEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUP - Conselho Superior
CPIN - Campus Parintins
CPRF - Campus Presidente Figueiredo
CSGC - Campus São Gabriel da Cachoeira
CTAB - Campus Tabatinga
CTEFE - Campus Tefé
CTHM - Centro de Referência em Tecnologia Prof. Harlan Marcelice
DIPLAN - Diretoria de Planejamento
DIREX – Diretoria Executiva
DN - Decisão Normativa
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EPTNM - Educação Profissional Técnica de Nível Médio
FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

FAMETRO - Faculdade Metropolitana de Manaus
FUCAPI – Fundação centro de Análise, pesquisa e inovação
GT - Grupo de Trabalho
IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IFETs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IN - Instrução Normativa
INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
JIFAM - Jogos Internos do IFAM
LOA - Lei de Orçamento Anual
NAPNE - Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais
PAIC - Programa de Apoio de Iniciação Científica na Graduação
PCIT - Programa Institucional de Incentivo à Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDA - Plano de Desenvolvimento Anual
PIM – Pólo Industrial de Manaus
PNP – Plataforma Nilo Peçanha
PPP – Projeto Político Pedagógico
PRODIN – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPLAD – Pró-Reitoria de Administração e Planejamento
SEDUC - Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino
SEMED - Secretaria Municipal de Educação
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPROR - Secretaria de Estado da Produção Rural do Amazonas
SESC – Serviço Social do Comércio



SEST – Serviço Social do Transporte

TAM – Termo de Acordos e Metas

TCU – Tribunal de Contas da União

TAE – Técnicos Administrativos em Educação

UNINORT – Centro Universitário do Norte



Sumário

1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO 17

1.1 Missão e visão	17
1.2 Estrutura organizacional de Governança e Controle interno	18
1.3 Ambiente externo	18
1.4 Modelo de negócios	19
1.5 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da Unidade.....	20

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA.....22

2.1 Objetivos estratégicos.....	22
2.2 Estruturas de governança	23
2.2.1 Dirigentes e colegiados.....	24
2.2.2 Atuação da unidade de auditoria interna	25
2.2.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	26
2.2.4 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário.....	27
2.3 Canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas	27
2.3.1 Carta de Serviços ao Cidadão	27
2.3.2 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	28
2.3.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	28
2.3.4 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	28
2.3.5 Atendimentos prestados pelo IFAM em 2018	28

3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....31

4 RESULTADOS DA GESTÃO33

4.1 Resultados alcançados	33
4.1.1 Resultados na área da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.....	33
4.1.2 Resultados alcançados na área do Ensino	36
4.1.2.1 Principais Programas e Projetos/Iniciativas.....	39
4.1.2.2 Indicadores de Desempenho Quantificados e Alinhados aos Objetivos.....	41

4.1.2.3 Avaliação dos Objetivos Alcançados e do Desempenho em Relação às Metas.....	43
4.1.2.4 Monitoramento de Metas não Alcançadas	44
4.1.2.5 Justificativas para o Resultado.....	45
4.1.2.6 Perspectiva para os Próximos Exercícios: Desafios e Incertezas	45
4.1.3 Resultados alcançados relacionados à Extensão	48
4.1.3.1 Principais programas e projetos/iniciativas.....	48
4.1.3.2 Indicadores de desempenho quantificados e alinhados aos objetivos	51
4.1.3.3 Avaliação dos objetivos alcançados e do desempenho em relação às metas.....	52
4.1.3.4 Monitoramento	52
4.1.3.5 Destaques para o resultado.....	52
4.1.3.6 Perspectiva para os próximos exercícios: desafios e incertezas	52
4.1.4 Resultados alcançados – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.....	53
4.1.4.1 Avaliação dos objetivos alcançados e do desempenho em relação às metas.....	53
4.1.4.2 Perspectiva para os próximos exercícios: desafios e incertezas	53

5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO55

5.1 Estratégia para alcançar os principais objetivos	55
5.2 Gestão orçamentária e financeira	55
5.2.1 Perfil do gasto	55
5.2.1.1 Execução Financeira.....	55
5.2.1.2 Execução Orçamentária	56
5.2.2 Discussão do desempenho - análise de tendências;.....	56
5.2.2.1 Alocação Orçamentária – Finalidade dos Recursos	56
5.2.2.2 Despesas do Instituto Federal do Amazonas	56
5.2.2.3 Destaques Concedidos.....	57
5.2.2.4 Destaque Recebidos e Empenhados	57
5.2.2.5 Valores Pagos – Instituto Federal do Amazonas	58
5.2.2.6 Execução por Grupo e Elemento de Despesa – Valores Pagos.....	59
5.2.3 Explicações sobre variações do resultado	59
5.2.4 Principais desafios e ações futuras.....	59

5.2.4.1 Contingenciamento de despesas	59
5.2.4.2 Principais Impactos do Contingenciamento	60
5.2.4.3 Medidas Mitigadoras	60
5.2.4.4 Conformidade da gestão orçamentária e financeira.....	60
5.2.4.5 Desafios	60
5.2.4.6 Ações.....	61
5.3 Gestão de pessoas	61
5.3.1 Conformidade legal.....	61
5.3.2 Avaliação da força de trabalho	61
5.3.3 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas	63
5.3.4 Detalhamento da despesa de pessoal	64
5.3.5 Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia.....	64
5.3.6 Capacitação: estratégia e números	65
5.3.7 Principais desafios e ações futuras	66
5.4 Gestão de licitação e contratos.....	66
5.4.1 Conformidade legal.....	66
5.4.3 Contratações mais relevantes	67
5.4.4 Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas	67
5.4.5 Principais desafios e ações futuras	69
5.5 Gestão patrimonial e infraestrutura	69
5.5.1 Conformidade legal.....	69
5.5.2 Principais investimentos de capital, custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos.....	69
5.5.3 Desfazimento de ativos	70
5.5.4 Locações de imóveis e equipamentos.....	70
5.5.5 Mudanças e desmobilizações relevantes.....	70
5.5.6 Principais desafios e ações futuras	71
5.6 Gestão da tecnologia da informação	71
5.6.1 Conformidade legal.....	71
5.6.2 Modelo de governança de TI.....	71
5.6.3 Recursos aplicados em TI	72

5.6.4 Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor	73
5.6.5 Segurança da informação	74
5.6.6 Principais desafios e ações futuras.....	74
5.7 Sustentabilidade ambiental	74
5.7.1 Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições	74
5.7.2 Ações para redução do consumo de recursos naturais.....	75
5.7.3 Redução de resíduos poluentes	75
5.8 Gestão de custos	76

6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Declaração do contador geral.....	78
6.2 Demonstrações.....	79
6.2.1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis.....	83
6.2.2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	83
6.3 Notas explicativas das Demonstrações Contábeis.....	86

7 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

7.1 Materialidade	96
7.1.1 Transações controladas e eventos relacionados que devem ser incluídos no relatório financeiro da UPC	96
7.1.2 Riscos, oportunidades e impactos com efeito significativo sobre a capacidade da entidade de relatório financeiro de gerar valor.....	96
7.2 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	96
7.7.1 – Recomendações da CGU	97

APÊNDICE A - DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE.....

99

Visão geral organizacional e ambiente externo

Capítulo 01

1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 Missão e visão

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) é uma autarquia federal vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) - Ministério da Educação (MEC) e instituída através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Oferece educação superior, básica e profissional, com uma organização pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação, ciência e tecnologia nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Por sua atuação e experiência na área educacional há mais de um século, atua de maneira crescente na extensão social e tecnológica e na pesquisa aplicada, respeitando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A estrutura inicial do IFAM foi constituída mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas – CEFET/AM e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira. Atualmente, está presente na capital Manaus/AM com três *Campi* e a Reitoria, e no interior do estado com doze *Campi* ativos, situados nas cidades de Presidente Figueiredo, Manacapuru, Itacoatiara, Coari, Maués, Tefé, Parintins, Lábrea, Humaitá, Eirunepé, Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira. No final de 2018, o IFAM teve autorização para funcionamento dos *Campi* Avançados de Iranduba e de Boca do Acre.

A finalidade do IFAM tem origem no art. 6º da Lei nº 11.892/2008, e se consolida em suas particularidades por meio de seu Estatuto, aprovado pela Portaria nº 373/IFAM/2009 e de seu Regimento Geral – Resolução nº 2 - CONSUP/IFAM/2011.

Nestes termos, o IFAM tem como missão “Promover com excelência educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia”.

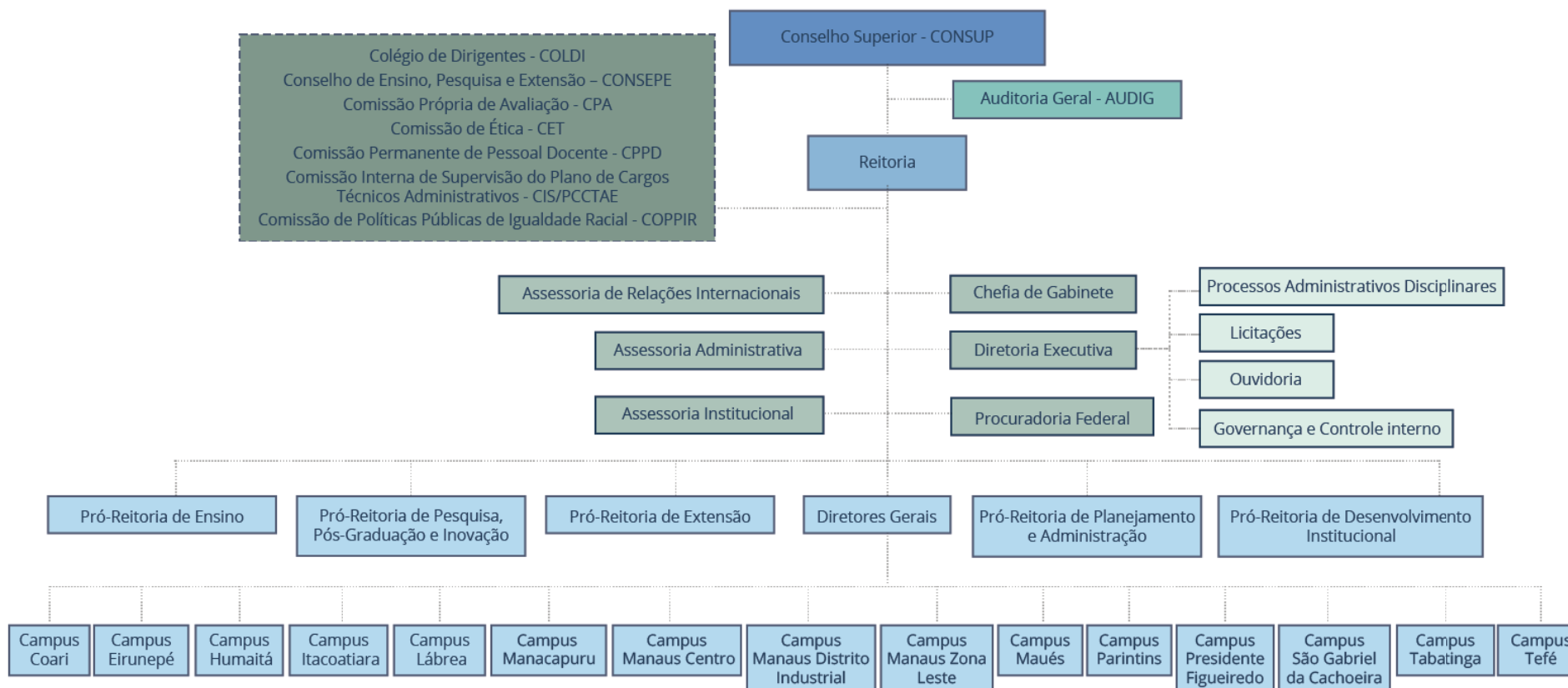
Por sua vez, a visão consubstancia-se em “consolidar o IFAM como referência nacional em educação, ciência e tecnologia.”

Os objetivos do IFAM podem assim ser descritos:

- i. oferecer educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos visando à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- ii. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, visando o benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- iii. realizar e estimular a pesquisa aplicada para a geração de soluções tecnológicas; e
- iv. atuar na sociedade por meio da extensão social e tecnológica com a transferência de tecnologia, com incentivo ao empreendedorismo, à produção cultural, e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Visando cumprir suas finalidades e competências, o IFAM tem como princípios: justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática, vislumbrando atender sua missão institucional, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAM (PDI) e norteando seus resultados por meio do Termo de Acordo de Metas (TAM) firmado entre o IFAM e o Ministério da Educação – MEC.

1.2 Estrutura organizacional de Governança e Controle interno



Fonte: Coordenação Geral Governança e Controle Interno, 2019.

1.3 Ambiente externo

Segundo o IBGE (2018), o Amazonas possui uma área com mais de 1,5 milhões de km², sendo constituído de 62 municípios, destes alguns estão localizados em regiões fronteiriças (bi ou tri nacionais) de difícil acesso, extremamente isolados com acessos apenas via aérea ou fluvial. A distância dos municípios da capital dificulta a comunicação e torna ainda mais onerosa as ações dos *Campi*.

Neste contexto, encontram-se inseridos os *Campi* do Instituto Federal do Amazonas no interior do estado. Verifica-se, conforme Figura 1 e 2, que as unidades estão localizadas em regiões distantes e de difícil acesso, além daquelas situadas em regiões de fronteira, como é o caso dos *Campi* de Tabatinga localizada a 1105 km da capital e São Gabriel da Cachoeira que dista mais de 850 km de Manaus. Merece destaque o Campus de Eirunepé que lidera tal amplitude, estando a mais de 1100 km da capital.

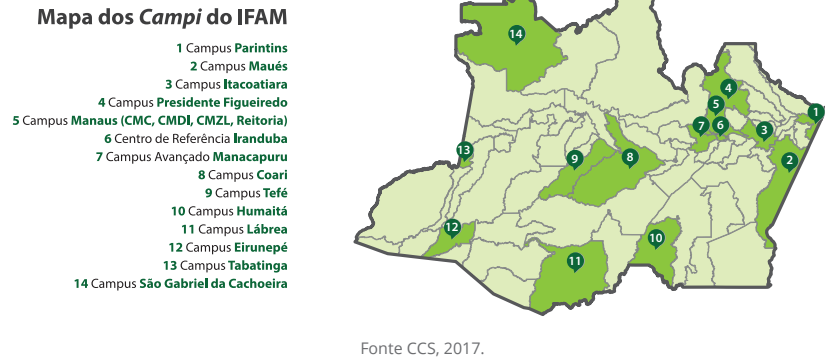
Figura 1 – Distribuição dos *Campi* do IFAM no Estado do Amazonas

Figura 2 – Custo amazônico



1.4 Modelo de negócios

O IFAM atua em distintas áreas do conhecimento, conectadas com os arranjos produtivos locais. Possui foco no setor primário nos *Campi* do interior e no *Campus* Manaus Zona Leste, antiga Escola Agrotécnica Federal de Manaus, que atua neste setor há 77 anos. Nos *Campi* Manaus Centro, Manaus Distrito Industrial e Presidente Figueiredo (um *Campus* considerado mais híbrido) o foco é na área de indústria e serviços. Adicionalmente, o *Campus* Zona Leste atua

na área de Saúde com o curso de Medicina Veterinária.

Reconhecido pela sociedade amazonense por sua atuação no ensino, o IFAM atua na perspectiva da verticalização do ensino nas diferentes modalidades e níveis de educação. Os *Campi* do IFAM ofertam cursos nas seguintes áreas: I. Educação Profissional técnica de nível médio – Presencial e a Distância: a) Integrado; b) Concomitante; c) Subsequente; d) Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA). II. Educação Superior: a) Cursos Superiores de Tecnologia; b) Cursos de Licenciatura; c) Cursos de Bacharelado: Engenharias e Medicina Veterinária; d) Cursos de Pós-graduação *lato sensu*; e) Cursos de Pós-graduação *stricto sensu*. III. Cursos de Extensão e Formação Inicial e Continuada de trabalhadores. Tendo como diferencial entre os outros Institutos um forte trabalho em áreas indígenas e regiões de fronteira, tornando ainda mais desafiador o cumprimento de sua missão.

Por meio das ações, cursos e projetos de extensão o IFAM tem se destacado em parcerias com a comunidade circunvizinha e também alcançado regiões mais longínquas como as de fronteira e comunidades indígenas, bem como tem realizado ações de inclusão de pessoas com necessidades especiais, incentivo ao empreendedorismo, atuação em extensão tecnológica, na geração de emprego e renda e incentivado à criação de empresas por

intermédio de sua incubadora (Ayty).

Concluindo o tripé finalístico do IFAM, este atua na pesquisa aplicada, inovação e na pós-graduação, tanto do ponto de vista da pesquisa como princípio educativo – por seus programas de iniciação científica com o apoio de agências de fomento, em sua maioria, com recursos próprios – quanto na geração de novos conhecimentos, soluções tecnológicas e inovação. Possui destaque no apoio ao Polo Industrial de Manaus – PIM por intermédio de seu Centro de Referência em Tecnologia Prof. Harlan Marcelice (CTHM), com atuação direta em pesquisa aplicada e parcerias com a indústria, resultando em crescimento no número de registro de patentes. Na pós-graduação, o IFAM se destaca em cursos de mestrado com foco na área de ensino, proporcionando à comunidade acadêmica uma opção de qualidade para a formação de quadros na área educacional do estado.

Dentro do contexto de abrangência de atuação do IFAM, é possível encontrar diversas instituições públicas e privadas que atuam na educação profissional. Na capital e interior, os principais atores são as instituições públicas que atuam com ensino superior, são elas a Universidade Federal do Amazonas e a Universidade Estadual do Amazonas, e que atuam com o ensino técnico - o Centro de Educação Técnica do Amazonas – CETAM. Especificamente na capital, além das instituições públicas já citadas, existem ainda, as unidades do Sistema S (SESC, SENAI, SEST

e SENAR), além de instituições privadas como a FUCAPI, Nilton Lins, Uninorte, ESBAM, Fametro, e Fundação Matias Machiline.

Entre as instituições que fazem parte desse ambiente, algumas são de estreita relação de parceria com o IFAM, podendo-se destacar como mais importantes as parcerias com a UEA e UFAM. Adicionalmente, instituições de outras áreas, assim como indústrias e empresas do distrito industrial e similares, atuam em parceria em projetos e ações específicas, como o INPA, SEPROR, EMBRAPA, MARINHA DO BRASIL, EXÉRCITO, AERONÁUTICA, FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ, SEDUC, SEMED, entre outras.

1.5 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da Unidade

A estrutura organizacional contida no Regimento Geral possui atualização por meio de portarias específicas, e encontra-se em processo de revisão, por meio da Portaria nº 446-GR/IFAM/2017.

As principais normas e regulamentos de funcionamento do IFAM estão contidos no Quadro 1, que trazem dispositivos relacionados às áreas fim e meio, bem como de procedimentos de gestão do IFAM. Estas resoluções contam com um fluxo de aprovação que envolve, quando referentes às atividades fim, a recomendação pelo CONSEPE e posterior deliberação do CONSUP, e quando referentes à atividade meio, a deliberação direta do CONSUP.

As normas e regulamentos do IFAM, em geral, nascem de uma necessidade de aprimoramento de suas práticas ou do atendimento a mudanças na legislação vigente. A comissão designada para tal, elabora uma minuta que submetida à comunidade constrói coletivamente o documento, que seguirá o trâmite para os colegiados pertinentes.

Quadro 1 – Principais Normas e Regulamentos do IFAM

Documento	Área	Link
Resolução CONSUP 16/2014 – Plano de Desenvolvimento Institucional	Todas	http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/administracao/proad/plano-de-desenvolvimento-institucional-1
Resolução CONSUP 02/2011 – Regimento Geral do IFAM	Gestão	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup
Resolução CONSUP 39/2011 – Regimento da Pesquisa do IFAM	Pesquisa	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup
Resolução CONSUP 20/2013 – Regimento Interno do CONSUP	Gestão	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup
Resolução CONSUP 26/2013 – Resolução do CONSEPE	Ensino, Pesquisa e Extensão	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup
Resolução CONSUP 15/2014 – Iniciação Científica do IFAM	Pesquisa	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup
Resolução CONSUP 34/2014 – Regimento de Núcleo de Inovação Tecnológica	Pesquisa	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup
Resolução CONSUP 46/2014 – Credenciamento da FAEPI	Gestão	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup
Resolução CONSUP 35/2012 – Aprova o Regulamento das Atividades de Extensão	Extensão	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup
Resolução CONSUP 15/2013 – Aprova o Regimento do NUPA	Extensão	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup
Resolução CONSUP 16/2015 – Aprova o Regulamento do Programa Institucional de Bolsas de Extensão-PIBEX	Extensão	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup
Resolução CONSUP 45/2015 – Aprova o Regimento Interno do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais- NAPNE	Extensão	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup
Resolução CONSUP 30/2018 – Aprova o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFAM	Extensão	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup
Resolução CONSUP 31/2018 – Aprova o Regulamento do Procedimento para Atendimento de Alunos com Deficiência no IFAM.	Extensão	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup
Resolução CONSUP 32/2018 – Aprova o Regulamento o Programa de Voluntariado de Extensão- Solidarium, no âmbito IFAM.	Extensão	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup
Resolução CONSUP 37/2018 – Aprova o Regulamento do Programa de Cursos de Extensão do IFAM	Extensão	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup
Resolução CONSUP 38/2018 – Aprova o Regulamento do Programa de Apoio de Eventos de Extensão no âmbito do IFAM.	Extensão	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup
Resolução CONSUP 94/2015 – Organização Didática	Ensino	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup
Resolução CONSUP 27/2016 – Reconhecimento de Saberes	Gestão	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup
PORTARIA N.º 367-GR/IFAM/2018 – Comissão Responsável pela Regulamentação do Ponto Eletrônico	Gestão	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/atos-normativos
PORTARIA N.º 446-GR/IFAM/2017 – modificação do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	Gestão	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/atos-normativos
PORTARIA N.º 448-GR/IFAM, DE 16 DE MARÇO DE 2017 – Elaboração da estrutura organizacional e regimental dos <i>Campi</i> .	Gestão	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/atos-normativos
RESOLUÇÃO N.º 66-CONSUP/IFAM/2017 – Regulamentação da atividade docente	Ensino	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup
RESOLUÇÃO N.º 19 – CONSUP/IFAM, de 30 de junho de 2016 – Flexibilização da jornada de trabalho dos servidores Técnico-Administrativos	Gestão	http://www2.ifam.edu.br/instituicao/atos-normativos

Fonte: Site institucional www.ifam.edu.br.



Planejamento estratégico e governança

Capítulo 02

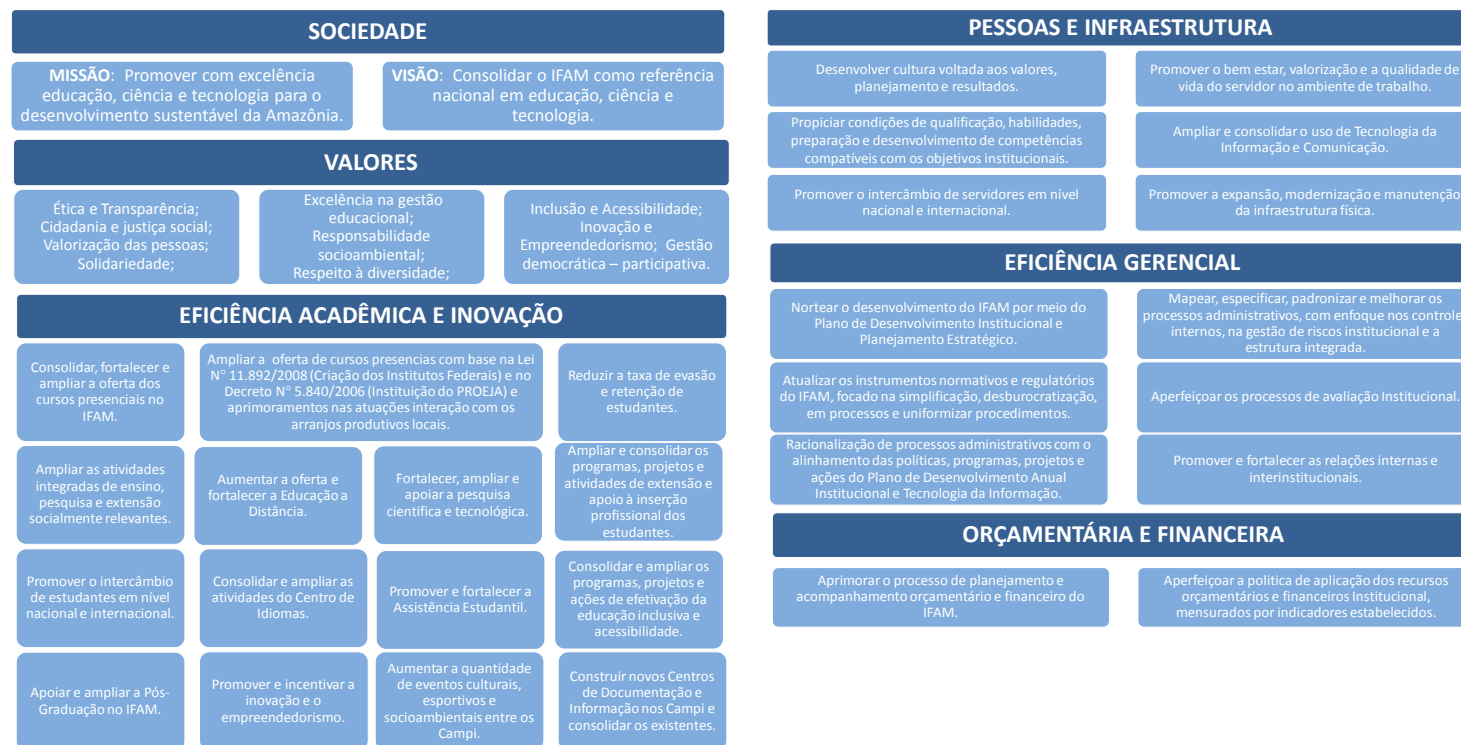
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

2.1 Objetivos estratégicos

A estrutura de governança do IFAM apoia o alcance dos objetivos estratégicos definidos em eixos/Programas e linhas prioritárias de ação. Os eixos são divididos em i) eficiência acadêmica e inovação; ii) pessoas e infraestrutura; iii) eficiência gerencial, iv) orçamentário e financeiro, e são compostos por linhas prioritárias descritas no mapa estratégico.

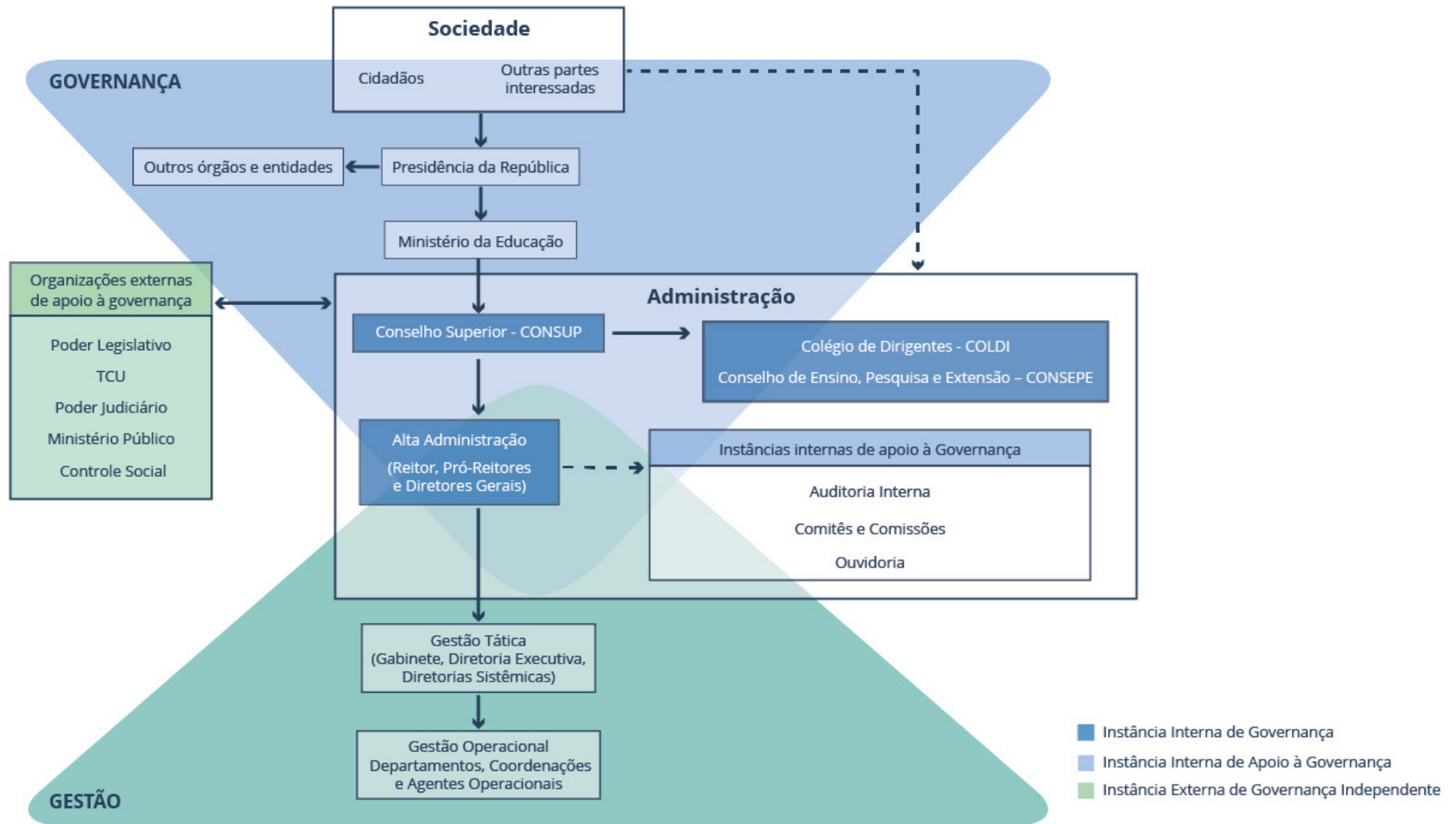
Para cada eixo, há composição na estrutura de governança descrita no item 2.2 que apoia no seu alcance, como exemplo o eixo orçamentário e financeiro, pessoas e infraestrutura, por meio da Pró-Reitoria de Administração e Desenvolvimento Institucional; eficiência acadêmica e inovação por meio da Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão. A eficiência gerencial envolve o planejamento, a busca por atualizar instrumentos normativos e regulatórios, que ocorre principalmente por meio do Conselho Superior, entre outras linhas prioritárias que envolvem melhoria de controle (Diretoria Executiva) e processos de avaliação (Comissão Própria da Avaliação, Avaliação da Gestão).

Figura 3 – Mapa estratégico



Fonte: PDI 2014-2018.

2.2 Estruturas de governança



2.2.1 Dirigentes e colegiados

Instâncias internas de governança

1. Conselho Superior (CONSUP)

É o órgão máximo, de caráter consultivo e deliberativo do IFAM. Possui entre seus integrantes o Reitor, que o preside, contendo representantes dos *Campi*, do corpo discente, docente, técnicos, egressos, da sociedade civil, do setor público e/ou empresas estatais, do Ministério da Educação/SETEC e Diretores Gerais. Ao CONSUP compete aprovar as diretrizes para atuação do IFAM, aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares; aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do IFAM, dentre outras atribuições, conforme previsto no Estatuto, Art. 10.

2. Colégio de dirigentes (COLDI)

É órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria do IFAM de caráter consultivo. Entre outras competências, lhe cabe propor ao Conselho Superior a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFAM; apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão.

3. Conselho de ensino, pesquisa e extensão (CONSEPE)

É o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria do IFAM no que concerne aos assuntos relacionados ao Ensino, à Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e Extensão. Possui regimento interno aprovado por meio da Resolução nº. 26/2013- CONSUP/IFAM

4. Reitor

Ao Reitor compete representar o IFAM, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e supervisionar as atividades da Instituição. É escolhido em processo eletivo pelos servidores do quadro ativo permanente (docentes e técnico-administrativos) e pelos estudantes regularmente matriculados, nomeado na forma da legislação vigente, para um mandato de 04 (quatro) anos, contados da data da posse permitidos uma recondução.

5. Pró-Reitoria de Ensino

É o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades no âmbito das estratégias, diretrizes e políticas do Ensino, nas suas diversas modalidades, com prioridade para a Educação Profissional e Tecnológica, além das ações relacionadas ao apoio, ao desenvolvimento do ensino e ao estudante do IFAM.

6. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

É o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e supervisiona as estratégias, diretrizes e políticas de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica, integradas ao ensino e à extensão, bem como promove ações e intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia do IFAM.

7. Pró-Reitoria de Extensão

É o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e supervisiona as estratégias, diretrizes e as políticas de extensão, inovação e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e a pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais ligados ao IFAM.

8. Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

É o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as implantações ou implementações das estratégias, diretrizes e políticas de planejamento, administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial do IFAM.

9. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

É o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e supervisiona as estratégias, diretrizes e políticas de desenvolvimento institucional e a articulação entre as Pró-Reitorias e os *Campi* do IFAM.

10. Diretores Gerais

Os *Campi* são dirigidos pelos Diretores Gerais nomeados pelo Reitor para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo Campus, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

Instâncias internas de apoio à governança

1. Auditoria

É o órgão de controle sistêmico, vinculado ao CONSUP, que dentre outras competências, verifica o desempenho da gestão da entidade, visando a comprovar a legalidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia, à eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de recursos humanos, de suprimento de bens e serviços e demais controles de gestão.

2. Ouvidoria

Foi instituída pela Resolução nº 02-CONSUP/IFAM, de 28 de março de 2011. É o órgão de assessoramento da Reitoria responsável pelo acolhimento e encaminhamento de manifestações e reivindicações da comunidade interna ou externa com vistas ao aprimoramento da gestão, compreendendo a Ouvidoria Geral e as Ouvidorias dos *Campi*.

3. Comitê de administração

Possui a finalidade de colaborar para o desenvolvimento das políticas e ações do IFAM na área de planejamento e administração. Possui como atribuição, dentre outras, a de acompanhar as ações previstas no plano de desenvolvimento institucional, e subsidiar a Pró-Reitoria de Administração no tocante às políticas de sua área de atuação.

4. Comitê de ensino

Possui a finalidade de colaborar para o desenvolvimento das políticas e ações do IFAM na área de ensino. Dentre suas atribuições, está a de acompanhar as ações previstas em projetos e programas vinculados ao ensino, e subsidiar a Pró-Reitoria de Ensino no tocante às políticas de sua área de atuação.

5. Comitê de extensão

Possui a finalidade de colaborar para o desenvolvimento das políticas e ações do IFAM na área de extensão. Possui dentre suas competências - opinar sobre os pedidos de convênios e parcerias nacionais e internacionais atinentes às dimensões de extensão, analisando a conveniência e as oportunidades desses acordos no desenvolvimento acadêmico do IFAM, e subsidiar a Pró-Reitoria de Extensão a Integração Instituto-Sociedade no tocante às políticas de sua área de atuação.

6. Comitê de pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica

Possui a finalidade de colaborar nas políticas e ações do IFAM na área de pesquisa, Pós-graduação e desenvolvimento tecnológico. Compete-lhe, dentre outras atribuições, desenvolver ações de incentivo à difusão de ciência, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e à cultura de inovação; e propor ações visando à cooperação científica e tecnológica entre o IFAM, a iniciativa privada e demais instituições.

7. Conselho educacional

Órgão colegiado Consultivo. Possui a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo (ensino, pesquisa e extensão) e administrativo, bem como zelar pela correta execução das políticas do Instituto Federal em cada Campus.

8. Conselho de curso

Suas competências são definidas na Organização Didática do IFAM.

Instâncias internas de apoio à governança

9. Núcleo Docente Estruturante

Órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação do IFAM, e tem por finalidade a implantação, atualização e revitalização do mesmo.

10. Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

O CEP do IFAM tem como atribuição identificar, analisar e avaliar as implicações éticas nas pesquisas científicas que envolvam intervenções em seres humanos, submetidos a condições adversas. Resolução CONSUP nº 85 de 2015.

11. Comitê de Ética em Pesquisa no Uso de Animais

Destaca-se como competência cumprir e fazer cumprir, no âmbito de suas atribuições, o disposto na legislação nacional e nas demais normas aplicáveis à utilização de animais em ensino, pesquisa e extensão. Resolução CONSUP nº 37 de 2012.

12. Comitê de Tecnologia da Informação

Esse comitê tem o objetivo promover o alinhamento dos objetivos e metas institucionais com a área de Tecnologia da Informação - TI, em conformidade com o Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, com o que determina o Acórdão nº 1603/2008 do TCU-Plenário e com a EGTI 2011-2012 do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISAP aprovada pela resolução da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI nº 7 de 22 de dezembro de 2010. Portaria nº 489/GR/IFAM, de 06 de maio de 2011.

13. Comitê de Segurança da Informação

O Comitê Gestor da Segurança da Informação tem como atribuição assessorar o IFAM na consecução das diretrizes da Política de Segurança da Informação na Reitoria e nos seus *Campi*, bem como na avaliação e análise de assuntos relativos aos objetivos estabelecidos. Resolução CONSUP nº 27.

14. Comitê de Comitê de Governança, Riscos e Controles

Atender o disposto na Resolução nº 32 – CONSUP/IFAM, de 02 de setembro de 2016 e Instrução Normativa Conjunta do MPOG/CGU Nº 01, de 10/05/2016. Destaca-se como competência institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controle internos. Portaria nº 1841-GR-IFAM.

15. Comitê de Integridade

Comitê de Integridade atua na coordenação da estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade; orientação e treinamento dos servidores com relação aos temas atinentes ao Programa de Integridade; e promoção de outras ações relacionadas à implementação dos planos de integridade, em conjunto com as demais unidades do órgão ou entidade.

Instâncias externas de governança independente

Poder legislativo	Poder judiciário	Ministério Público http://www.mpu.mp.br/	TCU https://portal.tcu.gov.br/inicio/	Controle Social
--------------------------	-------------------------	--	---	------------------------

2.2.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A Auditoria Geral é o setor do IFAM que exerce atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria. Ela integra a 3ª linha de defesa e está vinculada ao Conselho Superior do IFAM (CONSUP). A AUDIG busca adicionar valor e melhorar as operações no IFAM, visando apoiar o Instituto a alcançar seus objetivos estratégicos. Sua missão é aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliações, consultorias e conhecimentos quanto à eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles.

É com base nessas informações que os gestores poderão corrigir erros, punir fraudes, aprimorar processos e atingir melhores resultados. As atividades da AUDIG são regulamentadas pelo Estatuto da Auditoria Interna, pelo Regimento Interno e pelo Código de Ética dos Auditores, em atenção às Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria (International Professional Practices Framework – IPPF) e às Instruções Normativas da CGU.

O Estatuto, o Regimento Interno e o Código de Ética da AUDIG podem ser obtidos no link www2.ifam.edu.br/instituicao/auditoria.

Quanto à execução do Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT, disponível em <http://www2.ifam.edu.br/instituicao/auditoria/paint-e-rain/8-2-paint-2018-versao-final.pdf>, relata-se que 88% do quantitativo de ações de auditoria previstas no planejamento foram realizadas. Dentre as quais se destacam as ações de auditoria destinadas a agregar valor à área finalística da Instituição.

Considerando as áreas auditadas, em 2018 a AUDIG elaborou 05 relatórios de avaliação dos laboratórios do Campus Manaus Centro. Foram avaliados 59 laboratórios e 01 núcleo de informática, dentre os quais, os laboratórios de química, de educação básica e formação de professores, de informática, de infraestrutura e de processos industriais. As recomendações emitidas por meio dos relatórios serão monitoradas em 2019.

Quadro 2 – Laboratórios Auditados

Química Analítica; Química Inorgânica; Química Orgânica; Pesquisa e Produção; Microbiologia; Tecnologia de Alimentos; Beneficiamento de Frutas; Produção de Alimentos; Análise e Controle Ambiental; Análise de Água; Central Analítica; Depósito do Laboratório de Química Inorgânica; Microscopia; Biologia e Produtos Naturais; Física 1; Física 2; Matemática; Informática I; II; III; IV; V; VI (Lab. de Publicidade – LAPP); VII; de Hardware; IX; de áudio e vídeo; X; e, de Segurança do Trabalho; Laboratório de Resistência de Materiais; Laboratório de Mecânica de Solos; Laboratório de Tecnologia da Construção Civil; Laboratório de Instalações Hidrossanitárias; Laboratório de Hidráulica; Laboratório de Instalações Elétricas; Laboratório de Topografia; Laboratório de Simulação Computacional; Laboratório de Informática (Autocad); Laboratório de Patologia (não está operando); Laboratório de Desenho I; e, Laboratório de Desenho II; Laboratório de Eletro. Maq. Elétrica; Laboratório de Eletro. Digital; Laboratório de Com. Elétrico; Sala de Desenho Mecânico; Laboratório de Medidas Elétricas; Laboratório de Sist. Elétrico de Potência; Laboratório de Ensaio de Materiais; Laboratório de Instalações Elétricas; Laboratório de Usinagem; Laboratório de Metalografia; Laboratório de Hidráulica Pneumática; Laboratório de Metrologia Básica; Laboratório de Metrologia Avançada; Laboratório de Eletrônica Industrial; Laboratório de Tecnologia da soldagem; Laboratório de Automação; Laboratório de Autocad; Laboratório de Motores.

Em relação às atividades de consultoria foram realizadas 06 atividades de orientação e palestras acerca dos seguintes temas: Plano de atividade docente (PIT) e o Relatório de Cumprimento do Planejamento (RIT); alinhamento entre ensino, pesquisa e extensão e gestão de riscos. Dentre tais atividades, destaca-se a nota de orientação sobre PIT e RIT que resultou em providências adotadas pela gestão, tais como, melhoria no controle das atividades dos professores da Instituição e melhoria na transparência com a publicação do PIT e do RIT no site do IFAM, conforme o link: http://200.129.168.206:18000/issues?query_id=1.

Quanto às atividades de monitoramento, foram realizadas atividades referentes ao controle do cumprimento das recomendações da Auditoria Interna, da CGU e quanto ao controle das determinações emitidas pelo TCU, conforme quadro abaixo:

Quadro 3 – Recomendações da Auditoria Interna, CGU e determinações emitidas pelo TCU

Origem das recomendações e determinações	Status atual	Disponível em
Monitoramento das recomendações emitidas pela Auditoria Interna	Informa-se que o monitoramento é atividade contínua, e, portanto, ocorre o acúmulo dos itens dos exercícios anteriores que são encerrados conforme as providências tomadas pela gestão. Dessa forma, foram monitorados 693 itens de recomendações emitidas pela auditoria interna, das quais 70 % constam como atendidas.	https://docs.google.com/spreadsheets/d/1C9F9L2De5qLfaRiCfAaqAOZQvyXznofQ5KYE2ih67Oo/edit?usp=sharing

Monitoramento das recomendações emitidas pela CGU	Informa-se que o monitoramento é atividade contínua, e, portanto, ocorre o acúmulo dos itens dos exercícios anteriores que são encerrados conforme as providências tomadas pela gestão. Dessa forma, foram monitoradas 35 recomendações emitidas pela CGU, das quais se estima que mais de 50% das recomendações foram cumpridas. A confirmação do atendimento caberá à CGU.	https://docs.google.com/spreadsheets/d/1uHiU9CWzYjPIMBrvhhkpaLEv2u4pAvsuOGatFX25oBE/edit?usp=sharing
Monitoramento das determinações emitidas pelo TCU	Informa-se que o monitoramento é atividade contínua, e, portanto, ocorre o acúmulo dos itens dos exercícios anteriores que são encerrados conforme as providências tomadas pela gestão. Dessa forma, foram monitoradas 146 determinações emitidas pelo TCU, das quais se estima que mais de 50% das determinações foram cumpridas. A confirmação do atendimento caberá ao TCU.	https://docs.google.com/spreadsheets/d/128pIMkOciyTOvXQ-19r3SB38suXaZ1y33OAU4EQwGDw/edit?usp=sharing

Fonte: Auditoria Interna, 2019.

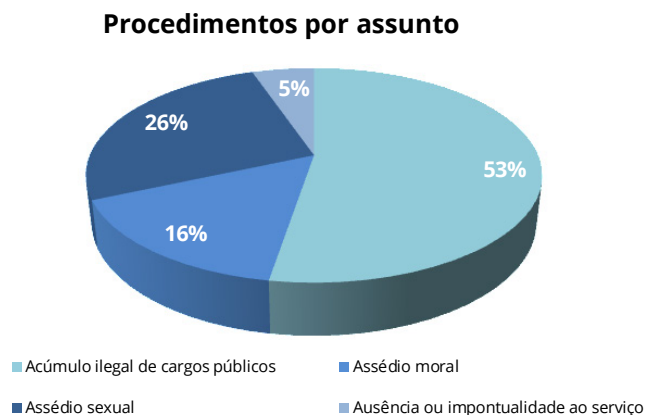
2.2.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Na esfera corretiva, o IFAM atua com uma corregedoria centralizada na Coordenação Geral de Processos Administrativos Disciplinares, cujas principais atividades são:

- I- Instaurar procedimentos investigativos e disciplinares; registro, monitoramento e atualizações no sistema CGU-PAD;
- II- Conduzir, orientar e acompanhar Processos Disciplinares envolvendo servidores da sede e dos *Campi* da capital e do interior;
- III- Prestar suporte às Comissões formadas, às Direções dos *Campi* e à Reitoria do Instituto, em assuntos disciplinares no âmbito desta autarquia;
- IV- Gerenciar e participar, nos termos de normativos internos e das legislações em vigor, de processos de mediação entre servidores do Instituto;
- V- Acompanhar e assistir à Diretoria Executiva nas ações demandadas das diligências dos órgãos de controle interno e externo referentes a ações disciplinares; e
- VI- Desenvolver outras atividades inerentes ao cargo que lhe forem atribuídas pela Reitoria do Instituto.

Em 2018, 20 (vinte) procedimentos foram cadastrados nos sistemas correcionais do Governo Federal, sendo que destes 53% foi por acumulação indevida de cargos, enquanto os outros trataram de assédio sexual, 26%, assédio moral, 16%, ausência ou impontualidade ao serviço e descumprimento de normas e regulamentos, 5%, conforme Gráfico 1:

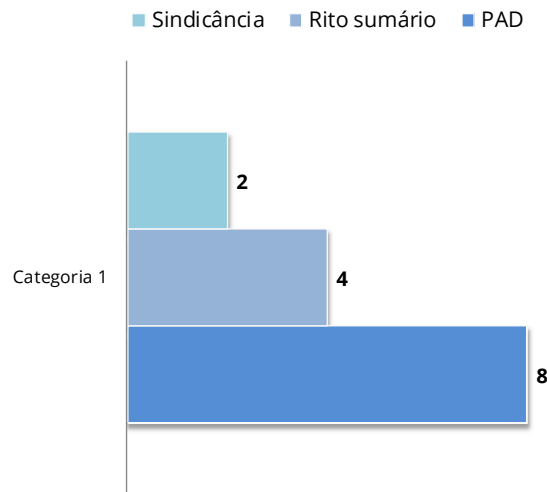
Gráfico 1 - Procedimentos disciplinares por assunto



Fonte: Coordenação de Processos Administrativos e Disciplinares, 2019.

Em 2018, foram encaminhados para julgamento 05 (cinco) processos, relativos ao exercício e de ano anterior, com julgamentos efetivados. Foram instaurados/instruídos 14 (quatorze) procedimentos, sendo 08 (oito) PADs, 04 (quatro) processos rito sumário e 02 (duas) sindicâncias, conforme gráfico 2.

Gráfico 2 - Número de Processos por categoria



Fonte: Coordenação de Processos Administrativos e Disciplinares, 2019.

2.2.4 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM está criando no âmbito da Reitoria o Procedimento Operacional Padrão – POP para diversos tipos de atividades, uma delas é o procedimento para aplicação de sanções administrativas por danos ao Erário, tal procedimento deverá ser aprovado pelo Reitor e posteriormente estendido aos *Campi* do IFAM.

Os procedimentos estão de acordo com a legislação vigente, sempre que identificados danos ao Erário, o responsável é notificado com prazo para contestação, após esse prazo, a administração julga o fato e aplica as sanções previstas na legislação, sanções que vão desde advertência até multa.

2.3 Canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

A Ouvidoria do IFAM atua no diálogo entre o cidadão (comunidade externa ou interna) e o IFAM, de modo que as manifestações decorrentes da prestação dos serviços, bem como de exercício da cidadania, provoquem contínua melhoria dos serviços, desse modo, é responsabilidade da Ouvidoria receber, examinar e encaminhar **Comunicação de irregularidades, Denúncia, Reclamação, Elogio, Sugestão, Solicitação, Simplifique e Pedidos de Informação** referentes a procedimentos e ações de agentes e serviços prestados pelo IFAM.

Para facilitar o contato com o cidadão, o IFAM adotou, a partir de 2015, o **Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV)** e o **Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)** para recebimento e análise de manifestações. Essas são ferramentas que funcionam de forma integrada com a Controladoria Geral da União (CGU). O cidadão pode relacionar-se com a Ouvidoria também por **telefone, e-mail e pessoalmente**.

2.3.1 Carta de Serviços ao Cidadão

A fim de firmar o compromisso entre a instituição e seu público direto, consistindo em observar os padrões de qualidade, eficiência e eficácia na execução desses serviços, o IFAM publicou em 2016 a Carta de serviços ao cidadão, documento que presta informações básicas de acesso aos serviços da instituição. Também é um meio de avaliar a qualidade daqueles, auxiliando outros mecanismos,

como Ouvidoria, Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), questionários e outros. A Carta de serviços encontra-se disponível em <<http://www2.ifam.edu.br/noticias/carta-de-servico-ao-cidadao>>.

2.3.2 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O IFAM não possui ferramenta própria para medir a satisfação do público alvo em relação aos seus produtos e serviços, entretanto, adota a plataforma do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), que possibilita à Instituição avaliar o grau de satisfação do usuário quanto ao fornecimento de informações solicitadas ao órgão.

2.3.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Em 2018, o IFAM publicou o Plano de Dados Abertos – PDA, que corresponde ao documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados no âmbito do Instituto, mediante a observação de padrões mínimos de qualidade. Busca facilitar o entendimento e a reutilização das informações o qual deve estar alinhado à gestão transparente dos dados produzidos e à proteção da informação pessoal, atendendo aos

dispositivos da Lei de Acesso à Informação – LAI nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012. Além deste Instrumento de transparência, estão implantados na Reitoria e nos *Campi* as Ouvidorias e os Serviços de Acesso à Informação, além de publicar em seu sítio eletrônico na internet o rol mínimo de informações sobre a “transparência ativa” e os Relatórios de Gestão anual.

2.3.4 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O IFAM está adequado ao novo modelo de identidade digital padrão do governo federal, atendendo às principais recomendações de acessibilidade indicadas para web.

“O termo acessibilidade significa incluir a pessoa com deficiência na participação de atividades como o uso de produtos, serviços e informações. Alguns exemplos são os prédios com rampas de acesso para cadeira de rodas e banheiros adaptados para deficientes. Na internet, acessibilidade refere-se principalmente às recomendações do WCAG (World Content Accessibility Guide) do W3C e no caso do Governo Brasileiro ao e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico). O e-MAG está alinhado as recomendações internacionais, mas estabelece padrões de comportamento acessível para sites governamentais. (Portal do IFAM)”

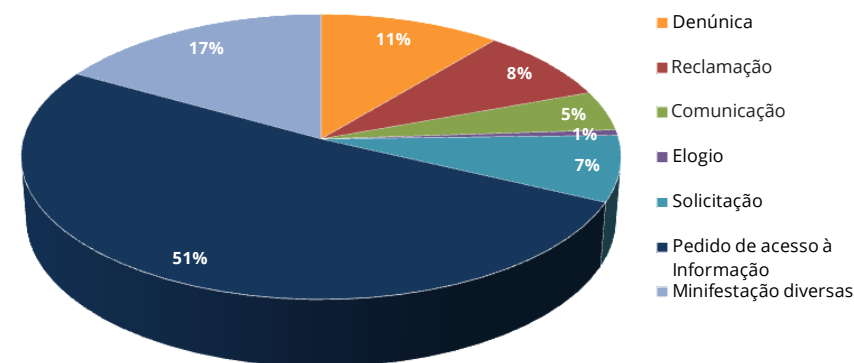
As medidas de acessibilidade aos produtos, serviços e informações adotadas pelo IFAM cumprem as leis e decretos sobre acessibilidade do governo federal.

Visando ainda à acessibilidade de alunos e da comunidade interna e externa, em cumprimento à Lei nº. 10.098 de 19 de dezembro de 2000, o IFAM vem desenvolvendo, desde setembro de 2007, o “Projeto Curupira – INCLUIR”, desenvolvendo um intenso processo de sensibilização da comunidade escolar, o que oportunizou um e outro olhar em relação as pessoas com necessidade educacionais especiais, distanciando-se de um modelo assistencialista e assumindo uma postura de valorização e empoderamento do ser humano.

2.3.5 Atendimentos prestados pelo IFAM em 2018

Em 2018, no período de janeiro a dezembro foram registradas um total de **307 (trezentos e sete)** manifestações, sendo **14 (quatorze)** Comunicações de irregularidades, **34 (trinta e quatro)** Denúncias, **26 (vinte e seis)** Reclamações, **2 (dois)** Elogios, **23 (vinte e três)** Solicitações, **158 (cento e cinquenta e oito)** pedidos de acesso à informação e **52 (cinquenta e duas)** manifestações diversas (atendimento imediato, através de e-mail, telefone ou presencialmente, não registradas no e-OUV ou e-SIC).

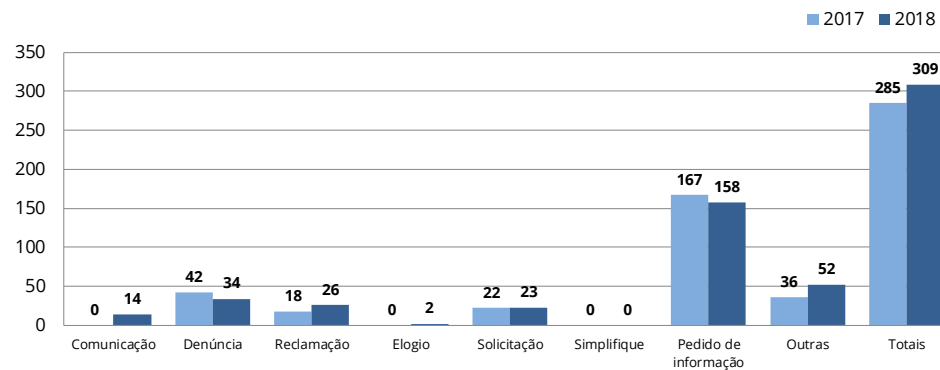
Gráfico 3 – Demandas por tipo



Fonte: Ouvidoria, 2019.

Em comparação com o ano anterior, observou-se um sutil aumento no total de manifestações, isso se deu pela maior divulgação do canal da Ouvidoria à comunidade interna e externa bem como à eficácia, eficiência e efetividade no atendimento às demandas encaminhadas à Ouvidoria.

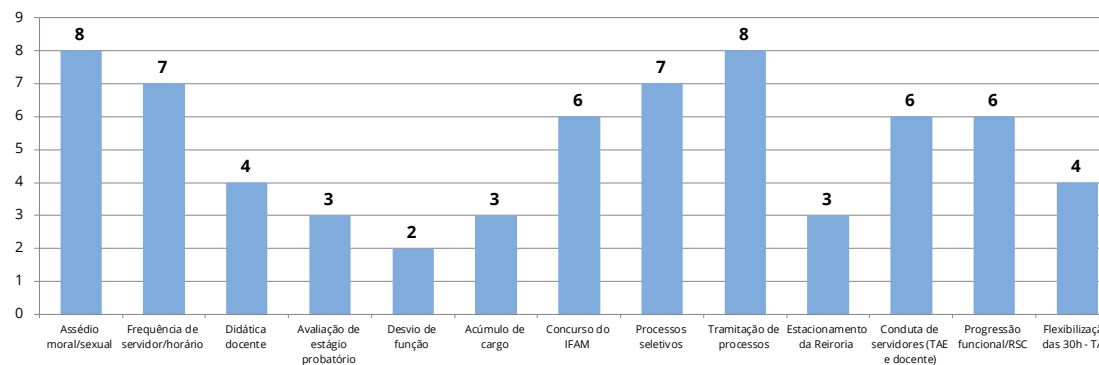
Gráfico 4 - Demandas por tipo - comparação 2017/2018



Fonte: Ouvidoria, 2019.

Destaca-se que a “Comunicação de irregularidade” (denúncia anônima) e o “Simplifique” são tipos de manifestações advindas com Lei nº 13.460/2017, e passaram a fazer parte de manifestações recebidas pelas Ouvidorias Federais a partir de junho de 2018.

Gráfico 5 - Demandas da ouvidoria por assuntos mais relevantes



Fonte: Ouvidoria, 2019.

Gestão de riscos e controles internos

Capítulo 03

3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O tratamento de riscos do IFAM atualmente é realizado por meio de três instrumentos:

- i) Plano de risco operacional, realizado no SIGPP; ii) riscos avaliados para contratações, nos termos da IN 05/2017 do MPOG, e iii) riscos de integridade, selecionados com base em temas de fraude e corrupção. Esses instrumentos contribuem para o cumprimento dos objetivos estratégicos de forma indireta. Quanto aos riscos e sua vinculação aos objetivos estratégicos, a instituição não possui ainda documento específico, porém tem buscado conhecimento na área visando sua implementação.

Como exemplo de medidas para o atendimento da Instrução Normativa da CGU nº 01/2016 estão a realização de curso in company “Implementando a gestão de riscos no Setor Público” para a alta gestão e alguns servidores operacionais, e elaboração de Projeto de Gestão de Riscos. O projeto deverá ser aprovado no Comitê de Governança, riscos e controles internos, visando início da execução.

O objetivo geral do Projeto é implementar o processo de gestão de riscos por meio da metodologia do COSO ERM ou COSO II - Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada, envolvendo setores de Reitoria do IFAM, por etapas, com a participação das equipes operacionais e gestores.

Os objetivos específicos do Projeto preveem preparação do ambiente de controle, a avaliação de riscos, atividades de controle, sistemas de informação e monitoramento, em conjunto com equipes operacionais e gestoras.

Resultados da gestão

Capítulo 04

4 RESULTADOS DA GESTÃO

4.1 Resultados alcançados

4.1.1 Resultados na área da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Em 2018, a PPGI atingiu 93,21% do seu plano de metas, que está em consonância com as atribuições definidas no Regimento Geral do IFAM. A Pró-Reitoria atua como parte de um processo educativo para a investigação, objetivando a produção, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, e tem sua aplicação na extensão tecnológica e na sociedade de maneira geral. Em 2018, destaca-se a captação por meio de editais de agências de fomento (CNPq e FAPEAM) de R\$ 1.173.101,10 em recursos para o desenvolvimento de atividades para servidores e alunos.

a) Pesquisa

A instituição desenvolveu pesquisa científica e tecnológica realizada por seu quadro profissional e por estudantes do ensino profissional, técnico, tecnológico e licenciatura, com a consequente difusão desse conhecimento, por meio dos seus programas de iniciação científica e de incentivo à inovação.

1. Programas de Bolsa de Iniciação Científica

Quadro 4 - Distribuição de bolsas de Iniciação Científica por programa e por Campus do IFAM no período de 2018-2019

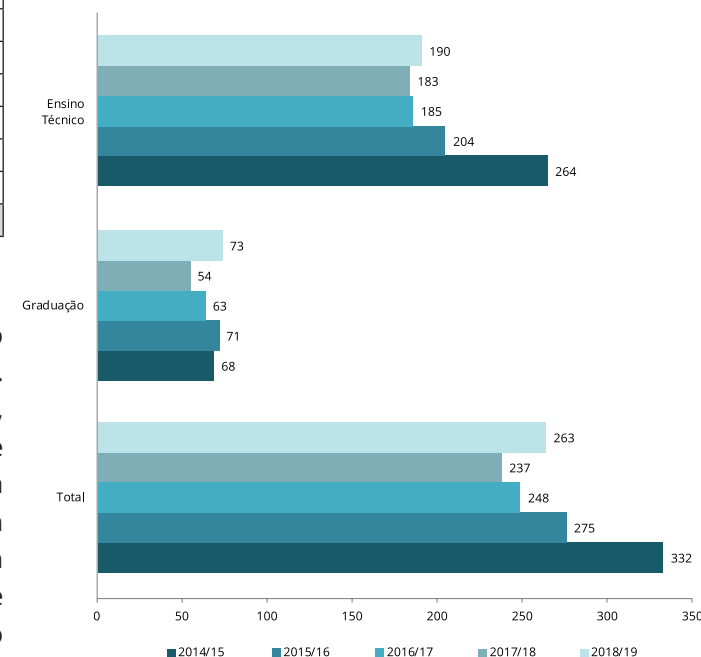
Campus	FAPEAM	CNPq			FAEPI - CTHM	IFAM		TOTAL BOLSAS
	PAIC	PIBIC	PIBITI	PIBIC EM	PIBIC Jr	PIBIC	PIBIC Jr	
CCo				01	02		06	09
CEir				01	02		08	11
CHum				01	02		03	06
Clta				01	02		04	07
CLab				01	02		13	16
CMpu				03	03		05	11
CMC	19	05	02	05	02	13	12	58
CMDI	06	03		04		05		18
CMZL	13	02	02	05	02	07	18	49
CMa				05	02		03	10
CPar				01	03		10	14
CPrF				09	02		11	22
CSGC				05	02		06	13
CTbt				01	02		12	15
CTef				01	02		01	04
Total	38	10	04	44	30	25	112	263

Fonte: PPGI, 2018.

O Gráfico 6 apresenta a variação do número total de bolsas de IC-Jr / IC nos períodos de 2014 a 2018. É notável a recuperação do quantitativo de bolsas que, até então, vinha apresentando sucessivas quedas entre 2014 e 2017. Tal recuperação foi possível através da ampliação do quantitativo do número de bolsas com agências de fomento, além da parceria firmada com o Centro de Tecnologia Professor Harlan Marcelice (CTHM) para oferta de bolsas via Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização do IFAM

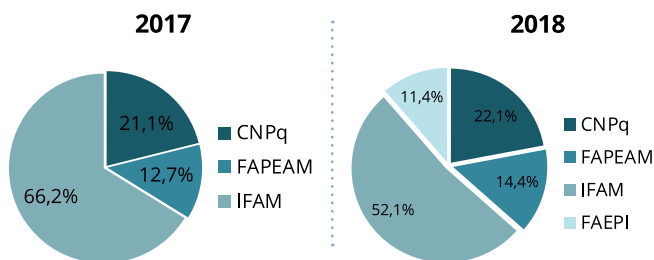
(FAEPI). Para efeito de comparação, em 2017 a PPGI ofertou 167 bolsas de iniciação científica utilizando recursos próprios; em 2018, foram 137 bolsas. Quanto ao CNPq, foram 58 bolsas em 2018, contra 50 bolsas em 2017 (+16%). Quanto à FAPEAM, foram 38 bolsas em 2018, enquanto em 2017 eram ofertadas 30 bolsas (+26,6%). A parceria com o CTHM/FAEPI garantiu a oferta de mais 30 bolsas em 2018. A Figura 2, que mostra a distribuição das bolsas nos anos de 2017 e 2018 em função da fonte de financiamento, evidencia esse crescimento da participação das agências de fomento na pesquisa no IFAM.

Gráfico 6 - Variação do número de bolsas por nível de ensino no período 2014-2018. Este gráfico considera a soma das bolsas institucionais, CNPq, FAEPI e FAPEAM



Fonte: PPGI, 2018.

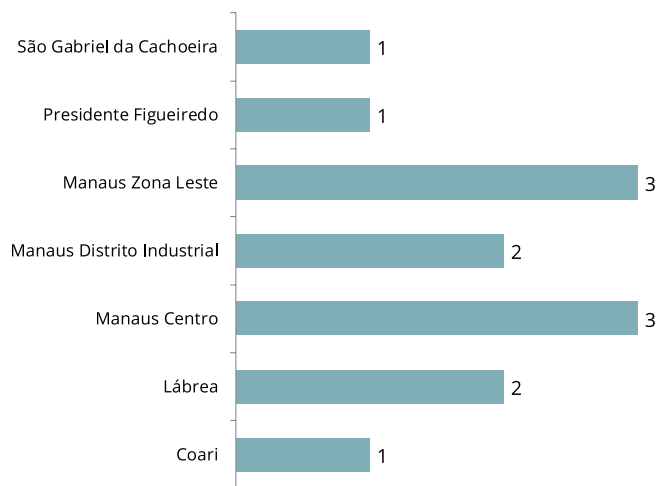
Gráfico 7 - Distribuição de bolsas por Agência de Financiamento



Fonte: PPGI, 2018.

2. Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e de Inovação Tecnológica – PADCIIT.

Gráfico 8 - Valores Investidos no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Inovação Tecnológica – PADCIIT



Valor Investido: R\$ 215.000,00
 33 projetos submetidos
 13 projetos aprovados
 07 Campi contemplados

Fonte: PPGI, 2018.

3. 15ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (Edital 004/2016/PPGI/IFAM)

Esta ação teve como finalidade financiar os planos de trabalhos para a realização da 15ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia nos *Campi* do IFAM (Tabela 2).

Quadro 5 - Valores repassados aos *Campi* para financiamento da SNCT

15ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT	
Campus	Valor (R\$)
EIRUNEPÉ	4.500,00
HUMAITÁ	
LÁBREA	
TABATINGA	
COARI	4.000,00
MAUÉS	
PARINTINS	
TEFÉ	
ITACOATIARA	3.600,00
MANACAPURU	
MANAUS CENTRO	
MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL	
MANAUS ZONA LESTE	
PRESIDENTE FIGUEIREDO	55.600,00
TOTAL	

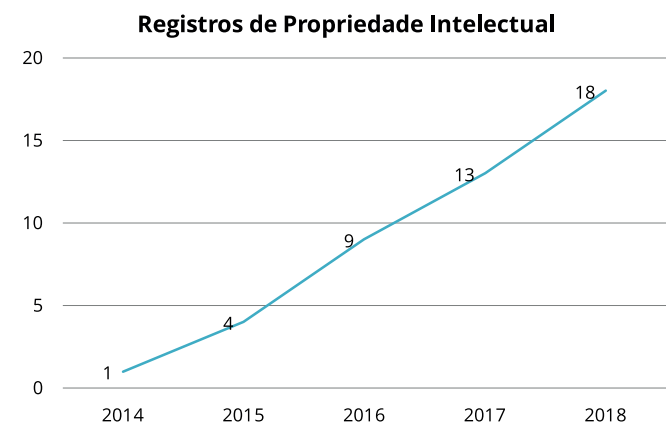
*São Gabriel da Cachoeira não participou do Edital da PPGI
 Fonte: PPGI, 2018.

Com o tema principal “Ciência para redução das desigualdades”, a 15ª Semana de Ciência e Tecnologia objetivou principalmente mobilizar servidores, em especial docentes, e discentes, em torno de temas e atividades de Ciência e Tecnologia, valorizando criatividade, a atitude científica e a inovação.

Importante observar que houve uma redução de 17% dos valores de financiamento da SNCT, em relação ao ano anterior. Essa redução de investimento com recursos próprios se deu em virtude da aprovação de Projeto junto ao CNPq, na Chamada CNPq/MCTIC-SEPED Nº 14/2018, Linha A - Projetos de Abrangência Estadual ou Distrital, com valor aprovado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

4. Núcleo de Inovação Tecnológica

Em 2018, o NIT incentivou, acompanhou, contribuiu e financiou, junto aos pesquisadores, no depósito de 05 (cinco) registros de propriedade intelectual, tendo agora o IFAM um quantitativo de 18 (dezoito) registros depositados, sendo 15 (quinze) patentes e 03 (três) registros de softwares.



Fonte: PPGI, 2018.

b) Pós-Graduação

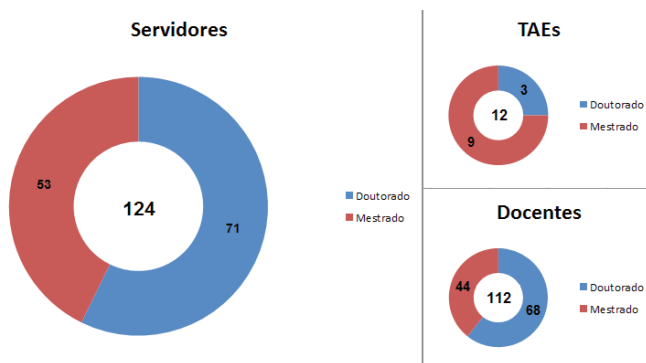
Com a missão de prestar apoio e orientação aos *Campi* no encaminhamento dos processos de criação e avaliação dos cursos de pós-graduação *Lato*

e *Stricto Sensu*, bem como assessorar a Pró-Reitoria na aplicação e atualização das diretrizes e regulamentos dos referidos cursos de pós-graduação, a Diretoria de Pós-Graduação têm atuado de maneira a aumentar a participação de servidores em Programas de Pós-Graduação.

1. Capacitação de Servidores

No decorrer de 2018, 124 servidores do IFAM estiveram afastados para Programas de Pós-Graduação.

Gráfico 9 - Servidores afastados para capacitação - 2018



Fonte: PPGI, 2018.

Atualmente o Instituto Federal do Amazonas possui três cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em nível de mestrado profissional, devidamente aprovados e reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior-CAPES, e em funcionamento no Campus Manaus Centro.

Quadro 6 - Cursos de Pós-Graduação Lato e *Stricto Sensu* do IFAM.

Curso	Alunos
Mestrado em Educação Tecnológica – MPET	46 ativos: Turma 2019 – 16 Turma 2018 – 17 Turma 2017 – 13
Mestrado Em Ensino de Física – MPEF	38 ativos: Turma 2019 – 10 Turma 2018 – 14 Turma 2017 – 10 Turma 2016 – 04
Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT	47 ativos: Turma 2018 – 22 Turma 2017 – 25

Fonte: PPGI, 2018.

2. Publicação da Produção Científica-Acadêmica do IFAM/2018

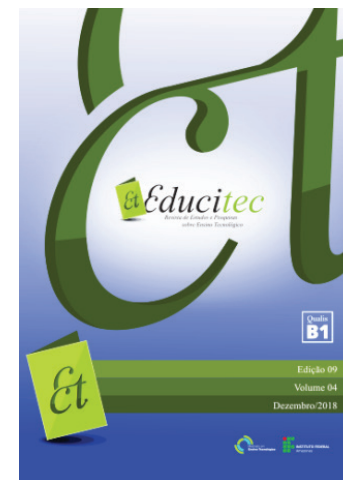


Revista Igapó

Editada semestralmente em formato eletrônico;
Aberta em caráter permanente, fluxo contínuo, à submissão de artigos inéditos;

Diversas linhas de pesquisa - caráter interdisciplinar;

Classificação *Qualis/CAPES*: Ciências ambientais (*Qualis C*); Química (*Qualis C*); Sociologia (*Qualis C*); Zootecnia/Recursos Pesqueiros (*Qualis C*); Ensino (*Qualis B5*); Interdisciplinar (*Qualis B5*) e Materiais (*Qualis B4*).



Revista EDUCITEC - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico

Organizada pelo Mestrado Profissional de Ensino Tecnológico (MPET) do IFAM;

Publicações: artigos, relatos de experiências e resenhas;

Público-alvo: docentes dos diferentes níveis de ensino, pesquisadores do campo da educação e estudantes;

Publicação semestral (junho e dezembro);

Classificação *Qualis/CAPES*: Ensino (*Qualis B1*).

3. Convênios/Parcerias – Qualificação do Servidor

Foram realizadas as seguintes parcerias de Pós-Graduação:

Quadro 7 - Servidores participantes dos programas de qualificação por convênio e parcerias.

Programa de Pós-Graduação	Nº de servidores participantes
Mestrado Acadêmico em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGEA/UFRRJ	30
Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais - PROFCIAMB/UFAM no IFAM Campus Tabatinga	16
Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais - PROFCIAMB/UFAM no IFAM Campus São Gabriel da Cachoeira	11
Doutorado em Educação em Ciências e Matemática da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática - Polo Acadêmico da Universidade Estadual do Amazonas	02

Fonte: PPGI, 2018.

Estas ações de parcerias, tanto para a qualificação de servidores quanto para a execução de projetos e programas conjuntos vai ao encontro do atendimento das demandas de incremento no número de profissionais com mestrado e doutorado e na melhoria dos projetos de pesquisa do IFAM, ao desenvolvê-los em parceria com instituições de renome em sua área de atuação. A materialização das ações potenciais destas parcerias têm ocorrido dentro dos limites orçamentários do IFAM.

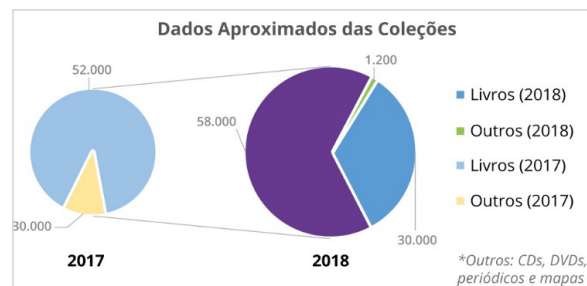
4.1.2 Resultados alcançados na área do Ensino

A Pró-Reitoria de Ensino apresenta os resultados

alcançados pelas **Coordenações Gerais** ligadas diretamente a esta.

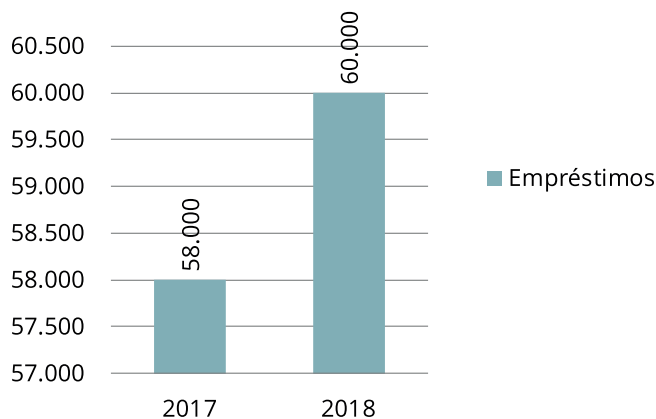
- Ampliação do acervo do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) e aumento do uso das bibliotecas;

Gráfico 10 – Acervo do IFAM



Fonte: Dados das bibliotecas do SIBI.

Gráfico 11 - Empréstimos do Acervo



Fonte: Dados das bibliotecas do SIBI.

- Lançamento do Repositório Institucional – RI;
- Elaboração de documentos normativos relacionados ao acervo nos processos de avaliação de curso.

- Início da reconstrução de minutas de editais e reformulação da página do processo seletivo;
- Articulação com a DGTI para treinamento de servidores dos *Campi* para uso do Q-seleção;
- Elaboração de orientações para padronização das ações na execução de processos seletivos;

As ações e estatísticas relacionadas ao trabalho desenvolvido pela Pesquisa Institucional:

1. Expansão do Ensino Superior com o devido registro nos sistemas reguladores do Ministério da Educação:

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial;

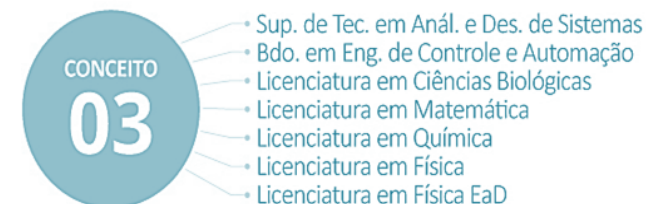
Curso de Bacharelado em Engenharia de Aquicultura; e

Curso de Bacharelado em Engenharia de Software.

2. Auxílio quanto ao processo de participação no ENADE com os discentes do Curso Superior de Tecnologia em Logística.

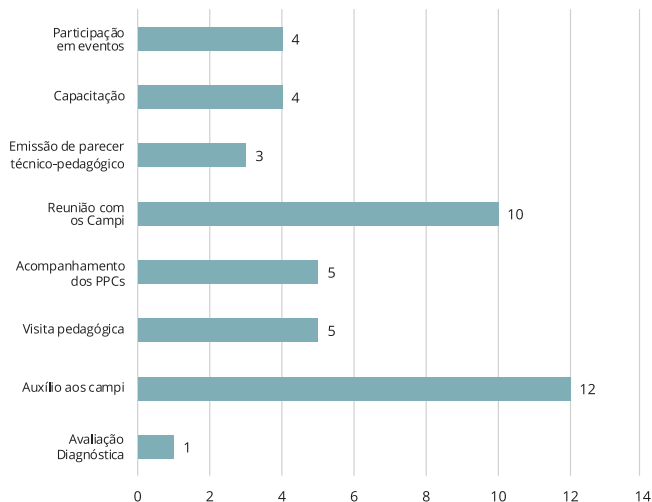
3. Finalização do processo de definição do Indicador de Qualidade - Conceito Preliminar de Curso (CPC):

CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO OBTIDO



As seguintes ações foram executadas pela Diretoria de Desenvolvimento da **Educação Superior** - DDES:

Gráfico 12 – Ações do Ensino Superior Executadas



Fonte: Diretoria de Desenvolvimento da Educação Superior - DDES

Destaca-se que as ações relacionadas à **Educação Profissional Técnica de Nível Médio** - EPTNM, no âmbito do IFAM em 2018, contribuíram significativamente para a manutenção dos índices alcançados em 2017, concentrando-se às metas 1, 2, 4, 6 e 10 do Termo de Acordo de Metas e Compromisso - TAM 2010. Consequentemente, colaboraram para o crescimento gradativo dos percentuais das Metas 10 e 11 do Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), que correspondem respectivamente à oferta da Educação Profissional na Forma Integrada na Modalidade EJA e ampliação da EPTNM.

Quadro 8 - Índices do IFAM - metas TAM 2010

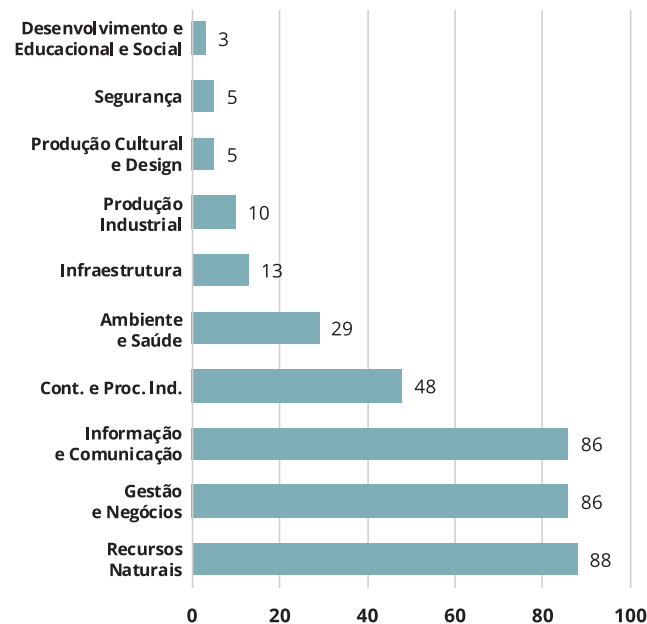
META	DETALHAMENTO	2017	2018
Meta 4	Vagas para os Cursos Técnicos	82,1%	PNP
Meta 6	Vagas PROEJA	4,7%	PNP

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha.

As informações a seguir refletem os esforços das Coordenações responsáveis pela oferta da EPTNM quanto:

a) Manutenção do índice de vagas para o Ensino Técnico de Nível Médio acima de 50%

Gráfico 13 – Número de Turmas EPTNM por Eixo Tecnológico - 2018

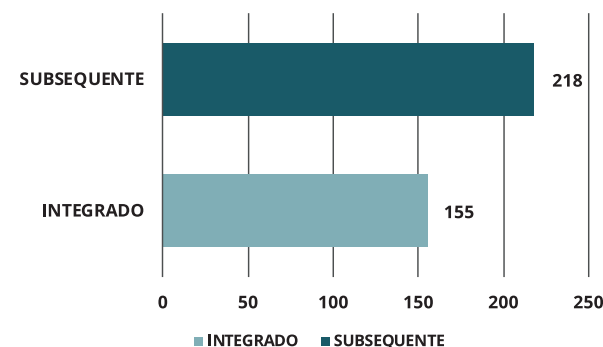


■ Número de Turmas

Fonte: SISTEC. Dados extraídos na data de 25/01/2019.

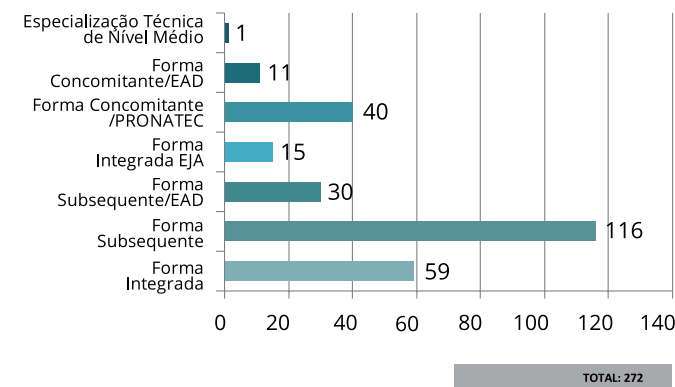
Considerando o quantitativo de ofertas de Cursos da EPTNM, distribuídos nas formas: Integrada, Integrada à EJA, Subsequente, Concomitante e Especializações Técnicas de Nível Médio. . Em 2018 foi obtido o total de 272 ofertas, distribuídas de acordo com o gráfico a seguir:

Gráfico 14 - Número de Turmas em Andamento por Forma de Oferta - 2018



Fonte: SISTEC. Dados extraídos na data de 25/01/2019.

Gráfico 15 - Total dos Cursos EPTNM por forma de Oferta Até 2018



Fonte: SISTEC. Dados extraídos na data de 25/01/2019.

Dentre as ações prioritárias na busca da eficiência e eficácia institucional (Metas 1 e 2), destaca-se o esforço dispensado pela equipe técnica afim, na realização do acompanhamento pedagógico, mesmo com redução dos recursos:

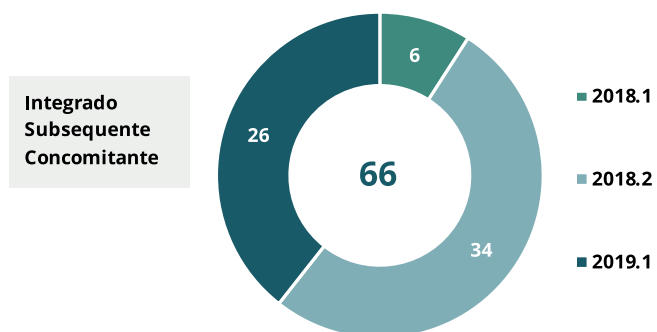
Quadro 9 – Visita técnico-pedagógica

Campus	PERÍODO DA VISITA TÉCNICO-PEDAGÓGICA
CMZL	01.02.2018
	23.07.2018
CMC	05.02.2018
CPRF	02.02.2018
CITA	23.03.2018
CTEF	29.05 a 01.06.2018
CCO	07 e 08.06.2018

Fonte: Coordenação Geral de Educação Profissional - COGEP/DDEB/IFAM

Ressalta-se ainda o acompanhamento efetivo do Processo de Avaliação dos Cursos da EPTNM e de Harmonização das Matrizes Curriculares, resultando no quantitativo de Projetos Pedagógicos de Curso – PPC's reestruturados pelos *Campi*, em 2018, para operacionalização nos semestres descritos:

Gráfico 16 - Total de PPC's Reestruturados

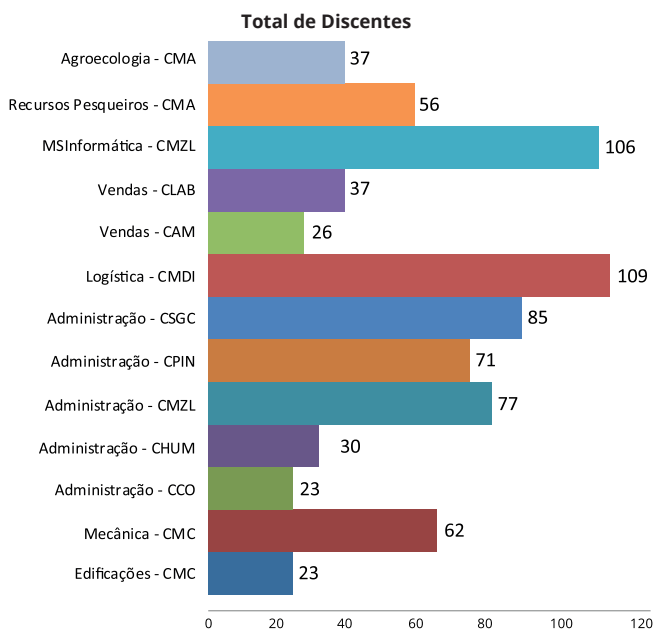


Fonte: Coordenação Geral de Educação Profissional - COGEP/DDEB/IFAM

b) Compromisso da oferta de 10% de cursos PROEJA, na busca de promoção de inclusão do público da EJA e demandas afins (Meta 6 - TAM)

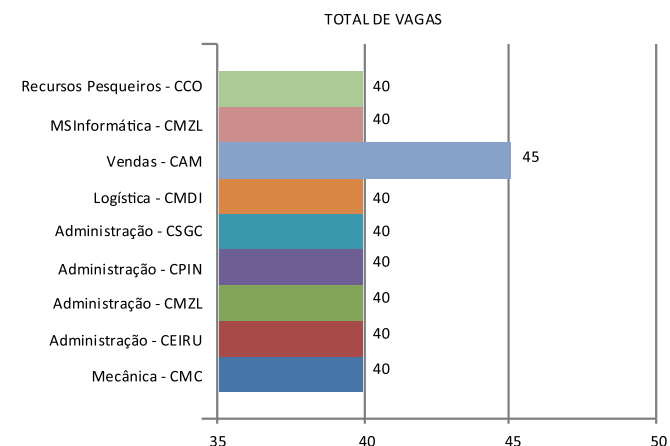
Apresenta-se os quantitativos que transparecem o empenho institucional na busca da ampliar a oferta de cursos da EJA no âmbito do IFAM, em 2018:

Gráfico 17 - Turmas em andamento dos cursos técnicos de nível médio na forma integrada na modalidade EJA/ PROEJA - ano 2018



Fonte: SISTEC. Dados extraídos na data de 25/01/2019.

Gráfico 18 - Oferta de novas turmas de cursos técnicos de nível médio na forma integrada na modalidade EJA/ PROEJA em 2019



Fonte: SISTEC. Dados extraídos na data de 25/01/2019.

A partir de 2019, o Campus Eirunepé inicia a oferta de cursos do PROEJA. Assim, a não oferta dos cursos da Modalidade EJA restringe-se somente aos *Campi*: Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Tabatinga e Tefé.

Ainda na intencionalidade de zelo pela eficiência e eficácia institucional, realizamos acompanhamento pedagógico *in loco* das turmas dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada na Modalidade EJA/ PROEJA, em 2018, nos *Campi*:

Quadro 10 – Atividades - Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada na Modalidade EJA/PROEJA

Campi VISITADOS	ATIVIDADES
CPRF	Sensibilização para a oferta de turmas no ano de 2019.
CAM CMC CMZL	Acompanhamento de todos os cursos da Forma Integrada, inclusive Modalidade EJA/PROEJA.

CMDI	Orientação em relação ao andamento dos cursos e sobre a evasão de alunos/as dos Cursos da Forma Integrada na Modalidade EJA/PROEJA.
------	---

Fonte: Coordenação Geral de EJA e Certificações - COGEJA/DDEB/IFAM

c) Possibilidade de acesso dos povos indígenas e comunidades tradicionais do campo ao Ensino Técnico. (META 10).

Buscando expandir a oferta do Ensino Técnico aos povos indígenas e comunidades tradicionais do Campo, por meio de metodologias participativas, como forma de organização dos tempos e os espaços formativos, partindo de demandas locais da EPTNM do Campo e da Educação Escolar Indígena, iniciamos a organização das ofertas específicas junto às comunidades apresentadas a seguir:

Quadro 11 – Ofertas de cursos de 2018

OFERTAS 2018				
Campus	CURSO	FORMA	COMUNIDADE / POVO / MUNICÍPIO	VAGAS / MATRÍC. 2018.2
CMA	Agroecologia	Integrada na Modalidade EJA (PROEJA Indígena)	Baixo Marau / Sateré-Mawé / Maués	40 / 37
CLAB	Florestas	Concomitante	Jarawara / Lábrea	30 / 23
CMZL	Agroecologia	Subsequente	Moray / Autazes	A definir
CPIN	A definir	A definir	Vila Amazônia / Parintins	A definir

Fonte: Coordenações Gerais de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena - COGEC e COGEEI/DDEB/IFAM

Mediante as ofertas identificadas anteriormente, enfatizamos as dificuldades e fragilidades apresentadas pelos *Campi* no seu processo de implementação:

Quadro 12 – Dificuldades e fragilidades dos *Campi*

DIFICULDADES/ FRAGILIDADES	ESTRATÉGIA
1. Formalização das parcerias com entes governamentais e não-governamentais atuantes no município, com intuito de garantir a continuidade da oferta.	1. Criar espaços de discussão entre os representantes institucionais, com finalidade de inserir as ações de atendimento conjunto à comunidade, bem como sua respectiva formalização atendendo a legislação vigente (termo de cooperação/ convênios).
2. Na formação específica para servidores com olhar na Educação do Campo e Educação Escolar Indígena.	2. Apoiar a formação continuada dos servidores que atuam com essas demandas específicas.
3. Falta de recursos materiais, humanos e financeiros.	3. Orientar o Campus a inserir as ações externas no seu plano de metas, em prol dos atendimentos dos Povos e comunidades tradicionais e do campo.
4. Processo de seleção, no âmbito sistêmico, que atenda as demandas específicas oriundas da Educação do Campo e da Educação Escolar Indígena.	4. Propor aos servidores envolvidos no processo de elaboração dos editais, uma revisão minuciosa dos marcos regulatórios que norteiam as ações dos Institutos Federais nas mesorregiões, a Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Afrodescendentes.

Fonte: Coordenações Gerais de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena - COGEC e COGEEI/DDEB/IFAM

A Educação a Distância no âmbito do Instituto se caracteriza por ofertas institucionais e por meio de Programas de Fomento: O Programa MedioTec, e a Universidade Aberta do Brasil – UAB.

Quanto à institucionalização da EaD, o processo foi iniciado no ano de 2018, juntamente com o processo de Harmonização dos Cursos da EPTNM, visando especialmente a oferta da EaD para além de Programas de Fomentos. No quadro abaixo apresentam-se os primeiros resultados desta ação, atendendo a meta 9 do TAM:

Quadro 13 – Processo de Institucionalização da EaD

Campus	CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE	QTDE. DE DISCIPLINAS
EIRUNEPÉ	Informática	5
MANAUS CENTRO	Meio Ambiente	3
	Química	3
PARINTINS	Informática	1
MANACAPURU	Administração	2
	Secretariado	2
HUMAITÁ	Secretariado	2
COARI	Administração	1
	Agricultura	1
	Recursos Pesqueiros	1

Fonte: Diretoria de Educação a Distância

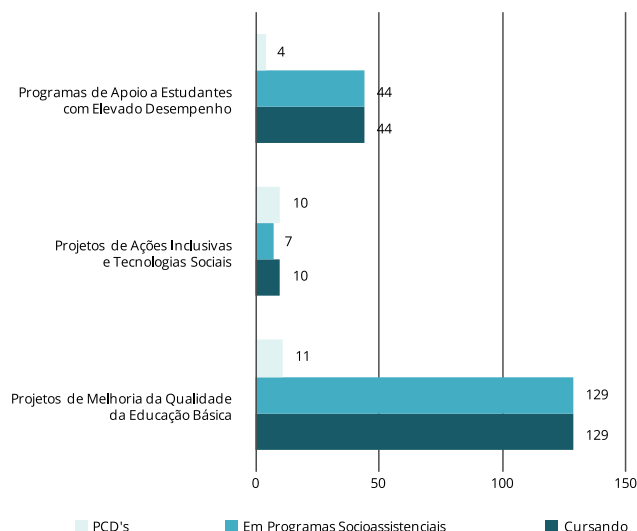
4.1.2.1 Principais Programas e Projetos/Iniciativas

- Lançamento do Repositório Institucional com produções de mestrado, iniciando o depósito com 60 documentos.
- Publicação do Manual do Trabalho de Conclusão de Curso e Política de atualização e desenvolvimento de coleções.

Com foco nas ações para a permanência e êxito dos discentes, atuou-se na execução, monitoramento e avaliação do recurso descentralizado pela SETEC. Neste sentido, apresenta-se os programas e projetos desenvolvidos em 2018:

Gráfico 19 – Número de projetos e programas de melhoria da qualidade da educação básica

Discentes Atendidos por Projetos/Programas



Fonte: SISTEC; Serviço Social dos Campi e DAES.

Quadro 14 - Quantitativo de discentes atendidos com benefícios/bolsas concedidos

Quantitativo de Discentes Atendidos com Benefícios/Bolsas Concedidos em 2018	
Benefício Alimentação	6.627
Benefício Transporte	6.054
Benefício Material Didático Pedagógico	4.877
Benefício Creche	160
Benefício Moradia	229
Benefício Alojamento	9
Bolsa/Ajuda de Custo-Projetos Integrais	1.080

Fonte: SISTEC; Serviço Social dos Campi e DAES.

Quanto às ações de acompanhamento do Programa Bolsa Permanência (PBP) e a inclusão de discentes do IFAM em Programas do Governo Federal, ressalta-se que foi realizado o acompanhamento, a homologação das bolsas e a inclusão de novos discentes no Programa de Bolsa Permanência (PBP).

Quadro 15 – Número de discentes atendidos pelo Programa Bolsa Permanência

Mês	BOLSA PERMANÊNCIA		
	Alunos Inscritos	Número de Bolsas homologadas	Recurso
Janeiro	121	85	R\$ 35.500,00
Fevereiro	112	76	R\$ 31.900,00
Março	112	69	R\$ 28.600,00
Abril	103	73	R\$ 30.700,00
Maio	104	72	R\$ 29.800,00
Junho	106	76	R\$ 31.900,00
Julho	106	74	R\$ 31.100,00
Agosto	105	64	R\$ 27.100,00
Setembro	102	65	R\$ 27.000,00
Outubro	99	71	R\$ 29.900,00
Novembro	95	71	R\$ 29.900,00
Dezembro	106	80	R\$ 37.500,00
TOTAL		876	R\$ 370.900,00

Fonte: SISTEC; Serviço Social dos Campi e DAES.

Outra importante ação realizada pelo DAES foi a operacionalização e garantia do Programa de Seguro de Vida em Grupo a todos os discentes matriculados.

Quadro 16 – Número de discentes atendidos e orçamento destinado ao Programa de Seguro de Vida em Grupo:

MESES	SEGURO DE VIDA EM GRUPO	
	Nº DE DISCENTES	VALOR MENSAL (R\$)
Janeiro	12515	R\$ 11.013,20
Fevereiro	13374	R\$ 11.769,12
Março	13374	R\$ 11.769,12
Abril	13374	R\$ 11.769,12
Maio	13262	R\$ 11.670,56
Junho	13274	R\$ 11.681,12
Julho	13305	R\$ 11.708,40
Agosto	13328	R\$ 11.728,64
Setembro	13545	R\$ 11.919,60
Outubro	13586	R\$ 11.955,68
Novembro	13612	R\$ 11.978,56
Dezembro	13521	R\$ 11.898,48
TOTAL		R\$ 140.861,60

Fonte: DAES.

Em seguida, quanto à operacionalização do Programa de Alimentação Escolar (PNAE) no âmbito do IFAM em 2018, seguem os dados no Quadro abaixo:

Quadro 17 – Número de discentes atendidos e orçamento do Programa de Alimentação Escolar

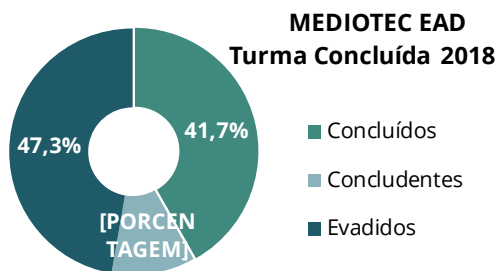
Campi	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR Total de Orçamento (R\$) e Nº de Discentes (X)				
	X	Repassado ao Campus	Executado pelo Campus	Repassado para outro Campus	Recebido de outro Campus
CCO	388	78.724,00	78.493,27	230,73	-
CEIRU	440	74.124,00	41.009,64	33.114,36	-
CHUM	535	84.768,00	102.915,69	-	18.147,69
CITA	603	45.006,00	45.001,12	4,88	-

CLAB	773	90.890,00	68.165,89	22.724,11	-
CAM	323	36.204,00	36.022,94	181,06	-
CMC	1.015	150.986,00	150.986,00	-	-
CMDI	311	73.758,00	73.758,00	-	-
CMZL	1.301	131.444,00	186.769,20	-	55.325,20
CMAU	368	77.130,00	77.119,14	10,86	-
CPIN	122	96.955,48	96.955,48	-	-
CPRF	583	73.848,00	73.677,64	170,36	-
CSGC	672	114.946,00	114.942,41	3,59	-
CTAB	699	93.998,00	93.257,24	740,76	-
CTEFE	452	73.590,00	55.093,79	18.496,21	-
TOTAL	8.585	1.296.371,48	1.294.167,45	75.676,92	73.472,89

Fonte: PROPLAD e DAES.

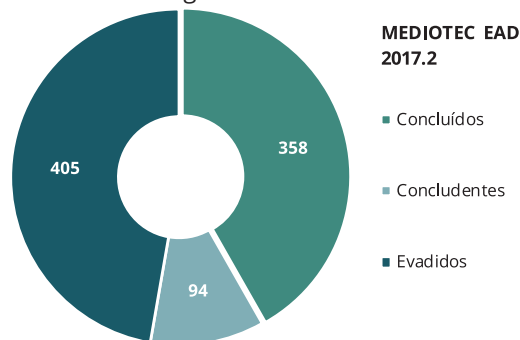
A Educação a Distância, EaD no ano de 2018 deu continuidade a suas ações por meio dos Programas MEDIOTEC EaD, destinado à oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Concomitante e à Universidade Aberta do Brasil - UAB, com oferta de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação *Lato Sensu*. No Gráfico 20 demonstra-se o panorama dos cursos finalizados no ano de 2018.

Gráfico 20 – Programa MedioTec - Turma Concluída 2018



Fonte: Coordenação Geral do Programa Mediotec

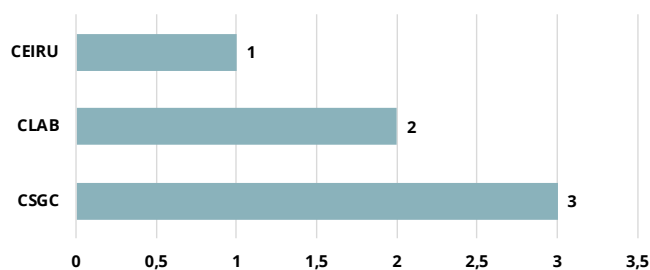
Gráfico 21 – Programa MedioTec – EAD 2017.2



Fonte: Coordenação Geral do Programa Mediotec

Na perspectiva de inclusão dos povos indígenas e das comunidades tradicionais do campo, em 2018 foi desenvolvido o **Programa Saberes Indígenas na Escola**, que é responsável pela execução e monitoramento do Programa Ação Saberes Indígenas na qualidade de Formação Continuada / Aperfeiçoamento para Professores Indígenas, leigos em Letramento e Numeramento nos *Campi* do IFAM. A seguir, identificamos os *Campi* envolvidos na oferta do referido programa:

Gráfico 22 - Nº de Turmas em Andamento/Concluídas em 2018 do Programa Saberes Indígenas na Escola



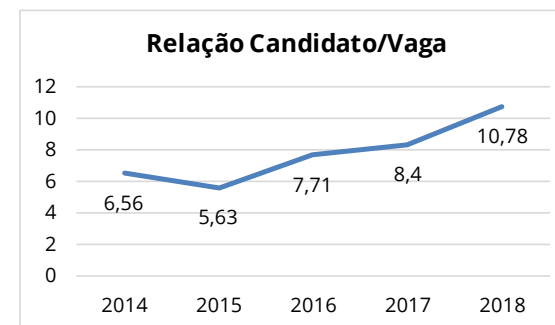
Fonte: Coordenação Adjunta do Programa Saberes Indígenas na Escola - CAPSI/DDEB/IFAM

4.1.2.2 Indicadores de Desempenho Quantificados e Alinhados aos Objetivos

a) Indicadores Acadêmicos

No gráfico 23, entre 2017 e 2018 houve uma evolução na procura dos cursos ofertados. Tal aumento se deve tanto à criação de novos cursos, quanto à maior familiarização da comunidade com o novo processo seletivo do IFAM, ou seja, por meio de avaliação de notas do Ensino Básico.

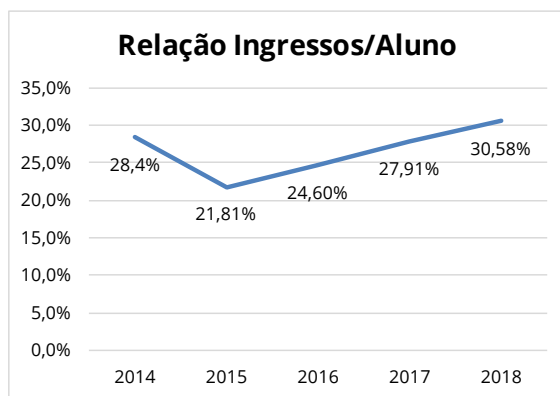
Gráfico 23 – Relação Candidato/Vaga



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – Ano Base 2018.

No gráfico 24 observa-se que, no ano de 2018, houve continuidade no crescimento do percentual da Relação Ingresso/Aluno, recuperando gradativamente, o baixo percentual apresentado em 2015 – Ano de mudança da Forma de Acesso ao IFAM.

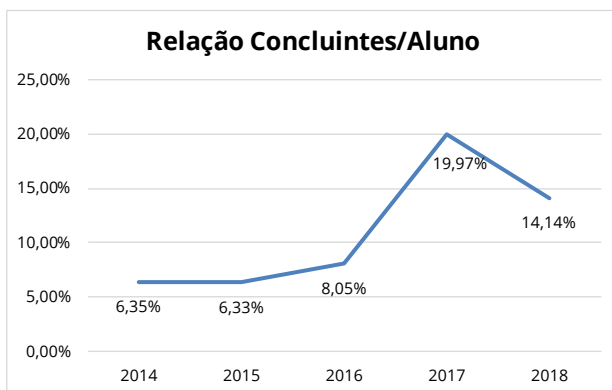
Gráfico 24 – Relação Ingresso/Aluno



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – Ano Base 2018.

No Gráfico 25 observa-se uma redução do percentual da relação Concluinte/Aluno, considerando que alguns *Campi* ainda não finalizaram a atualização do número de concluintes no SISTEC, tendo em vista, que as coordenações de Registro Acadêmicos tiveram suas ações, no final do ano de 2018, concentradas na migração de dados acadêmicos para o novo Sistema Acadêmico - SIGAA do IFAM.

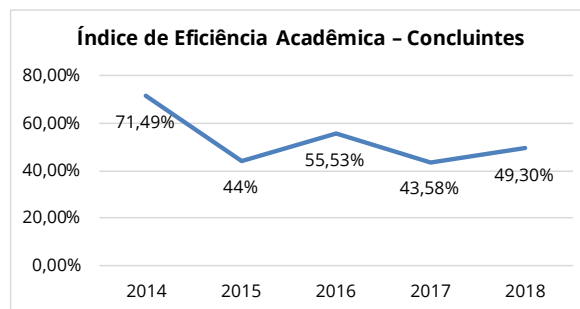
Gráfico 25 – Relação Concluintes/Aluno



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – Ano Base 2018.

No Gráfico 26, em 2018, o Instituto resgatou a eficiência acadêmica para um patamar significativo, dando um indicativo de alteração de status do corpo discente para concluintes.

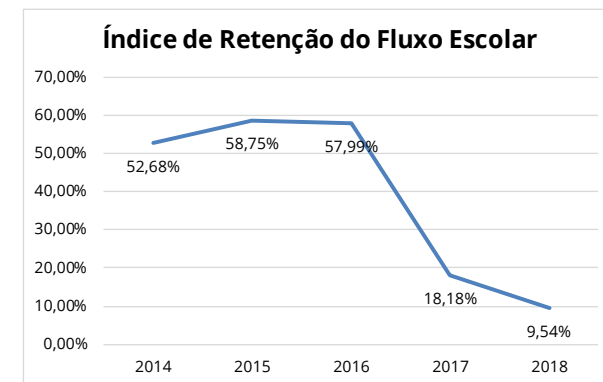
Gráfico 26 – Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – Ano Base 2018.

No Gráfico 27 identifica-se um declive do índice em análise no ano de 2017, no qual relacionamos aos editais de cancelamento de matrículas que foi implementado, frente a necessidade de ajustes para a migração de dados para o novo Sistema Acadêmico – SIGAA.

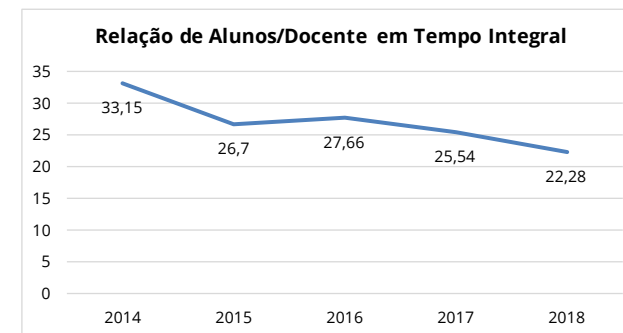
Gráfico 27 – Índice de Retenção do Fluxo Escolar



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – Ano Base 2018.

No gráfico 28 verifica-se que no período de 2014 a 2018 o Instituto manteve um quadro de professores conciso, evitando a ociosidade da força de trabalho docente.

Gráfico 28 – Relação de Alunos/Docentes em Tempo Integral

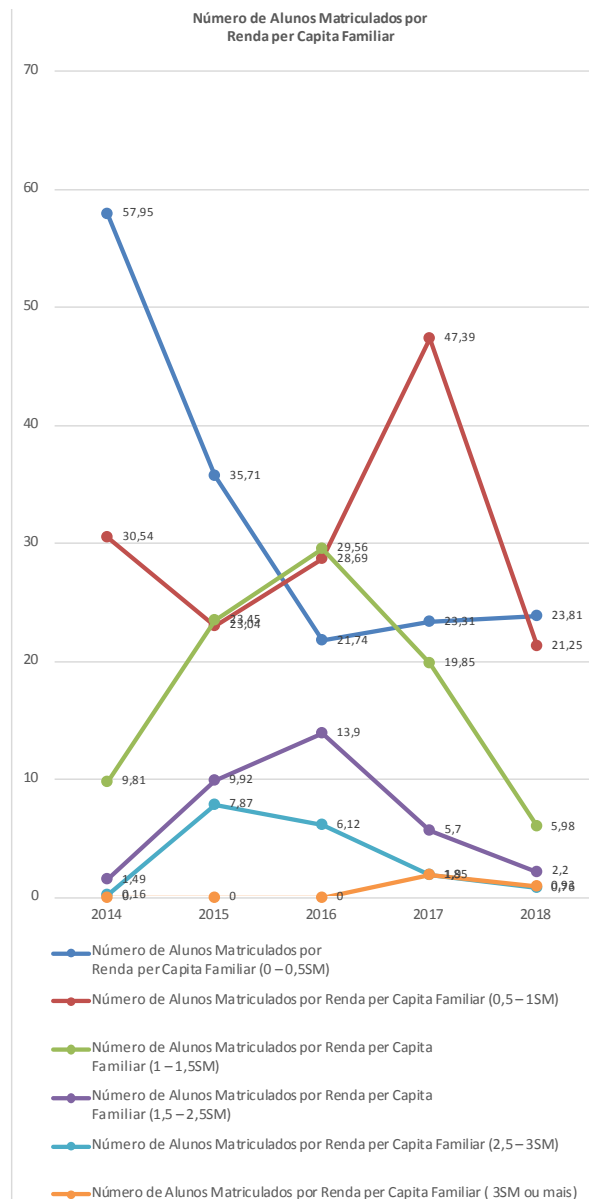


Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – Ano Base 2018.

b) Indicadores Socioeconômicos

No gráfico 29 destaca-se a importância social que tem o IFAM apresentado no período de 2014 a 2018, resultando, desta forma, no acolhimento de famílias de baixa renda possibilitando um trabalho de inclusão social.

Gráfico 29 – Número de Alunos Maculados por Renda per Capita Familiar



4.1.2.3 Avaliação dos Objetivos Alcançados e do Desempenho em Relação às Metas

Destaca-se no Processo Seletivo que os objetivos alcançados voltaram-se para a simplificação e padronização dos editais dos processos seletivos do IFAM.

Quanto ao serviço de Biblioteca do IFAM, ressalta-se a promoção da modernização tecnológica para serviços e sistemas de apoio aos processos acadêmicos, administrativos e gerenciais por meio de soluções de infraestrutura modernas, obtendo-se:

- a implantação do RI, sendo possível a disponibilização da produção científica, em ambiente digital.
- Ampliação do acervo do Sistema Integrado de Bibliotecas em mais de 55%.
- Aumento do empréstimo domiciliar em mais de 3%.
- Disponibilização de manuais necessários para processos de avaliações de cursos

Na Educação Superior, em relação a forma de acesso ao ensino superior foi sustentado no lançamento de editais próprios de processos seletivos: transferência facultativa, portadores de diploma e recepção de curso no início do segundo semestre/2018. Por conseguinte, articulou-se a aproximação com a SEDUC, buscando parceria, para o aumento do número de matrículas nos cursos de Licenciatura e Programas de Formação Docente.

No tocante à Educação a Distância no IFAM considera-se que as Metas 04 e 09 do TAM foram

atendidas, via oferta do Programa MEDIOTECH EaD. Destaca-se, ainda, o processo de institucionalização da EaD cujas ofertas deixam de estar atreladas, exclusivamente, aos programas de fomento e passam a ser incorporadas nos cursos presenciais, iniciado nos Cursos Técnicos de Nível Médio. Em relação ao proposto na Meta 05 do TAM, o IFAM efetivou no ano de 2018 por meio do Programa UAB, 265 rematrículas nos Cursos de Licenciatura e Formação de Professores, corroborando com as Metas 15 e 16 do PNE que focalizam a oferta de formação inicial e continuada de professores.

Em análise dos percentuais alcançados nas metas 4, 6 e 10 do TAM 2010 e avaliação dos objetivos alcançados, na Educação Profissional, observa-se as seguintes reflexões:

- Aproximadamente 17% dos 82,1% da oferta de cursos da EPTNM poderia estar sendo destinada aos cursos de Licenciatura, possibilitando uma distribuição equilibrada da oferta de cursos de nível médio e superior nos *Campi* do IFAM.
- Gradativamente as matrículas dos cursos EJA/PROEJA têm crescido no IFAM, entretanto, a regularidade da oferta, que deveria ser anual, não se mantém em todos os *Campi* do IFAM, apesar de todo trabalho de sensibilização realizado por meio dos I e II Simpósio de EJA do IFAM e I Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional – Acesso, Permanência e Êxito.
- A oferta dos cursos técnicos por meio das formas de acesso, assentadas em ações afirmativas, vêm aos poucos ampliando e tornando-se preocupação

das Direções Gerais dos *Campi* ofertantes, já que a ação não se restringe ao acesso somente, mas também à etapas de permanência e êxito, as quais, para se efetivarem, necessitam:

i. Concretização dos Termos de Acordo de Cooperação Técnica com as instituições parceiras, favorecendo a divisão de responsabilidade na realização dessas ações afirmativas.

ii. Planejamento conjunto, sistemático e sensível às especificidades e peculiaridades de cada oferta, priorizando o processo de inclusão de sujeitos pouco favorecidos socialmente, quanto a uma educação escolar regular, ou seja, as ditas convencionais, sendo essa parte integrante do atendimento pelos Institutos Federais.

iii. Apoio financeiro para descolamento dos servidores até as localidades longínquas onde ocorrem as ofertas, o qual deverá ser incluído no planejamento orçamentário dos *Campi* envolvidos.

iv. Incentivo à participação em eventos nacionais da área e cronograma de reuniões com outras pró-reitoras com finalidade de buscar harmonizações das ações conjuntas.

No que tange ao desempenho e aos objetivos relacionados às metas da Assistência Estudantil, dentre as 21 ações propostas, 17 foram atendidas, dentre elas temos:

- Divulgação da Política de Assistência Estudantil (PAES);
- Elaboração e publicização dos editais normativos

daPAES;

- Acompanhamento e inclusão de discentes no Programa Bolsa Permanência;
- Monitoramento do recurso da Merenda Escolar (PNAE);
- Realização das ações para a concretização dos Jogos estudantis, incluindo as etapas local e regional, e
- Participação das servidoras da DAES em cursos de qualificação, entre outras.
- Ressalta-se que o cumprimento das metas contribuiu para o desenvolvimento das ações necessárias à permanência e êxito dos corpos discente do IFAM.

4.1.2.4 Monitoramento de Metas não Alcançadas

A Coordenação Geral de Biblioteca acompanhará:

- Assinatura da Biblioteca Virtual;
- Módulo de Biblioteca a ser implementado no SIGAA.

Em busca da simplificação de rotinas de trabalho das ações relativas ao Processo Seletivo, serão organizados os checklists e fluxogramas, bem como a construção de regulamentação para melhoria do processo no IFAM.

Quanto às ações prioritárias desempenhadas na Educação a Distância, em 2018, destaca-se o esforço em possibilitar a expansão da EaD nos *multicampi* e Polos do Amazonas, de modo eficaz e eficiente, dentro das possibilidades institucionais que

nos foram garantidas por meio das verbas e ações governamentais, assim realizou-se:

- Acompanhamento efetivo e diário dos professores mediadores juntos aos alunos;
- Monitoramento diário do ambiente virtual de aprendizagem;
- Apoio pedagógico e didático ao aluno de forma contínua e efetiva.
- Planejamento com vistas organização pedagógica e infraestrutural local dos *Campi*, com vistas à institucionalização da EaD, a saber: a formação dos professores e equipe multiprofissional das ofertas presenciais para o trabalho no espaço acadêmico virtual e a contribuição na reestruturação e aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de oferta presencial com a devida previsão oferta de disciplinas, em EaD.

As ações da Assistência Estudantil que foram atendidas parcialmente:

- Realização de visitas técnicas nos 15 *Campi* do IFAM, e
- Monitoramento da implementação das ações do Plano Estratégico de Permanência e Êxito.

Ressalta-se que é necessário considerar as limitações orçamentárias, logísticas e de pessoal para justificar o não cumprimento integral das metas acima apresentadas.

Há ainda uma meta que ainda não foi concluída, encontrando-se em andamento: avaliação, revisão e consolidação da Política de Assistência Estudantil no IFAM. Destaca-se que esta é uma ação contínua do DAES.

4.1.2.5 Justificativas para o Resultado

Quanto ao Repositório Institucional destaca-se o apoio na realização de capacitação de servidores em cursos, treinamentos e viagens técnicas, bem como de parcerias interinstitucionais. O aumento do acervo foi possível pelo investimento de R\$ R\$ 3.170.000,00 para compra de livros, o que resultou também no aumento do uso das bibliotecas, realizando divulgação de serviços e produtos, além de treinamentos, eventos e projetos ofertados. O lançamento do Manual do TCC e da Política de desenvolvimento de coleções foi pelo trabalho em equipe com a formação de Grupos de Trabalhos e comissões estabelecidas.

Quanto às ações desempenhadas na Assistência Estudantil em 2018, ressalta-se o orçamento destinado e sua importância na realização das ações propostas e no alcance dos resultados conquistados. Para tanto, seguem os dados de valores descentralizados, executados, repassados e devolvidos:

Quadro 18 – Número de discentes atendidos e orçamento destinado à Assistência Estudantil

<i>Campi</i>	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - Orçamento (R\$)				
	Nº Discentes Atendidos	Valor Descentralizado	Valor Executado	Valor devolvido/ Repassado a outro Campus	Valor Recebido de outro Campus
CCO	710	653.956,90	652.480,00	1.476,90	-
CEIRU	474	488.101,66	487.620,64	481,02	-
CHUM	617	588.598,69	589.601,81	-	1.003,12
CITA	823	733.370,64	733.169,14	201,50	
CLAB	568	674.908,61	667.043,72	7.864,89	

CAM	399	441.015,64	435.836,38	5.179,26	
CMC	3.456	2.583.781,00	2.583.781,00	0,00	-
CMDI	1.283	1.056.647,80	1.043.313,73	13.334,07	
CMZL	1.301	1.210.924,02	1.210.924,02	0,00	-
CMAU	611	584.382,03	580.349,40	4.032,63	
CPIN	759	688.392,95	688.392,95	0,00	-
CPRF	547	539.404,34	539.400,77	3,57	
CSGC	728	800.477,40	800.236,09	241,31	
CTAB	549	540.809,89	540.809,89	0,00	-
CTEFE	407	441.015,64	435.836,38	5.179,26	-
TOTAL	13.232	12.025.787,21	11.988.795,92	36.991,29	1.003,12
TOTAL DE RECURSO DEVOLVIDO AO FNDE				36.991,29	

Fonte: PROPLAD e DAES.

4.1.2.6 Perspectiva para os Próximos Exercícios: Desafios e Incertezas

Meta 1 e 2: Índices de Eficiência e Eficácia da Instituição

Desafios (Ações em 2019):

- Adquirir a Biblioteca Virtual para formação das bibliografias básicas e complementares dos cursos. **Incertezas (Riscos):** Atualização de certidões negativas do fornecedor necessárias para a efetivação do contrato e contingenciamento de recurso orçamentário.
- Implantar o Módulo de Biblioteca do SIGAA, estendendo a todas as bibliotecas promovendo a utilização e o gerenciamento de forma eficiente e eficaz. **Incertezas (Riscos):** Desenvolvimento do Módulo de Biblioteca no SIGAA/DGTI.
- Inserir a produção científica dos servidores no RI na perspectiva de acesso aberto a toda produção

do IFAM. **Incertezas (Riscos):** A não autorização autoral das produções científicas, bem como o não atendimento aos padrões solicitados para a publicação no RI.

- Fomentar a participação dos bibliotecários do IFAM na X Conferência Luso-brasileira de ciência aberta. **Incertezas (Riscos):** Contingenciamento de recursos orçamentários.
- Simplificar os editais dos processos seletivos do IFAM, bem como a reformulação da página do processo seletivo. **Incertezas (Riscos):** Atendimento às especificidades dos *Campi*.
- Implantar Projetos Pilotos de novas formas de ingresso. **Incertezas (Riscos):** Indefinição dos cursos e *Campi* para implementação.
- Elaborar a regulamentação do Processo Seletivo no âmbito do IFAM. **Incertezas (Riscos):** Elevadas demandas de atividades realizadas pelos setores envolvidos, reduzindo o tempo disponibilizado.
- Ampliar em 30% o quantitativo de alunos atendidos pelas ações da Assistência Estudantil no IFAM. **Incertezas (Riscos):** Contingenciamento orçamentário.
- Normatizar as Políticas de Assistência Estudantil no âmbito do IFAM. **Incertezas (Riscos):** Elevadas demandas de atividades realizadas pelos setores envolvidos, minimizando o tempo disponibilizado.
- Desenvolver sistema informatizado, aprimorando

os instrumentos de monitoramento, avaliação de impactos das Políticas de Assistência Estudantil. **Incertezas (Riscos):** Capacitação dos departamentos na operacionalização do módulo Assistência Estudantil no SIGAA.

Meta 4: Vagas para os Cursos Técnicos

Desafios (Ações em 2019):

- Concluir o Processo de Avaliação e Harmonização das Matrizes Curriculares dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada (DDEB). **Incertezas (Riscos):** Recomposição de comissões de elaboração dos PPCs constantemente.
- Monitorar e Planejamento das Ações Pedagógicas nos *Campi*, realizando assessoramento in loco na pretensão da implementação de ações integradas, interdisciplinares e transdisciplinares na práxis de docentes e TAEs da EPTNM. **Incerteza (Riscos):** Escassez de recursos orçamentários para realização das visitas técnico-pedagógicas in loco.
- Fortalecer o Ensino Médio Integrado nos *Campi* com foco na Formação Humana Integral dos seus estudantes por meio da organização de encontros educacionais que propiciem a análise dos nossos indicadores acadêmicos. **Incerteza (Riscos):** Escassez de recursos orçamentários, inviabilizando a participação de representantes dos *Campi* do IFAM.

Contribuição da EaD para o percentual das ofertas em EPTNM. **Incertezas (Riscos):** Redução de fomento via SETEC e FNDE.

Meta 5: Vagas para Formação de Professores e Licenciaturas

Desafios (Ações em 2019):

- Ampliar em 20% o quantitativo de bolsas dos Programas PIBID, Residência Pedagógica e SIGPET. **Incertezas (Riscos):** Indefinições quanto a equipe gestora/MEC.
- Contribuição da EaD para o percentual das ofertas em Licenciaturas e Formação de Professores. **Incertezas (Riscos):** Liberação de fomento via CAPES.

Meta 6: Vagas PROEJA

Desafios (Ações em 2019):

- Mapear a oferta de turmas dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada na Modalidade EJA/PROEJA, nos últimos 5 anos, com indicadores de: entrada; evasão; retenção; conclusão; *Campi* não ofertantes, formação continuada de docentes na área, visando a elaboração de Plano de Ação para os cursos da EJA/PROEJA, melhorando, assim, o processo de permanência e êxito dos/ alunos/ as dessa Modalidade de Ensino, a partir do ano de 2020. **Incertezas (Riscos):** Não alimentação constante do SIGAA pelos *Campi* ofertantes do PROEJA.
- Divulgar junto aos *Campi* do IFAM o Programa Rede CERTIFIC para a consolidação de projetos piloto a serem executados a partir de 2019.2. **Incertezas (Riscos):** Poucos momentos disponibilizados à divulgação do Programa da Rede CERTIFIC.

Meta 7: Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica

Desafios (Ações em 2019):

- Elevar em 60% o quantitativo de projetos inseridos no Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica no âmbito do IFAM e alunos atendidos. **Incertezas (Riscos):** Contingenciamento de recursos financeiros.
- Melhorar os instrumentos relacionados ao monitoramento e avaliação do impacto da implementação dos projetos do Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica. **Incertezas (Riscos):** Alta demanda de atividades para um número reduzido de servidores.

Meta 9: Ofertas de Cursos a Distância

Desafios (Ações em 2019):

- Institucionalização da EaD em cursos presenciais da EPTNM. **Incertezas (Riscos):** Recursos humanos e orçamentários, infraestrutura, etc.

Meta 10: Formas de Acesso ao Ensino Técnico

Desafios (Ações em 2019):

- Criar de novas turmas de cursos técnicos junto às comunidades Indígenas e do Campo, oriundas das demandas dos Fóruns de Educação Escolar Indígena e do Campo, Organizações Indígenas e Instituições de Ensino Fundamental e Médio. **Incertezas (Riscos):** Escassez de recursos orçamentários, corpo docente e o não firmamento de Acordo de Cooperação Técnica

entre instituições parceiras nessas ações.

- Regulamentar as Diretrizes Gerais do Ensino Médio Integrado, do Campo e Educação Escolar Indígena do IFAM. **Incertezas (Riscos):** Mudanças de legislações a nível de Ministério da Educação - MEC
- Consolidar as formações em andamento do Programa Saberes Indígenas na Escola, pretendendo a edição/publicação dos materiais didáticos construídos durante o processo de todas as Formações já oferecidas, buscando a distribuição desse material junto às comunidades indígenas, com a finalidade de uso pelos seus professores e alunos. **Incertezas (Riscos):** A não renovação do Programa Saberes Indígenas na Escola em decorrência de suspensão de recursos orçamentários.

Meta 11: Formas de Acesso ao Ensino Superior

Desafios (Ações em 2019):

- Elaborar Projeto Piloto e Regulamentação quanto ao Processo Seletivo Unificado de acesso da Educação Básica à Educação Superior, no âmbito do IFAM. **Incertezas (Riscos):** Alta demanda de atividades dos setores envolvidos, resultando na redução de pessoal dedicado a esta ação.

Meta 12: Formas de Acesso às Licenciaturas

Desafios (Ações em 2019):

- Ampliar em 40% o quantitativo de *Campi* ofertantes de cursos de Licenciaturas no IFAM.

Incertezas (Riscos): Liberação de novos códigos de vagas/MEC.

Meta 13: Programas de Apoio a Estudantes com elevado desempenho

Desafios (Ações em 2019):

- Elevar em 30% o quantitativo de projetos inseridos no Programa de Apoio a Estudantes com elevado desempenho no âmbito do IFAM e alunos atendidos. **Incertezas (Riscos):** Contingenciamento de recursos financeiros.
- Melhorar os instrumentos relacionados ao monitoramento e avaliação do impacto da implementação dos projetos do Programa de Apoio a Estudantes com elevado desempenho. **Incertezas (Riscos):** Alta demanda de atividades para um número reduzido de servidores envolvidos.

Meta 17: Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão Intercampi e Interinstitucionais

Desafios (Ações em 2019):

- Ampliar 30% da oferta dos benefícios socioassistenciais via serviço, atendendo um maior quantitativo do alunado. **Incertezas (Riscos):** Limitação de recursos orçamentários e humanos.

4.1.3 Resultados alcançados relacionados à Extensão

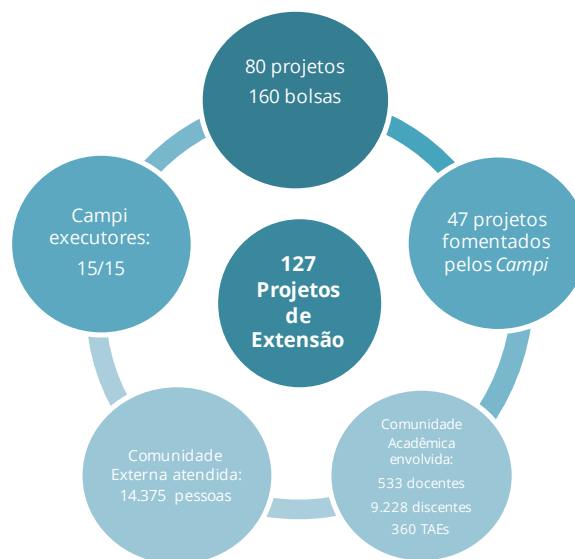
4.1.3.1 Principais programas e projetos/iniciativas

As ações de extensão são identificadas de acordo com as dimensões estabelecidas pelo Documento Base "Extensão Tecnológica", do Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional – FORPROEXT, do Ministério da Educação. Entre os principais resultados estão:

a) *Publicação de edital de chamada do Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX e acompanhamento dos projetos nos Campi*

Foi lançado o Edital nº. 002 de 24 de abril de 2018, por meio do qual o programa recebeu 127 propostas e selecionou 80. Concedeu bolsas para 80 docentes e 80 discentes, com recursos da PROEX, totalizando R\$ 246.000,00 (duzentos e Quarenta e seis mil reais), que foram descentralizados para os *Campi* participantes. Além disso, foram desenvolvidos outros projetos fomentados com recursos provenientes do orçamento de cada Campus envolvido.

Gráfico 30 – Projetos de Extensão



Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2018.

b) *Fomento às Mostras de Extensão e Eventos Culturais e Empreendedorismo dos Campi, e acompanhamento dos projetos de eventos – Editais nº 003 e 004/2018 - PROEX*

Foi realizado por meio Editais nº 003 e 004/2018-PROEX, a Mostra de Extensão recebeu 14 propostas, uma vez que o Campus Parintins não participou do certame. Durante as mostras são apresentadas à comunidade diversas atividades de extensão, sendo o evento substancial da Extensão. Dos eventos culturais e empreendedorismo, também foram contemplados 14 *Campi*, tendo novamente o Campus como ausente do Edital. Ao todo, foram concedidos 46 Auxílios de valores diferenciados, totalizando R\$ 160.000,00, do orçamento PROEX. Soma-

se a isso, mais 42 projetos de eventos fomentados pelos *Campi*, que demonstram a interação dialógica e transformadora entre o IFAM e a sociedade.

Gráfico 31 – Eventos de Extensão



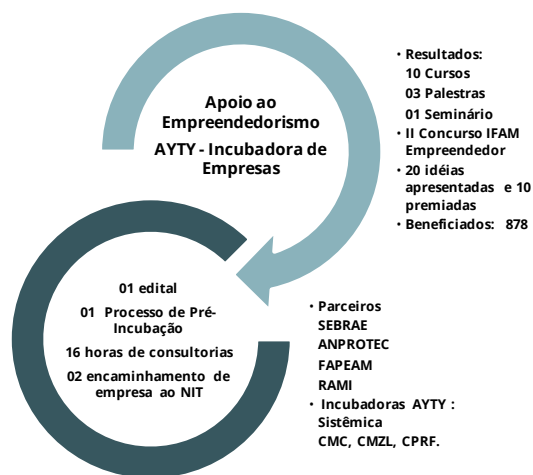
Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2018.

c) *AYTY – Incubadora de Empresas do IFAM*

Em 2018, foi lançado um edital para seleção de 04 empresas não residente com a submissão de 10 planos de negócios. Realizou a atividade de pré-incubação, por meio do projeto Desafio IFAM Empreendedor, pelo qual proporcionou capacitações em Modelos de Negócios e Planos de Negócios, aos potenciais empreendedores oriundos de diversos cursos do IFAM. Empresários e potenciais empreendedores receberam consultorias nos eixos pessoal, gestão, tecnológico, mercado e financeiro. Realizou ainda o Seminário de Empreendedorismo e Inovação, em parceria com a Rede de Inovação e

Empreendedorismo da Amazônia-RAMI, cujo tema foi o Marco Legal de Inovação e contou com palestrantes e convidados de todas as regiões do país. Com a parceria do SEBRAE e FAPEAM promoveu a realização de vários cursos e eventos destinados a docentes, discentes e público externo, visando o avanço da cultura empreendedora.

Gráfico 32 – Incubadora de empresas



Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2018.

d) *Publicação de Edital de fluxo contínuo de Cursos FIC e acompanhamento dos Cursos de Extensão nos Campi*

Foi aprovado o regulamento dos Cursos de Extensão, nas suas diversas modalidades. O programa visa atender às necessidades da sociedade, promovendo o desenvolvimento de pessoas, com a oferta de cursos de capacitação, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos, podendo ser realizados nos diversos ambientes do IFAM e “in company”. Por meio de Edital, os Campi realizaram

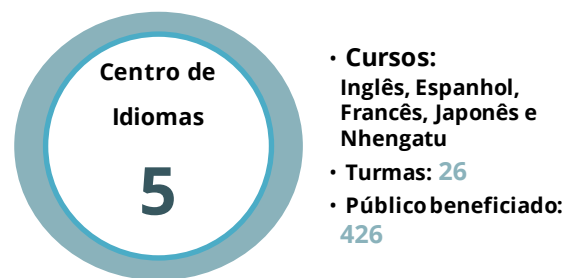
uma série de cursos envolvendo a participação de membros da comunidade interna e externa, totalizando 1.593 pessoas capacitadas. Soma-se a esse quantitativo mais 426 pessoas que participaram de cursos de línguas estrangeiras, por meio dos 5 Centros de Idiomas do IFAM.

Gráfico 33 – Cursos de Extensão



Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2018.

Gráfico 34 – Centro de Idiomas



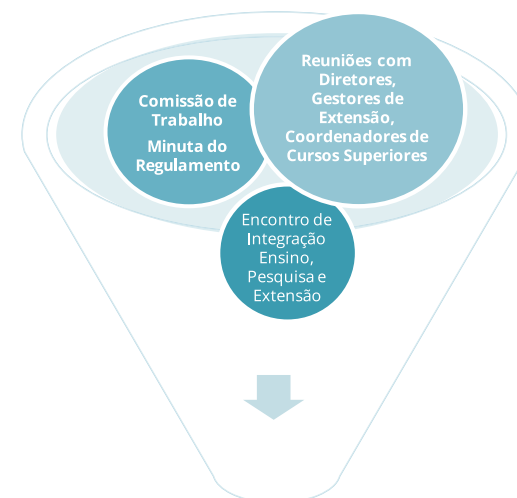
Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2018.

e) *Curricularização da Extensão*

O processo de curricularização da extensão vem sendo desenvolvido no âmbito do IFAM, desde 2016, por meio de estudos, análises e construção de minuta via reuniões, seminários, encontros, dentre outros e visa atender primeiramente ao que preceitua

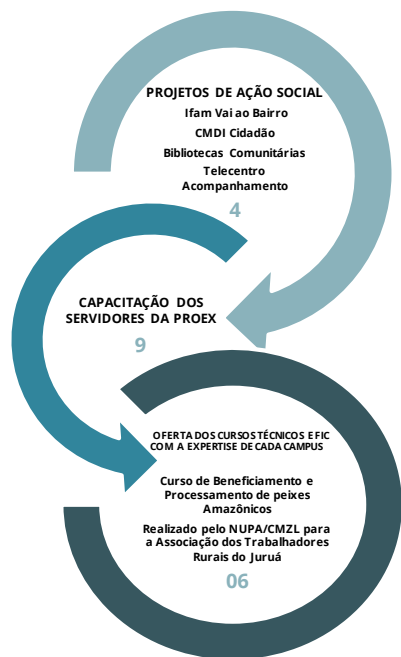
o Plano Nacional de Educação 2014-2024 e demais documentos nacionais, que tratam das políticas para a Educação, como a LDB 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Superior, ao Plano Nacional de Extensão, bem como aos documentos norteadores das práticas pedagógicas do IFAM. É um processo que busca potencializar o envolvimento de todos os estudantes em atividades curriculares institucionais com foco na comunidade externa. É incorporar nos currículos a lógica da extensão como demanda necessária de atualização das matrizes curriculares dos cursos de graduação existentes, garantindo que 10% (dez por cento) da carga horária total corresponda às ações de extensão (PNE, Meta 12.7). Na prática, pode-se dizer que é um espaço de diálogo e de atuação para garantir ao discente uma relação mais aberta entre os campos dos saberes e conhecimentos disciplinares com as questões mais amplas que norteiam a realidade social e coletiva.

Gráfico 35 - Curricularização da Extensão no IFAM



Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2018.

f) Resultados de outras metas da PROEX



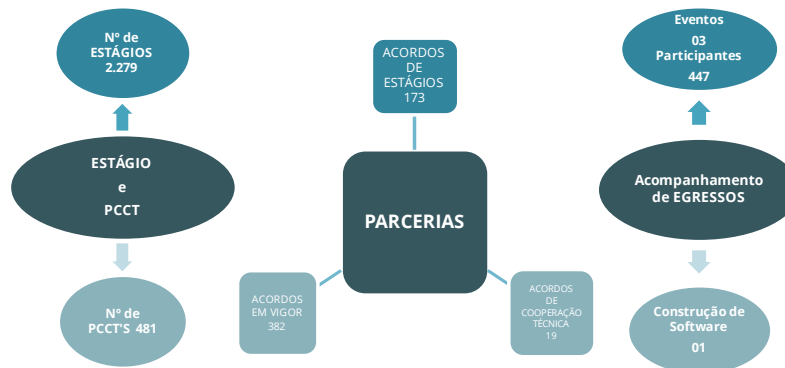
Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2018.

i) Acordos de Cooperação, Estágios e Acompanhamento de Egressos

A Coordenação Geral de Relações Empresariais e Cooperações - CGREC articula e subsidia Acordos de Cooperações, Estágios e Acompanhamento de Egressos junto aos diversos Campi. Em 2018, buscou estratégias de acompanhamento dos egressos viabilizando um projeto, que foi desenvolvido por professores e alunos, para fins de observação, monitoramento e a inserção profissional dos alunos no mundo do trabalho. O software está em teste e em 2019 será disponibilizado no site do IFAM. Em novembro de 2018, juntamente com a equipe

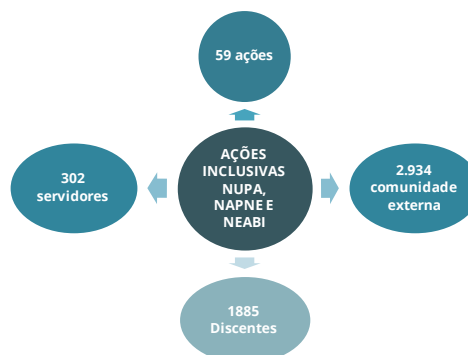
da Diretoria de Tecnologia da Informação (DGTI), foi criado um link no site para a realização de pesquisa de acompanhamento de egressos (PAE). A pesquisa contou com uma pequena participação e será fomentada no próximo ano.

Gráfico 36 - Acordos de Cooperação, Estágios e Acompanhamento de Egressos



Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2018.

Gráfico 37 - Ações Inclusivas



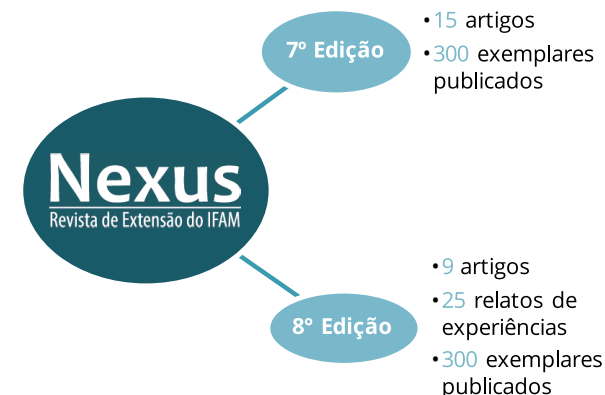
Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2018.

g) Produção Acadêmica e Administrativa

A PROEX publica anualmente duas edições da revista Nexus em mídia digital e impressa, contendo artigos e relatos de

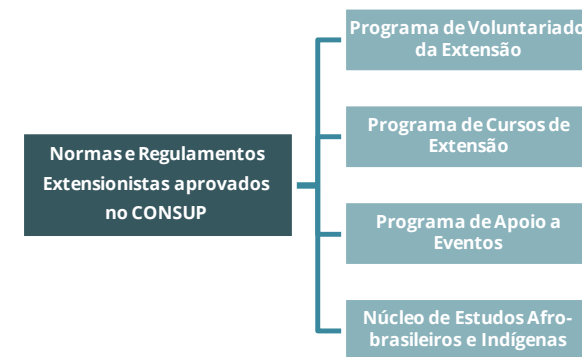
experiência das ações de extensão dos Campi do IFAM e de convidados, divulgando assim a produção extensionista do IFAM e de outras instituições. Além disso, elaborou e aprovou diversos documentos reguladores e orientadores das ações extensionistas a serem desenvolvidas no âmbito do IFAM.

Gráfico 38 - Produção Acadêmica e Administrativa



Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2018.

Gráfico 39 - Normas e Regulamentos Extensionistas aprovados no CONSUP



Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2018.

4.1.3.2 Indicadores de desempenho quantificados e alinhados aos objetivos

O desempenho da Pró-Reitoria está alinhado com os seus objetivos, quais sejam:

- articular com o Ensino e a Pesquisa e com ênfase na relação teoria e prática promovendo uma ação transformadora entre a sociedade e o IFAM, levando em consideração a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

- sustentar o avanço tecnológico institucional, permitindo uma adequada formação acadêmica e a consolidação de projetos educacionais numa dinâmica de interação com a comunidade e prática de ações efetivas no âmbito da educação, do trabalho e do desenvolvimento social.

- criar condições favoráveis para a efetivação de parcerias com o segmento empresarial e a sociedade visando a celebração de convênios, parcerias, cooperações e realização de programas e projetos.

- construir a interação dialógica e a articulação entre o saber fazer com a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região.

Quadro 19 – Indicadores de Extensão

Especificação	INDICADORES DE EXTENSÃO, POR Campus															TOTAL GERAL
	CLAB	CITA	CMDI	CAMAN	CSGC	CTFE	CCO	CEIRU	CHUM	CMC	CMA	CPRF	CTAB	CMZL	CPA	
Nº de docentes envolvidos	240	201	380	358	349	606	256	502	233	1414	43	192	251	247	108	5380
Nº de técnicos administrativos envolvidos	95	85	191	45	99	21	148	111	42	478	23	61	12	114	47	1572
Nº de estudantes envolvidos	2782	1823	3016	1868	1080	550	2244	3065	1248	5302	461	1836	206	3882	664	30027
Nº de ações de extensão (Projetos, Eventos, Cursos e outros)	25	24	42	32	17	13	29	23	41	178	21	19	17	28	22	531
Nº de bolsas	4	8	2	12	8	0	12	18	12	30	8	0	8	30	8	160
Nº de público externo beneficiado	8353	2500	4489	1898	3003	85	1733	1276	3460	8649	8624	1121	20	6985	913	53109
Nº de jovens e trabalhadores atendidos	12	0	0	35	61	25	0	0	191	512	0	41	20	0	0	897
Nº de estudantes encaminhados	106	72	75	66	235	155	115	84	101	269	96	0	115	0	0	1489

Obs. Servidores e alunos participam nas ações de extensão mais de uma vez, motivo pelo qual ultrapassa o número de servidores e alunos existentes no IFAM.

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2018.

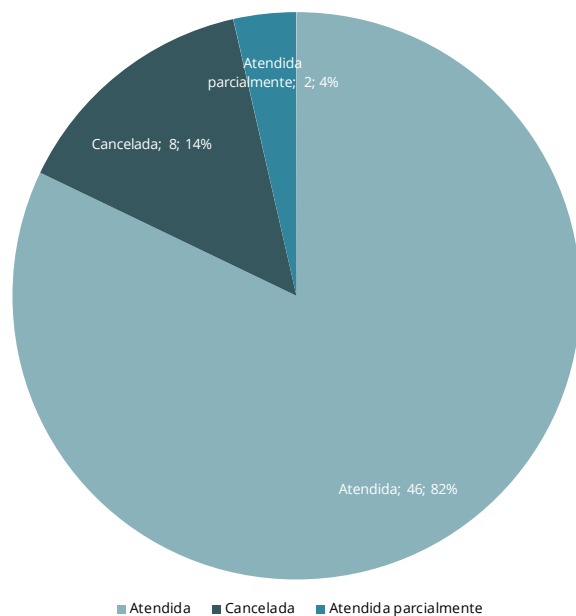
Gráfico 40 – Contexto da Extensão



Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2018

4.1.3.3 Avaliação dos objetivos alcançados e do desempenho em relação às metas

Gráfico 41 – Status por ação - Plano de metas (PROEX)



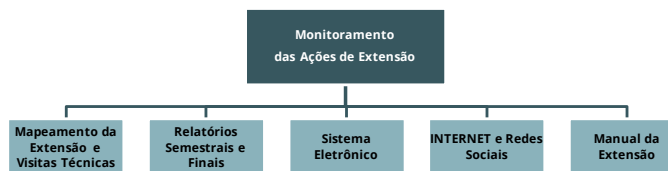
Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2018.

Das 56 ações planejadas pela PROEX, 46 foram atendidas em sua totalidade. 8 ações foram canceladas, sendo que 5 ações canceladas são relativas a visitas técnicas de acompanhamento não realizadas (CPRF, CHUM, CCO, CPIN e CMC), 02 ações relacionadas a Incubadora de Empresas e 01 relacionado a capacitação que não ocorreu devido à ausência de pessoal/tempo frente a muitas atividades na PROEX. E 02 ações foram atendidas parcialmente, 01 referente ao Centro de Idiomas e a outra à inauguração da incubadora de empresas do Campus

São Gabriel da Cachoeira.

4.1.3.4 Monitoramento

Gráfico 42 – Monitoramento das ações da extensão

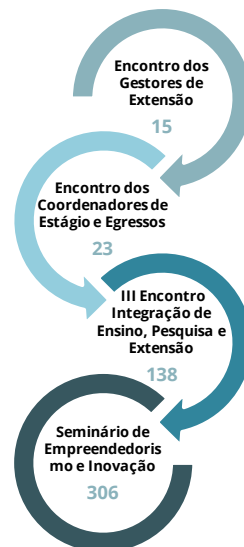


Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2018.

4.1.3.5 Destaques para o resultado

Destaca-se a realização de 04 grandes eventos, que foram fundamentais para o bom desenvolvimento das ações de extensão.

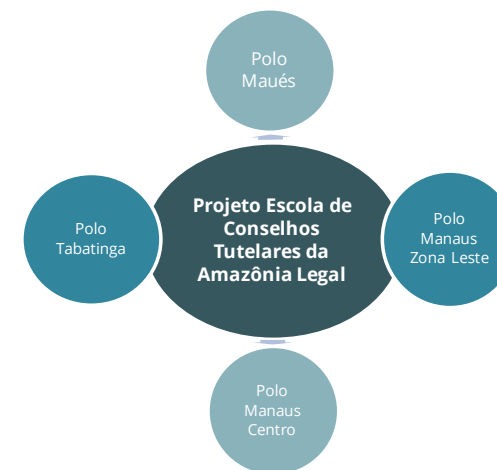
Gráfico 43 – Destaques Extensão (eventos)



Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2018.

Além disso, fruto do termo de Cooperação Técnica com o Instituto Federal de Rondônia, o Projeto Escola de Conselhos Tutelares da Amazônia Legal oportunizou a criação de 4 polos no IFAM, para o desenvolvimento do curso de formação continuada destinados aos conselheiros tutelares e de direitos da criança e do adolescente na Amazônia Legal. Foram ofertadas 400 vagas, sendo 100 em cada polo.

Gráfico 44 – Destaques Extensão (Projeto Escola de Conselhos Tutelares da Amazônia Legal)



Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2018.

4.1.3.6 Perspectiva para os próximos exercícios: desafios e incertezas

Para os próximos exercícios farão parte do planejamento, as metas consideradas importantes para o alcance dos objetivos traçados visando cumprimento das dimensões previstas para a

Extensão: Ampliar e consolidar os espaços de ensino aprendizagem para incubação e aceleração de ideias de iniciativas empreendedoras, Regular a prestação de serviços tecnológicos à comunidade, Ampliar o oferecimento de cursos de extensão, Implantar o observatório do Mundo do Trabalho, implantar os Núcleos de Arte e Cultura, Reestruturar os NAPNES, Implantar os Núcleos de Estudos de Práticas Profissionais (NEEPs), Ampliar o número de Centros de Idiomas. Os desafios da Extensão serão muitos e dependerão da força de trabalho e dos recursos disponibilizados.

4.1.4 Resultados alcançados – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

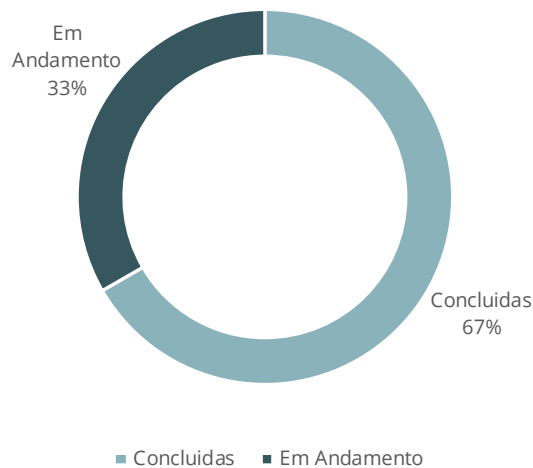
Em 2018, o IFAM, apesar das dificuldades financeiras, apresentou os seguintes resultados:

- a) Ampliação e melhoramento da estrutura de seus *Campi* com a entrega dos ginásios poliesportivos em Coari, Lábrea, Maués e Parintins,
- b) Realização de Reforma do Prédio anexo do Campus IFAM-EIRUNEPÉ;
- c) Entrega da sede do IFAM-Campus Itacoatiara, da Clínica-Escola do curso de Medicina Veterinária do Campus Manaus Zona Leste;
- d) Adaptação da cantina em cozinha e refeitório do Campus Maués;
- e) Entrega do Campus de Sena Madureira do IFAC, Laboratórios de Aquicultura de Lábrea

e Parintins, Muro do terreno do Campus Tefé, muro frontal do Campus Manaus Zona Leste; f) Reforma da pista de atletismo do Campus Manaus Zona Leste, entrega do prédio do Centro de Tecnologia Professor Harlan Julu Guerra Marcelice (CTHM) da Reitoria.

Outros projetos foram realizados e obras iniciadas em 2018, propiciando aos alunos, servidores e comunidade qualidade nos serviços e ensino, pesquisa e extensão ofertados, além de bem-estar qualidade de vida.

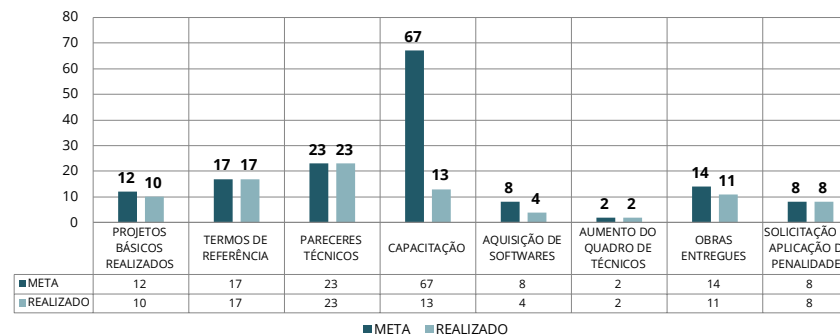
Gráfico 45 – Obras IFAM



Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, 2018.

4.1.4.1 Avaliação dos objetivos alcançados e do desempenho em relação às metas

Gráfico 46 - Ações da Engenharia



Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, 2018.

4.1.4.2 Perspectiva para os próximos exercícios: desafios e incertezas

O IFAM, além das dificuldades conjunturais e orçamentárias, ainda busca superar o desafio de desenvolver o ensino no estado do Amazonas, através do planejamento estratégico e desenvolvimento institucional, consolidando-os em resultados positivos alinhados com os objetivos e metas institucionais, promovendo a qualificação, modernização estrutural, tecnológica, educacional e ampliação dos serviços oferecidos a toda região do estado. Também, ressalta-se o desafio de conciliar o desenvolvimento institucional de forma sustentável e a implantação e consolidação de políticas de preservação do meio ambiente.

Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

Capítulo 05

5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

5.1 Estratégia para alcançar os principais objetivos

A principal estratégia para o alcance dos objetivos é o cumprimento de metas descritas no Plano anual, sendo esta a gestão tática do IFAM. Este plano é registrado em um sistema denominado SIGPP, que é um módulo do Sistema Integrado de Gestão do IFAM, que ficam registrados os elementos principais do PDI como as Políticas de Ensino Pesquisa e Extensão, os eixos e linhas de ação que são os objetivos estratégicos, bem com as metas a serem perseguidas para o alcance dos objetivos. As metas são detalhadas em ações internas para facilitar o monitoramento e o controle.

5.2 Gestão orçamentária e financeira

A Lei Orçamentária Anual de 2018 – LOA/2018 consignou ao IFAM dotação orçamentária no total de R\$ 438.619.267,00 (quatrocentos e trinta e oito milhões, seiscentos e dezenove mil e duzentos e sessenta e sete reais), considerando o custeio, investimento e gastos com pessoal. Contudo, cancelamentos de dotações da ordem de R\$ 31.291.651,00 (trinta e um milhões, duzentos e noventa e um mil e seiscentos e cinquenta e um reais) redimensionaram o orçamento/2018 para R\$ 407.327.616,00 (quatrocentos e sete milhões,

trezentos e vinte e sete mil, seiscentos e dezesseis reais).

Os dados acima referem-se ao orçamento de custeio, investimento e gastos com pessoal no âmbito de todo IFAM (*Campi* e Reitoria), excluídos créditos descentralizados como TEDs (Termo de Execução Descentralizados).

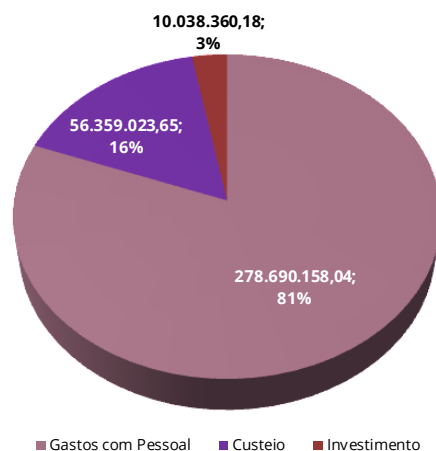
Figura 4 - Variação Orçamentária do Instituto Federal do Amazonas em 2018



Fonte: Tesouro Gerencial (01/02/2019)

5.2.1 Perfil do gasto

Gráfico 47 - Valores Pagos em 2018 pelo IFAM



Fonte: Tesouro Gerencial

5.2.1.1 Execução Financeira

O valor pago em 2018, no âmbito do IFAM, totalizou R\$ 345.087.541,87 (trezentos e quarenta e cinco milhões, oitenta e sete mil, quinhentos e quarenta e um reais e oitenta e sete centavos), dos quais a maior parte foi direcionada ao pagamento da Folha de Pessoal. Nesse montante, inclui-se os pagamentos dos servidores Ativos, Inativos, Pensionistas, Auxílios e Benefícios.

Valores significativos também foram desembolsados para despesas de Custeio, o qual é responsável para manutenção e funcionamento do Instituto, no montante de R\$ 56.359.023,65 (cinquenta e seis milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, vinte três reais e sessenta e cinco centavos) dos quais R\$ 8.541.614,14 (oito milhões, quinhentos e quarenta e um mil, seiscentos e quatorze reais e quatorze centavos) foram referentes a pagamentos de obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores (restos a pagar processados e não processados), e o restante referem-se a despesas empenhadas e pagas no exercício.

As despesas de Investimento, que abrangem obras, material permanente, equipamentos e etc., totalizaram um valor de R\$ 10.038.360,18 (dez milhões, trinta e oito mil, trezentos e sessenta reais e dezoito centavos), dos quais R\$ 9.387.871,51 (nove milhões, trezentos e oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e um reais e cinquenta centavos) foi referente a pagamentos de obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores (restos a pagar processados e não processados), e o restante referem-se a despesas empenhadas e pagas no exercício.

5.2.1.2 Execução Orçamentária

A execução ocorreu de forma descentralizada, visto que as unidades do IFAM têm autonomia para gestão das dotações a elas consignadas, com exceção dos gastos com pessoal, os quais são executados pela Reitoria.

Em 2018, o IFAM recebeu dotação de R\$ 407.327.616,00 (quatrocentos e sete milhões, trezentos e vinte e sete mil, seiscentos e dezesseis reais). Desse total, foram empenhadas R\$ 364.802.681,23 (trezentos e sessenta e quatro milhões, oitocentos e dois mil, seiscentos e oitenta e um reais e vinte e três centavos), liquidadas R\$ 349.866.616,73 (trezentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quinze reais e setenta e três centavos), e pagas despesas no montante de R\$ 324.034.892,20 (trezentos e vinte e quatro milhões, trezentos e quatro mil, oitocentos e noventa e dois reais e vinte centavos), valor esse equivalente a 79,62% do autorizado na LOA/2018.

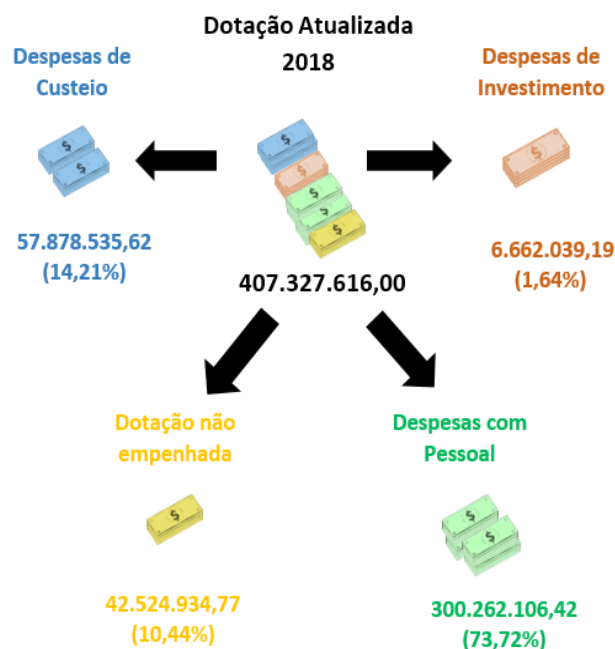
5.2.2 Discussão do desempenho - análise de tendências;

5.2.2.1 Alocação Orçamentária – Finalidade dos Recursos

A LOA/2018 fixou ao IFAM dotação orçamentária para o atendimento de despesas cujas finalidades podem ser assim sintetizadas: 1) Gastos com Pessoal; 2) Despesas relacionadas à manutenção do Instituto em suas atividades meio e finalísticas; e 3) Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação

Profissional e Tecnológica do Amazonas. Vale salientar que os percentuais abaixo referem – se ao empenhado em relação a dotação atualizada. A dotação não empenhada refere-se quase em sua totalidade a crédito de folha de pagamento, seguido do custeio e um menor valor referente ao investimento.

Figura 5 – Dotação atualizada



Fonte: Tesouro Gerencial (01/02/2019)

5.2.2.2 Despesas do Instituto Federal do Amazonas

a) Despesas com pessoal: para melhor compreensão do total de dispêndios com pessoal, foram aqui inseridos os gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral), benefícios, indenizações e ajudas de custo, além das

despesas de pessoal e encargos sociais.

b) Despesas de Custeio: despesas necessárias à prestação de serviços e à manutenção organizacional.

c) Investimentos: dotações aplicadas no patrimônio permanente, tais como obras, instalações e aquisição de materiais, desenvolvimento de sistemas de TI, etc.

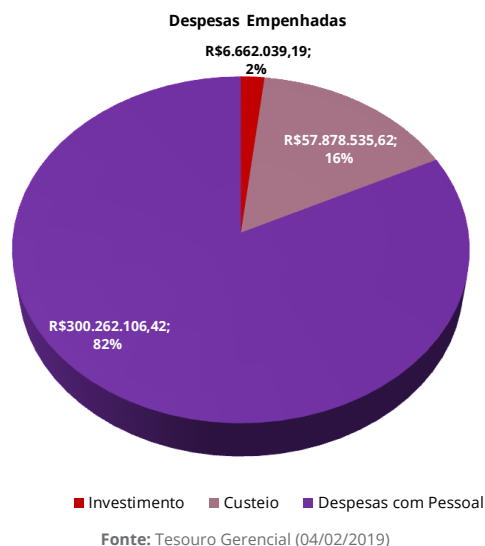
Tanto as despesas de custeio como as de investimento abrangem gastos com o funcionamento das chamadas atividades:

a) Finalísticas: ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades; desenvolver a educação profissional e tecnológica; promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior; orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais; constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral; qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino; desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais.

b) Administrativas: serviço de apoio às atividades finalísticas;

c) Obras e reformas: construção, reforma, manutenção de edificações/ instalações.

Gráfico 48 – Distribuição das despesas do Instituto Federal do Amazonas executadas em 2018



O total de despesas empenhadas da LOA 2018 no âmbito do Instituto Federal do Amazonas foi de R\$ 364.802.681,23 (trezentos e sessenta e quatro milhões, oitocentos e dois mil, seiscentos e oitenta e um reais e vinte e três centavos), tendo sua alocação da seguinte forma:

a) Despesas com Pessoal – R\$ 300.262.106,42 (trezentos milhões, duzentos e sessenta e dois mil, cento e seis reais e quarenta e dois centavos), equivalente a 82% do total empenhado; foram considerados como gastos com pessoal os auxílios médicos, alimentação, creche, transporte, natalidade, funeral, auxílio moradia, precatórios e estagiários.

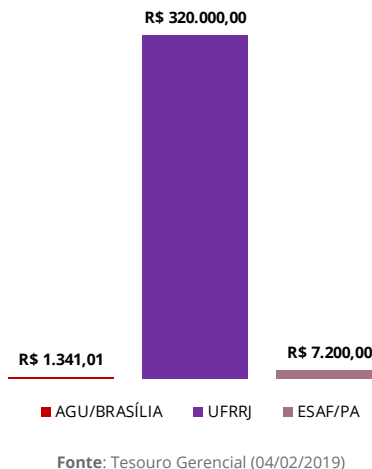
b) Custeio – R\$ 57.878.535,62 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e setenta e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e dois centavos), equivalente a 16% do total empenhado;

c) Investimento – R\$ 6.662.039,19 (seis milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, trinta e nove mil e dezenove centavos), equivalente a 2% do total empenhado;

A maior parte do orçamento foi concentrado para o pagamento da Folha de Pessoal, seguido pelas despesas com o custeio/funcionamento do Instituto e uma menor parte alocada para o investimento. Salientamos que os valores acima são referentes a LOA 2018 não considerando os créditos externos recebidos por Destaque.

5.2.2.3 Destaques Concedidos

Gráfico 49 - Créditos enviados pelo Instituto Federal do Amazonas à outras unidades orçamentárias



No exercício de 2018 o Instituto Federal do Amazonas realizou destaque para 3 órgãos, a saber:

- **AGU/Brasília:** para pagamento de GECC ao palestrante Carlos Henrique B. Nitão Loureiro pela ministração do curso Aspectos Relevantes sobre a IN

05/2017 no IFAM.

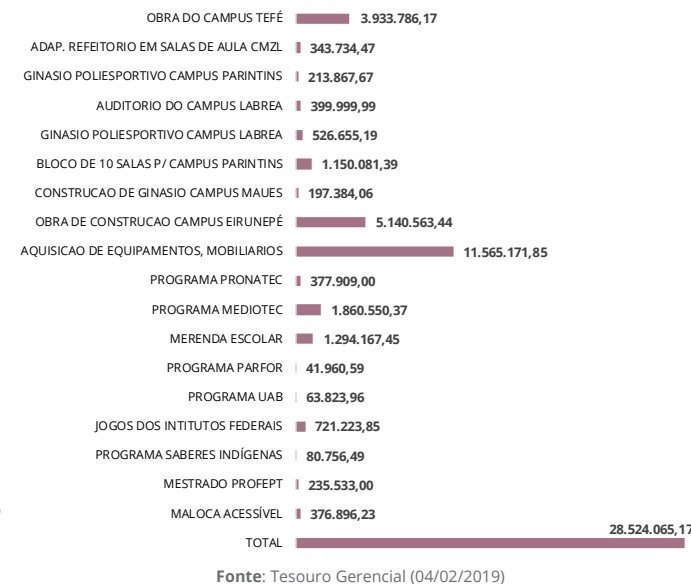
- **UFRRJ:** referente a parceria entre IFAM e UFRRJ para execução do mestrado em educação rural.

- **ESAF/PA:** Realização de evento *in company* de capacitação profissional de servidores do Campus Tefé.

O Destaque é uma descentralização de crédito orçamentário, onde envolve a transferência entre unidades gestoras de órgãos ou entidades de estruturas administrativas diferentes, de um órgão para outro, e dependerá de celebração de convênio ou instrumento congêneres.

5.2.2.4 Destaque Recebidos e Empenhados

Gráfico 50 - Créditos recebidos pelo Instituto Federal do Amazonas de outras unidades orçamentárias

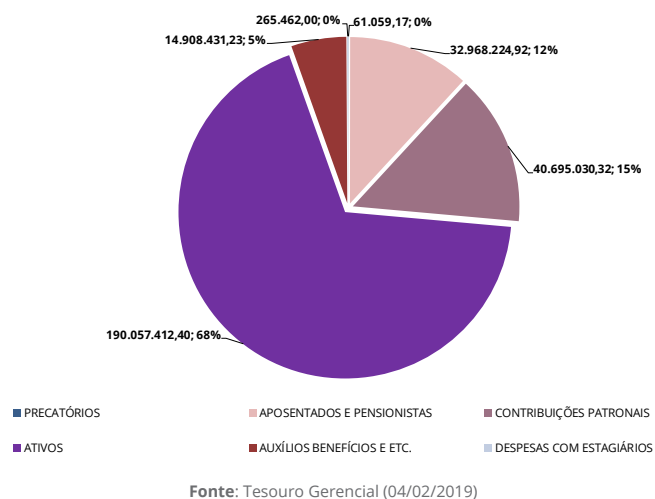


Em 2018, a Reitoria e suas unidades executaram um montante de R\$ 28.524.065,17 (vinte oito milhões,

quinhentos e vinte e quatro mil, sessenta e cinco reais e dezessete centavos), de créditos oriundos de outros órgãos, tais como: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, Fund. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, formalizados via Termo de Execução Descentralizado - TED. Da execução dos Destaques acima, destacam-se os valores executados para aquisição de Equipamento e mobiliários, as obras de construção dos *Campi* Tefé e Eirunepé, programa MEDIOTEC e Merenda Escolar/FNDE. Vale salientar o grande esforço da alta gestão do Instituto Federal do Amazonas na busca e operacionalização dos créditos oriundos de outros órgãos, a fim de um maior desenvolvimento da região amazônica.

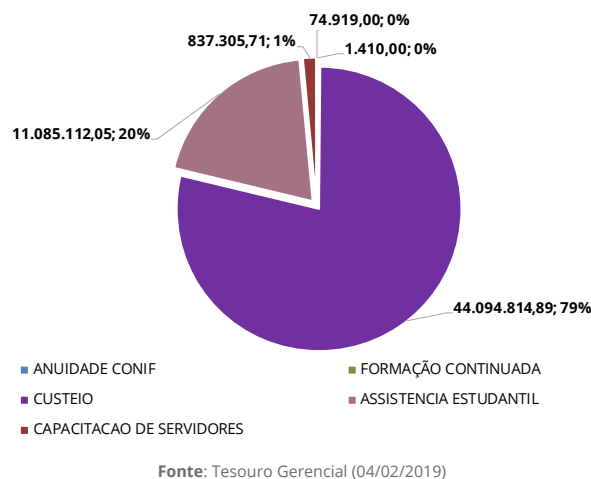
5.2.2.5 Valores Pagos – Instituto Federal do Amazonas

Gráfico 51 – Gasto com Pessoal



Em 2018, os pagamentos das despesas com gasto com pessoal, totalizaram R\$ 278.955.620,04 (duzentos e setenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e vinte reais e quatro centavos), valor menor em comparação ao ano de 2017, isso se deu devido a execução de folha suplementar, referente a despesas de exercícios anteriores, no valor de R\$ 8.797.564,43 (oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos). Não levando em consideração a folha suplementar houve aumento nos gastos com pessoal tendo em vista o ingresso de novos servidores permanentes e temporários.

Gráfico 52 - Custeio

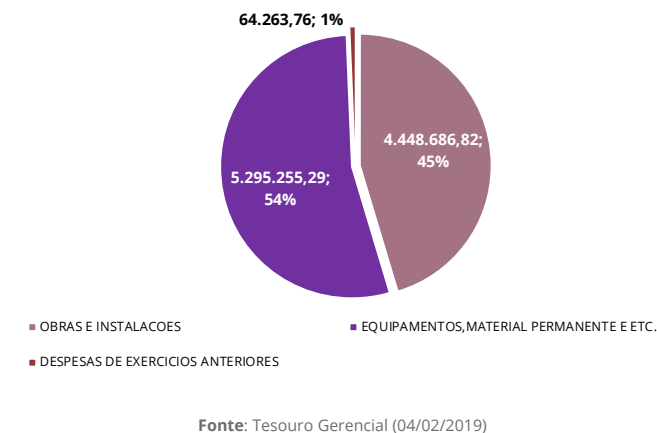


Em 2018, os pagamentos das despesas de custeio, à conta de dotações originárias da LOA, totalizaram R\$ 56.093.561,65 (cinquenta e seis milhões, noventa e três mil, quinhentos e sessenta e um reais e sessenta e cinco centavos), os quais incluem

as despesas com atividades Custeio e Manutenção, Assistência Estudantil, Capacitação, Anuidade CONIF e Despesas com Formação continuada. Registre-se que 79% do montante acima mencionado refere-se ao funcionamento e manutenção do ensino (ação 20RL), fundamentais para o funcionamento do Instituto, exemplificadas a seguir: material de expediente, material de informática, limpeza, vigilância, diárias, passagens, entre outros.

Acrescenta-se que 20% do montante citado refere-se à Assistência Estudantil, responsável pelos os auxílios aos estudantes, projetos integrais, Transporte e Alimentação entre outras atividades.

Gráfico 53 - Investimento

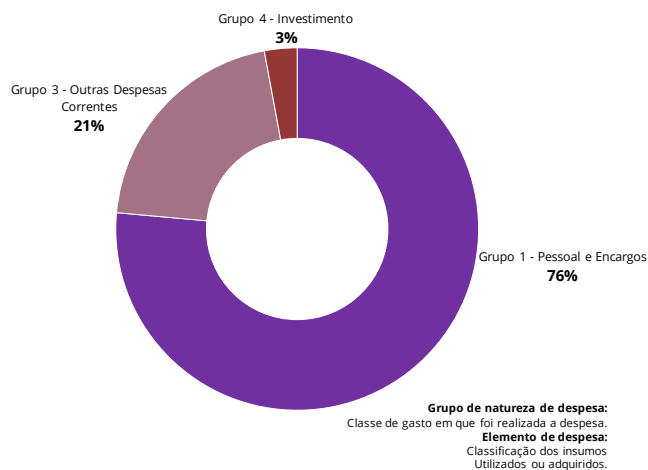


Em 2018, as despesas pagas de investimento totalizaram um montante de R\$ 10.038.060,18 (dez milhões, trinta e oito mil, sessenta reais e dezoito centavos), dos quais 54% foi referente a pagamento de obras e instalações, 45% referente a despesas pagas com Aquisição de Material permanente,

equipamentos e outros, e 1% a despesas de exercícios anteriores.

5.2.2.6 Execução por Grupo e Elemento de Despesa – Valores Pagos

Gráfico 54 – Execução por grupo e elemento de despesa – valor



Fonte: Tesouro Gerencial (04/02/2019)

Quadro 20 - Execução por elemento de despesa (Pessoal e encargos)

Elemento de Despesa	Valor
01 - Aposent.Rpps, Reser.Remuner. e Refor.Militar	25.750.328,46
03 - Pensões do Rpps e do Militar	6.891.523,08
04 - Contratação Por Tempo Determinado - Pes.Civil	3.110.576,80
07 - Contribuição a Entidade Fechada Previdência	552.598,33
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	185.299.120,12
Demais Elementos	42.177.580,02
TOTAL	263.781.726,81

Quadro 21 - Execução por elemento de despesa (Outras despesas correntes)

Elemento de Despesa	Valor
39 - Outros Serviços De Terceiros Pj - Op.Int.Orc.	195.784,31
51 - Obras E Instalações	4.448.686,82
52 - Equipamentos E Material Permanente	5.295.255,29
Demais Elementos	98.633,76
TOTAL	10.038.360,18

Quadro 22 - Execução por elemento de despesa (Investimento)

Elemento de Despesa	Valor
14 - Diárias - Pessoal Civil	1.649.511,83
18 - Auxílio Financeiro A Estudantes	10.198.221,40
30 - Material De Consumo	3.429.617,09
33 - Passagens E Despesas Com Locomoção	1.979.267,70
37 - Locação De Mão-de-obra	22.343.665,09
39 - Outros Serviços De Terceiros Pj - Op.Int.Orc.	13.299.268,57
Demais Elementos	18.367.903,20
TOTAL	71.267.454,88

5.2.3 Explicações sobre variações do resultado

O quadro abaixo demonstra um comparativo por grupo de despesas, dos seguintes itens: Dotação Atualizada, Despesas Empenhadas, Despesas Liquidadas, Despesas Pagas e Despesas Pagas de Restos a Pagar, anos de 2017 e 2018. Demonstra ainda

a variação de pagamentos efetuados no âmbito do IFAM, considerando apenas as despesas do exercício.

Na análise dos dados acima verifica-se uma variação positiva em relação ao montante pago em 2018 de despesas de custeio, uma queda no pagamento de gasto com pessoal, mas como citado anteriormente, isso se deu devido ao pagamento de folha complementar referente a despesas de exercícios anteriores nos últimos dias de dezembro de 2017. Registrou-se também uma queda nos pagamentos de investimento, resultado pela liberação tardia do limite de empenho, o qual ocorreu já próximo ao final do exercício.

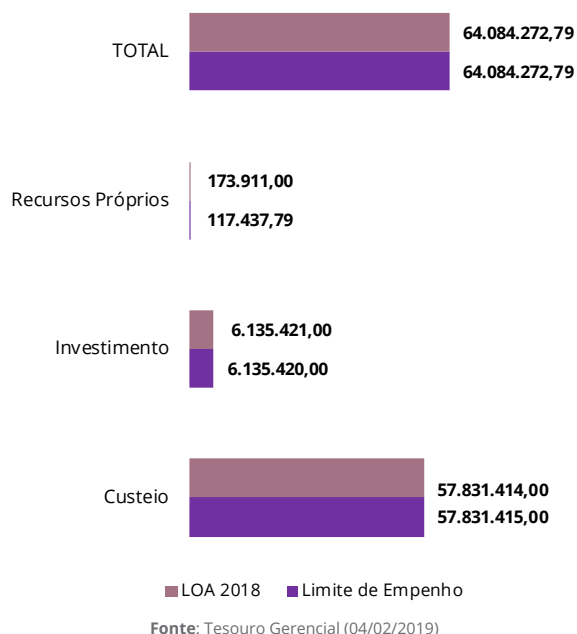
5.2.4 Principais desafios e ações futuras

5.2.4.1 Contingenciamento de despesas

Em 2018, o Ministério da Educação liberou 100% dos limites de empenhos de custeio e de investimento. Vale ressaltar que tais limites não foram liberados em um único momento, e sim, no decorrer do ano e grande parte no final do exercício. Em relação aos recursos próprios a liberação do limite de empenho foi de 68% em consideração a LOA 2018.

O gráfico abaixo explicita o Limite para Movimentação e Empenho em relação ao valor de Dotação Orçamentária autorizada:

Gráfico 55 - Limite para Movimentação e Empenho



5.2.4.2 Principais Impactos do Contingenciamento

A liberação de Limite para Empenho, de forma parcelada, afetou em parte o planejamento das Unidades do IFAM:

- Exigência de sucessivas reprogramações orçamentárias, ao longo de 2018, com o propósito de atender obrigações contratuais e garantir a continuidade de serviços essenciais;
- Dificuldade para emissão de Dotação Orçamentária, principalmente no que diz respeito a obras;
- Limites Orçamentários liberados no final do

Quadro 23 - Dotação e execução das despesas do Instituto Federal do Amazonas em 2018 e 2017

Despesas	2018					2017					Variação R\$ (k)=d-i	Variação % (l)=d/i
	Dotação Atualizada (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	RP Pago (e)	Dotação Atualizada (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago (i)	RP Pago (j)		
Pagamento de Pessoal	325.199.802	300.262.106	300.162.106	276.102.456	2.853.164	275.846.576	288.649.970	288.648.678	285.795.514		(9.693.058)	-3,39%
Custeio	75.210.122	57.878.536	48.905.037	47.551.948	8.541.614	76.265.088	56.600.116	45.566.708	45.310.087	9.060.569	2.241.860	4,95%
Investimento	6.917.692	6.662.039	799.472	650.489	9.387.872	12.400.714	11.644.113	2.654.275	2.397.042	12.032.390	(1.746.553)	-72,86%
TOTAL	407.327.616	364.802.681	349.866.616	324.304.892	20.782.650	364.512.378	356.894.200	336.869.661	333.502.644	21.092.958	(9.197.752)	-2,76%

*RP Pago: Restos a Pagar Processados e Não Processados Pago

Fonte: Tesouro Gerencial (04/02/2019)

exercício acarretaram atrasos na abertura de alguns processos licitatórios.

5.2.4.3 Medidas Mitigadoras

- Redução dos Limites de gastos de diárias e passagens no âmbito do IFAM;
- Adiantamento de obras para início em 2019;
- Redução do número de terceirizados dos contratos continuados.

5.2.4.4 Conformidade da gestão orçamentária e financeira

Considerando os conhecimentos e demandas específicos de cada unidade do Instituto Federal do Amazonas, a execução orçamentária e financeira ocorre de forma descentralizada, conferindo aos gestores maior assertividade e celeridade no atendimento de suas entregas.

Neste contexto, as manifestações dos citados

agentes indicaram que os atos de gestão orçamentária e financeira praticados pelas unidades executoras, em 2018, guardaram total conformidade com as normas legais aplicáveis à matéria.

A Reitoria atua como unidade setorial, com o papel de orientar e incentivar a adoção de medidas com vistas à conformidade dos atos da gestão, como exemplo o cumprimento das recomendações dos órgãos de controle interno e externo, a disseminação de orientações técnicas e normativas dos órgãos centrais, bem como o aprimoramento dos controles internos, dentre outras medidas.

Competiu à Reitoria a condução das medidas de adequações da LOA 2018, bem como o rateio orçamentário entre os 15 *Campi* do IFAM, tendo como diretriz a Matriz CONIF.

5.2.4.5 Desafios

Em resumo, tem-se como principais desafios:

- Manter em bom funcionamento toda a estrutura do Instituto Federal do Amazonas, a despeito do cenário

- desfavorável e das restrições financeiras;
- Aprimorar a qualidade e transparência dos gastos públicos;
- Buscar a melhoria da gestão orçamentária e financeira no âmbito do Instituto Federal do Amazonas;

5.2.4.6 Ações

Tendo em vista os desafios, tem-se como principais ações:

- Buscar a profissionalização da gestão como um todo;
- Estimular a procura de exemplos de redução de custos que possam ser seguidos;
- Buscar a melhoria nos processos de contratações de bens e serviços;
- Alertar e orientar sobre temas referente à Improbidade Administrativa;
- Promover a busca contínua de uma gestão orçamentária eficiente e eficaz.

5.3 Gestão de pessoas

5.3.1 Conformidade legal

A legislação de pessoal no âmbito do serviço público federal sofre mudanças constantemente. Portanto, um dos maiores desafios da Diretoria de Gestão de Pessoas é manter os servidores e coordenadores devidamente atualizados com as exigências da legislação de pessoal, quais sejam:

a) lei nº 8.112/90 - trata do estatuto dos servidores públicos;

b) lei nº 8.745/93 - versa sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

c) lei nº 11.091/05 - trata da estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação;

d) lei nº 12.772/12 - dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e atualizações; e

e) orientações emanadas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que são publicadas no CONLEGIS.

Dentro dessa perspectiva, a cada servidor é facultado participar de pelo menos dois cursos de capacitação por ano desde que estejam relacionados ao seu cargo efetivo ou a sua função de coordenação ou de Direção, bem como que haja recurso.

5.3.2 Avaliação da força de trabalho

Os dados informados foram extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, tendo como referência o mês de dezembro de 2018.

Quadro 24 - Quadro de pessoal do Instituto Federal do Amazonas

Situação do Servidor	PCC TAE	PEBTT	Prof. Substituto	Outros	Estagiários	TOTAL
Ativo Permanente	889	939	00	00	00	1.828
Cedido	09	05	00	00	00	14
Exercício Provisório	03*	01*	00	00	00	04
Colaborador do PCCTAE e do PEBTT	01**	02**	00	00	00	03

Exercício Descentralizado de Carreira	00	00	00	01	00	01
Nomeado para Cargo de Direção	00	00	00	01	00	01
Requisitado	00	00	00	02	00	02
Estagiários	00	00	00	00	40	40
Professor Substituto	00	00	65	00	00	65
Total	902	947	65	04	40	1.958

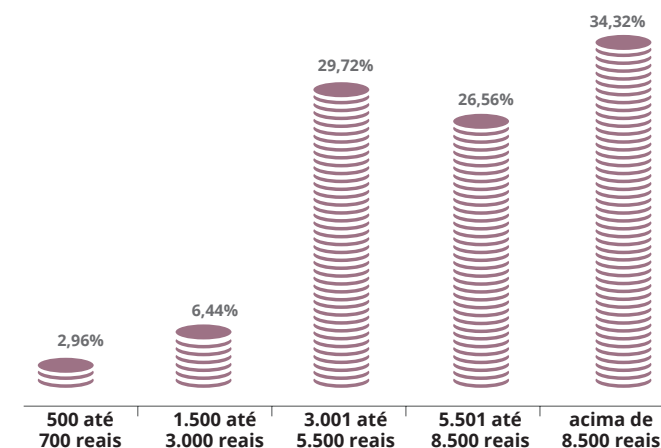
Fonte: SIApe Dez/2018 -

(*) em exercício provisório; (**) colaboração técnica

I - Distribuição dos servidores por faixa salarial

A remuneração dos servidores técnico-administrativos e docentes consta na Lei nº 13.325/2016, e varia de acordo com o nível, classe e padrão em que o servidor está situado.

Gráfico 56 - Distribuição por Faixa Remuneratória - IFAM - 2018



Fonte: SIApe Dez/2018

II - Distribuição dos servidores por tempo de serviço, faixa etária e sexo

Quadro 25 - Distribuição dos servidores por tempo de serviço, faixa etária e sexo

Tempo Serviço	Sexo	Faixa etária									
		14 a 18	19 a 21	22 a 25	26 a 30	31 a 35	36 a 40	41 a 50	51 a 60	>60	Total
<10	Masculino	00	03	27	138	232	192	223	61	08	884
	Feminino	01	07	21	105	165	141	135	32	01	608
10 a 15	Masculino				01	07	12	34	17	03	74
	Feminino				00	05	07	27	06	02	47
15 a 20	Masculino							03	04	00	07
	Feminino							01	01	00	02
20 a 25	Masculino							29	62	13	104
	Feminino							16	29	07	52
25 a 28	Masculino							01	14	01	16
	Feminino							02	14	01	17
28 a 30	Masculino							04	19	10	33
	Feminino							02	16	07	25
30	Masculino							00	03	00	03
	Feminino							01	03	00	04
31	Masculino							05	00	05	
	Feminino							03	01	04	
32	Masculino							00	02	02	
	Feminino							05	03	08	
	Masculino							01	00	01	
	Feminino							04	01	05	
34	Masculino							06	01	07	
	Feminino							01	02	03	
35	Masculino							02	02	04	
	Feminino							02	01	03	
>35	Masculino							04	22	26	
	Feminino							05	09	14	
Totais-Gerais		1	10	48	244	409	352	478	319	97	1958

Fonte: Siape Dez/2018

Quadro 26 - Servidores por sexo, em relação a força de trabalho total

Sexo	Quantidade	Correspondência %
Masculino	1.166	59,55
Feminino	792	40,45

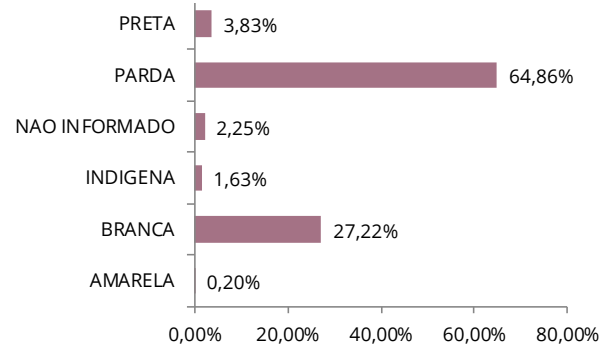
Fonte: Siape Dez/2018

Quadro 27 - Distribuição dos servidores por deficiência

Tipo de Deficiência	Quantidade	Correspondência %
Paraplegia	01	0,41
Amputação	02	
Paralisia Cerebral	01	
Deformidade Congênita ou Adquirida	03	
Parcialmente Surdo	01	
Total	08	

Fonte: Siape Dez/2018

Gráfico 57 - Distribuição IFAM - Etnias - 2018 - Servidores por cor/origem étnica



Fonte: Siape Dez/2018

Quadro 28 - Distribuição dos servidores por faixa etária

Faixa Etária									
14 a 18	19 a 21	22 a 25	26 a 30	31 a 35	36 a 40	41 a 50	51 a 60	>60	Total
1	10	48	244	409	352	478	319	97	1958
Correspondência %									
3,01	12,46	20,89	17,98	24,42	16,29	4,95	100		

Fonte: Siape Dez/2018

III - Distribuição dos servidores por situação funcional

O quadro de pessoal efetivo permanente do Instituto Federal do Amazonas é composto por servidores do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação com o total de 902 (novecentos e dois) e 947 (novecentos e quarenta e sete) Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, distribuídos conforme quadro abaixo:

Quadro 29 - Servidores Técnico-Administrativos (PCCTAE) por nível de classificação

PCCTAE	Quantidade	Correspondência %
NS	303	33,59%
NI	415	46,01%
NA	184	20,40 %
TOTAL	902	100%

Fonte: Siape Dez/2018

NS = Nível Superior; NI = Nível Intermediário; NA = Nível Auxiliar

Quadro 30 - Servidores Técnico-Administrativos (PCCTAE), em relação a força de trabalho total

PCCTAE	Quantidade	Correspondência %
	902	46,07

Fonte: Siape Dez/2018

Quadro 31 - Servidores Docentes (PEBTT), em relação a força de trabalho total

PEBTT	Quantidade	Correspondência %
	947	48,37

Fonte: Siape Dez/2018

Quadro 32 - Professores Substitutos (PEBTT-Substituto), em relação a força de trabalho total

(PEBTT-Substituto)	Quantidade	Correspondência %
	65	3,32

Fonte: Siape Dez/2018

Quadro 33 - Servidores de outros regimes, em relação a força de trabalho total

Outros regimes	Quantidade	Correspondência %
	04	0,20

Fonte: Siape Dez/2018

Quadro 34 - Estagiários, em relação a força de trabalho total

Estagiários	Quantidade	Correspondência %
	40	2,04

Fonte: Siape Dez/2018

Quadro 35 - Força de trabalho total

Todos os regimes + estagiários	Quantidade	Correspondência %
	1.958	100

Fonte: Siape Dez/2018

Quadro 36 - Distribuição dos servidores por carreira

PCCTAE	PEBTT	Professor Substituto	OUTROS
902	947	65	04

Fonte: Siape Dez/2018

Quadro 37 - Distribuição dos servidores por área de trabalho

ÁREA MEIO	ÁREA FIM
906	1012

Fonte: Siape Dez/2018

Quadro 38 - Distribuição dos servidores por unidade de exercício

UNIDADE DE EXERCÍCIO Campus	PCCTAE	PEBTT	Professor Substituto	Outros	TOTAL
Coari	42	45	04	00	91
Manaus-Centro	178	235**	02	00	415
Manaus-Distrito	73	96	08	00	177
Manaus-Zona Leste	93	102	03	00	198
São Gabriel da Cachoeira	65	64	05	00	134
Eirunepé	27	40	05	00	72
Humaitá	30	45	04	00	79
Itacoatiara	23	28	02	00	53
Lábrea	33	44	02	00	79
Manacapuru	16	25	05	00	46
Maués	33	46	04	00	83
Parintins	34	53	04	00	91
Presidente Figueiredo	38	49	04	00	91
Reitoria	148*	00	00	04	152
Tabatinga	41	45	07	00	93
Tefé	28	30	06	00	64
Totais-Gerais	902	947	65	04	1.918

Fonte: SIAPE - Dez/2018 - (*) 3 PCCTAE em exercício provisório e 1 em colaboração, (**) 1 PEBTT em exercício provisório e 2 em colaboração

Quadro 39 - Evolução do quadro de pessoal permanente

Exercícios	PCCTAE	Professor de EBTT	Totais
2016	816	936	1.807
2017	917	899	1.871
2018	898	944	1.907

Fonte: Siape Dez/2018

5.3.3 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

A seleção e o recrutamento de pessoas para o provimento dos cargos efetivos do quadro permanente de servidores do Instituto Federal do Amazonas, bem como de todos os servidores públicos federais é realizada através concurso público, mediante normas e condições estabelecidas na Constituição Federal/88, Lei 8.112/90, Decreto 6.944/2009 e na Portaria Interministerial nº 109, de 2017. Esta estabelece os procedimentos a serem adotados pelas Instituições Federais de Ensino e pelo Ministério da Educação (MEC) para encaminhamento das estimativas de acréscimo ao orçamento de pessoal relativas ao exercício subsequente, visando sua inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Atualmente, o IFAM possui 02 (dois) editais vigentes para provimento de 49 (quarenta e nove) Cargos de Técnico Administrativo em Educação-PCCTAE e de 64 (sessenta e quatro) Cargos de Professor de Ensino, Básico, Técnico e Tecnológico-PEBTT, o que aumentará o quadro de pessoal permanente em 6,13%.

Outra forma de provimento de cargos no âmbito das Instituições Federais de Ensino é por meio de Processo Seletivo Simplificado, o qual está previsto no artigo 3º da Lei nº 8.745/93, que trata sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

Quanto à alocação de pessoas, o instituto da remoção está regulamentado pela Resolução nº 39-CONSUP/IFAM, de 22.08.2017.

No início de 2018, foi homologado o processo seletivo simplificado nº 01/2017 cujo objetivo foi a remoção de servidores entre as Unidades que compõem o IFAM.

5.3.4 Detalhamento da despesa de pessoal

Quadro 40 - Despesa de Pessoal

Situação Funcional	2016	2017	2018
Ativo	158.103.987,79	191.075.732,20	205.250.775,96
Inativo	21.925.470,46	25.397.982,53	27.983.138,43
Pensionista	6.498.320,37	7.349.938,72	7.475.593,91
Total	186.529.794,62	223.825.670,45	240.711.526,30

No exercício de 2016 o IFAM, publicou os Editais nº 05 e nº 06, de 30.08/2016, visando o provimento de vagas de Docentes e Técnico-Administrativos em Educação, sendo que as nomeações desse certame ocorreram em 2017. Todavia, no exercício de 2018 foram preenchidas mais 34 vagas, utilizando o certame que está vigente até abril deste exercício.

Além dessas, foram realizadas 15 (quinze) aposentadorias, 5 (cinco) pensões, 40 (quarenta) contratações de professor substituto e as 34 (trinta e quatro) nomeações já citadas. Somado a isso, houve também o reajuste da carreira de magistério básico em 01.08.2019, bem como houve um número significativo de progressões em ambas carreiras, sendo 696 (seiscentos e noventa e seis) para a carreira dos TAEs e 92 (noventa e duas) da carreira de magistério básico.

Neste sentido, estes resultados foram os principais responsáveis pelo aumento da despesa de pessoal no exercício de 2018.

5.3.5 Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

A avaliação de desempenho dos servidores técnicos-administrativo em Educação (PCCTAE) do Instituto Federal do Amazonas é realizada nos termos ao inciso VII do artigo 3º do Decreto nº 5.825/06 e ocorre a cada 18 (dezoito) meses de efetivo exercício. No que se refere ao pessoal docente (PEBTT), esta se respalda no inciso II do § 2º do artigo 14 da Lei nº 12.772/12 e ocorre em períodos de 24 (vinte e quatro) meses. Em ambas as situações, a avaliação de desempenho se dá única e exclusivamente para efeito de progressão funcional.

a) *Remuneração e Meritocracia* – partindo do princípio de que a meritocracia deve ser pautada pelo desempenho do servidor na realização das suas atribuições em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional, o IFAM tem investido na capacitação e na qualificação dos servidores do PCCTAE e PEBTT. Tem-se ofertado cursos de capacitação e de qualificação em nível de especialização, mestrado e doutorado, bem como facilitado a participação de seus servidores em cursos ofertados por outras instituições públicas e privadas dentro e fora do País, para que possam melhorar sua remuneração e prestar melhores serviços à comunidade interna e externa.

Para o servidor do PCCTAE, a progressão por capacitação profissional ocorre por nível de classificação de I a IV, por participação em cursos de 90 a 180 horas. Além desta, o incentivo à qualificação é atribuído ao servidor do PCCTAE que possui uma

educação superior à exigida para o desempenho do cargo. A Lei nº 11.91/05 estabelece percentuais que variam entre 15% a 75% sobre o vencimento básico do cargo e nível de classificação.

Para os servidores do PEBTT, aceleração da promoção ocorre de uma classe para outra quando o professor é possuidor de título e já cumpriu o estágio probatório e a retribuição por titulação cujo pagamento se baseia na pós-graduação do professor. Assim, se o professor é especialista recebe a retribuição de especialista, se for mestre recebe a retribuição pelo título de mestre e, se for doutor recebe a retribuição pelo título de doutor.

b) *Gratificação de Desempenho* – não há respaldo legal na legislação que rege o PCCTAE e de PEBTT para efeito de pagamento da referida gratificação. Portanto, não é aplicável no âmbito das Instituições Federais de Ensino.

c) *Progressão Funcional* – a progressão funcional se concretiza através da avaliação de desempenho. Em 2018, foram concedidas 696 (seiscentos e noventa e seis) progressões administrativas, sendo 397 (trezentos e noventa e sete) por mérito e 299 (duzentos e noventa e nove) por capacitação.

d) No que se refere às progressões docentes foram 92 (noventa e duas), sendo 3 (três) por desempenho acadêmico e 89 (oitenta e nove), por aceleração dentro dos critérios previstos em lei, conforme gráficos abaixo.

e) Estágio probatório – os critérios de avaliação para do estágio probatório no âmbito do IFAM

estão regulamentados pelas Resoluções nº 18 e 56-CONSUP/2015. Em 2018, 57 (cinquenta e sete) servidores técnicos-administrativos e professores de foram aprovados no estágio probatório e, conseqüentemente, tiveram as suas estabilidades homologadas.

f) Tabela de remuneração – a última tabela de vencimentos dos servidores das IFES são as constantes nos anexos da Lei nº 13.325/2016. A quantidade de cargos gerenciais e funções gratificadas estão nos quadros abaixo.

Quadro 41 – Quantidade de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos

Cargos de Direção	Quantidade	Ocupantes
CD-0001	01	Reitor
CD-0002	19	Diretorias-Gerais / Pró-Reitores
CD-0003	21	Diretorias
CD-0004	52	Chefes de Departamento
TOTAL	94	--

Fonte: Siape Dez/2018

Desses 94 (noventa e quatro) Cargos de Direção/CD, somente 1 (um) CD-0003 e 1 (um) CD-0004 são ocupados por servidores não efetivos do Instituto Federal do Amazonas. Diante do exposto, temos que os servidores efetivos ocupam o correspondente a 97,87% (noventa e sete, oitenta e sete por cento) desses cargos.

Quadro 42 – Quantidade de funções gratificadas ocupadas por servidores efetivos

Funções Gratificadas	Quantidade	Ocupadas	Livres	Ocupantes
FG-0001	80	79	01	PCCTAE e PEBTT
FG-0002	126	122	04	
FG-0003	08	08	00	
FG-0004	62	62	00	
FG-0005	24	19	05	
Totais	300	290	10	

Fonte: Siape Dez/2018

Do total de funções ocupadas, somente duas Funções Gratificadas/FG-0002 são ocupadas por servidores não efetivos do Instituto Federal do Amazonas. Diante do exposto, temos que os servidores efetivos ocupam o correspondente a 99,31% (noventa e nove, trinta e um por cento) desses cargos.

Quadro 43 - Quantidade de função comissionada de coordenação de cursos ocupados por servidores efetivos

Funções Comissionadas	Quantidade	Ocupadas	Livres	Ocupantes
FUC-0001	137	126	11	PEBTT

Todas as 126 (cento e vinte e seis) Funções Comissionadas/FUC, são ocupadas por servidores efetivos, o que corresponde a 100% (cem por cento).

g) Igualdade de oportunidades na UPC – Um dos indicadores dessa conformidade pode ser observado quando da abertura de processo seletivo para seleção dos candidatos aos cursos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado ofertado pelo IFAM, bem como por outras instituições públicas ou privadas dentro e fora do País.

5.3.6 Capacitação: estratégia e números

O orçamento destinado para a capacitação dos servidores deste IFAM é dividido por unidades. Dessa forma, cada Campus tem orçamento próprio, agilizando a instrução processual de forma a melhor propiciar o desenvolvimento dos servidores na carreira.

Atualmente, utiliza-se o Levantamento das Necessidades de Capacitação, realizado no mês de outubro, em que todas as unidades são consultadas para que as ações voltadas a essa temática sejam previstas. O quadro abaixo resume o número de servidores capacitados por unidade e valor investido.

a) Número de servidores capacitados por unidade e valor investido

Quadro 44 - Número de servidores capacitados por unidade e valor investido

UNIDADE	Carga Horária	Servidores	Valor
REITORIA	1.153	46	R\$ 57.784,00
LÁBREA	714	24	R\$ 61.840,22
PARINTINS	2.676	38	R\$ 40.983,80
TABATINGA	0	0	R\$ 0,00
CMDI	2.975	91	R\$ 217.835,00
CMZL	128	6	R\$ 12.640,00
CMC	146	5	R\$ 20.622,00
ITACOATIARA	52	4	R\$ 11.180,00
MANACAPURU	552	20	R\$ 26.187,00
EIRUNEPÉ	290	39	Sem custo
TEFÉ	284	32	R\$ 29.993,87
MAUÉS	0	0	R\$ 0,00

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	80	8	R\$ 22.208,00
PRESIDENTE FIGUEIREDO	360	7	R\$ 15.710,00
COARI	446	20	R\$ 35.834,79
HUMAITÁ	110	64	R\$ 34.556,59
TOTAL	8.277	248	R\$ 399.856,46

Fonte: CDAP - Dez/2018

Quanto aos indicadores, tomando por base o objetivo de aumentar o índice de desenvolvimento de pessoas, capacitando ao menos 10% dos servidores docentes e técnicos administrativos, conforme fórmula abaixo:

$$SC = \frac{\text{quantidade de servidores}}{\text{n}^\circ \text{ de servidores capacitados}} \times 100$$

$$SC = \frac{1842}{248} \times 100 \text{ então } \frac{248 \times 100}{1842} = 13,46$$

A análise dos resultados permite concluir que a meta foi ultrapassada, demonstrando o compromisso da instituição com o desenvolvimento do servidor relacionado ao ambiente organizacional, bem como ao cargo que ocupa, atendendo ao que dispõe a legislação vigente.

Não obstante, ainda necessita-se de maior investimento na área.

Em 2018, o primeiro Curso de Integração de Novos Servidores, iniciado presencialmente e está em andamento por meio virtual.

b) Concessão de incentivo à qualificação

Quadro 45 - Concessão de incentivo à qualificação

INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO		
UNIDADE	QTD	PROGRAMA
REITORIA	18	Graduações, Especializações, Mestrados e Doutorados
LÁBREA	4	Especializações e Mestrados
PARINTINS	6	Especializações e Doutorados
TABATINGA	6	Especializações e Mestrados
CMDI	18	Graduações, Especializações, Mestrados e Doutorados
CMZL	11	Graduações, Especializações, Mestrados e Doutorados
HUMAITÁ	11	Graduações, Especializações e Mestrado
MANACAPURU	2	Graduação e Especialização
ITACOATIARA	6	Graduações, Especializações e Mestrado
COARI	7	Graduações, Especializações e Mestrado
TEFÉ	5	Especializações e Mestrados
TOTAIS	94	Graduações, Especializações, Mestrados e Doutorados

Fonte: CDAP- Dez/2018

c) Política de remuneração de administradores e membro de colegiados

Os ocupantes de Cargo de Direção podem optar por receber o valor integral da remuneração do Cargo de Direção/CD ou a remuneração do cargo efetivo acrescido de 60% da remuneração do CD. Membros dos Colegiados não percebem remuneração, jetons ou outras formas de benefícios.

Quadro 46 - Valores de Cargo de Direção no âmbito do IFAM

CARGO	TOTAL R\$	60% R\$
CD-01	R\$ 13.474,12	R\$ 8.084,47
CD-02	R\$ 11.263,53	R\$ 6.758,12
CD-03	R\$ 8.842,39	R\$ 5.305,43
CD-04	R\$ 6.421,26	R\$ 3.852,76

Fonte: Siape Dez/2018

5.3.7 Principais desafios e ações futuras

Um dos maiores desafios da área de gestão de pessoas além de manter o aporte de legislação atualizado é a elaboração de normativos visando à implantação da "Gestão de Riscos Relacionadas ao Pessoal", bem como a criação e desenvolvimento de ações voltadas para elaboração de normas e implantação sobre Conflito de Interesses e ainda o desenvolvimento de políticas voltadas para área de pessoal.

5.4 Gestão de licitação e contratos

As análises relacionadas às contratações incluem as 16 (dezesesseis) unidades do IFAM.

5.4.1 Conformidade legal

Cada Unidade Contratante do Instituto Federal do Amazonas conta com assessoria jurídica da Procuradoria Federal junto ao IFAM (AGU), o que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, Instruções Normativas 04/2014 e 05/2017.

5.4.2 Detalhamento dos gastos das contratações - finalidade e tipos de serviços

Os gastos das contratações por finalidade e tipos podem ser visualizados no seguinte link

<http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/adminitracao/daf/dam/contratos-e-convenios>

5.4.3 Contratações mais relevantes

As contratações do Instituto Federal do Amazonas estão alinhadas com os resultados formalizados no Mapa Estratégico, conforme link: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/adminitracao/planejamento/arquivos-diplan/mapa-estrategico.png/view>. Dessa forma, visa:

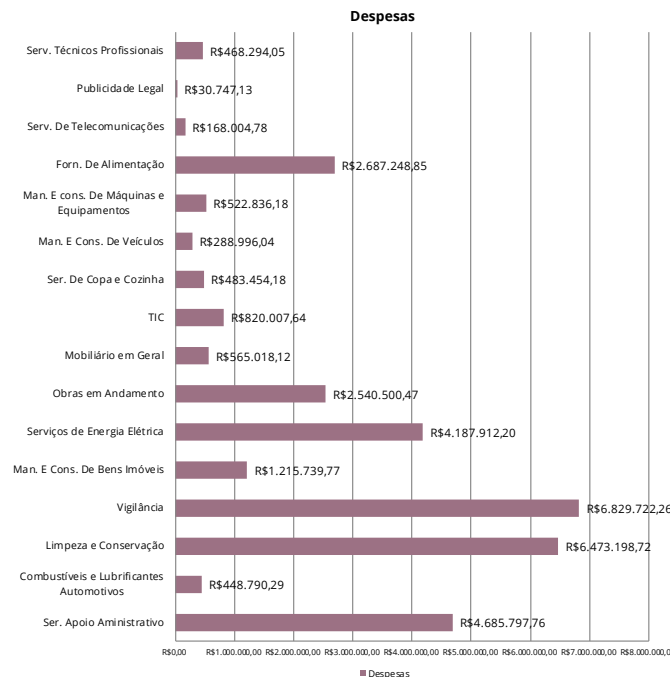
1. Aprimorar o processo de planejamento e acompanhamento orçamentário e financeiro do IFAM;
2. Mapear, especificar, padronizar e melhorar os processos administrativos, com enfoque nos controles internos, na gestão de riscos institucional a estrutura integrada (a maioria das despesas de TIC referem-se ao objetivo 2.).

As despesas mais relevantes que se referem à serviços de administração e manutenção predial são:

Vigilância	Forn. De Alimentação
Limpeza e Conservação	Obras em Andamento
Ser. Apoio Administrativo	Man. E Cons. De Bens Imóveis
Serviços de Energia Elétrica	

Entende-se como contratações mais relevantes não só as que geraram contratos, mas as despesas pagas. Agrupou-se as ND's detalhadas que possuem mesma finalidade tais como TIC. A fonte foi o Tesouro Gerencial, referente ao exercício financeiro de 2018.

Gráfico 58 – Contratações mais relevantes - despesas



Fonte: Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, 2019

Quadro 47 - Contratações mais relevantes

Vigilância	R\$ 6.829.722,26
Limpeza e Conservação	R\$ 6.473.198,72
Ser. Apoio Administrativo	R\$ 4.685.797,76
Serviços de Energia Elétrica	R\$ 4.187.912,20
Forn. De Alimentação	R\$ 2.687.248,85
Obras em Andamento	R\$ 2.540.500,47
Man. E Cons. De Bens Imóveis	R\$ 1.215.739,77
TIC	R\$ 820.007,64
Mobiliário em Geral	R\$ 565.018,12
Man. E cons. De Máquinas e Equipamentos	R\$ 522.836,18
Ser. De Copa e Cozinha	R\$ 483.454,18
Serv. Técnicos Profissionais	R\$ 468.294,05
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R\$ 448.790,29
Man. E Cons. De Veículos	R\$ 288.996,04

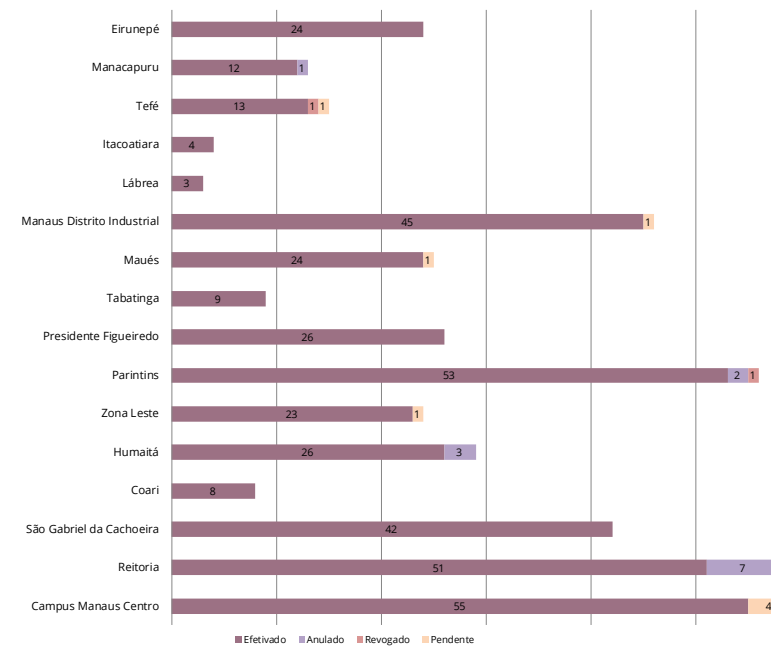
Serv. De Telecomunicações	R\$ 168.004,78
Publicidade Legal	R\$ 30.747,13

5.4.4 Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas

a) Contratação direta

A Contratação direta aqui é entendida como qualquer aquisição ou contratação de serviço realizada por procedimento de dispensa ou inexigibilidade. O gráfico mostra o quantitativo de compras efetivadas, as anuladas, revogadas e pendentes, conforme o Campus.

Gráfico 59 - Dispensas e Inexigibilidades



Fonte: Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, 2019.

Classificando a relação dos *Campi*, em um ranking de contratações diretas, segue a ordem:

Quadro 48 – Contratações diretas por Campus

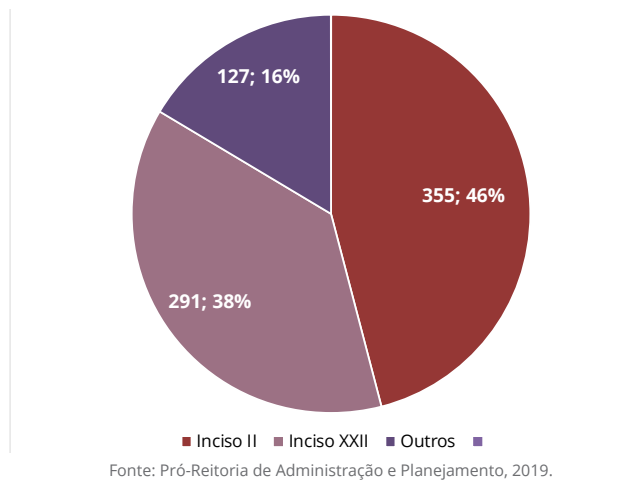
Campus	Quantidade
Campus Manaus Centro	55
Parintins	53
Reitoria	51
Manaus Distrito Industrial	45
São Gabriel da Cachoeira	42
Humaitá	26
Presidente Figueiredo	26
Maués	24
Eirunepé	24
Zona Leste	23
Tefé	13
Manacapuru	12
Tabatinga	9
Coari	8
Itacoatiara	4
Lábrea	3

Fonte: Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, 2019.

O total de processos de contratações diretas no âmbito do IFAM foi de **441**. As contratações diretas efetivadas (excluídas as anuladas, pendentes e revogadas) somam **418**.

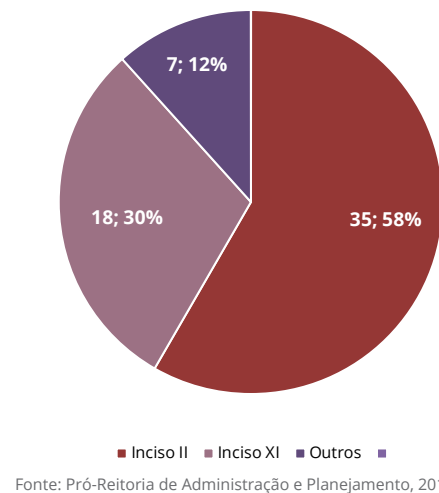
O total de empenhos com Dispensa (Art. 24, da Lei 8666/93) sendo despesas correntes foi de 773, sendo que 355 foram do Inciso II (Valor) e 291 foram do Inciso XXII (energia e gás).

Gráfico 60 - Despesas Correntes via Dispensa (Incisos)



O total de empenhos com dispensa (Art. 24, da Lei 8666/93) sendo despesas de capital foi de 60, sendo que 35 foram do Inciso II (Valor) e 18 foram do Inciso XI (remanescente de obra).

Gráfico 61 - Despesas de Capital via Dispensa (Incisos)



b) Contratações Diretas – Justificativas (tópico 1.4)

Conforme gráfico acima, a maior parte das contratações diretas com despesa corrente baseiam-se no inciso II e XXII, do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993. Além das compras de baixo valor destacam-se as contratações com fornecedoras de energia elétrica e água, justificadas pelo fornecimento exclusivo.

c) Pregões

Quadro 49 – Pregões por unidade

Pregões por unidade	
Campus	QUANTIDADE
Tefé	7
Campus Manaus Centro	4
Reitoria	4
Campus Manaus Centro	4
Parintins	2
São Gabriel da Cachoeira	2
Manaus Distrito Industrial	1
Presidente Figueiredo	1
Tabatinga	1
Humaitá	0
Maués	0
Eirunepé	0
Zona Leste	0
Manacapuru	0
Coari	0
Itacoatiara	0
Lábrea	0
TOTAL	22

d) Outras modalidades

Em relação às outras modalidades (Concorrência, Tomada de Preços, Convite

e Concurso) o IFAM realizou um total de 3 contratações.

5.4.5 Principais desafios e ações futuras

As particularidades e necessidades específicas de cada unidade do Instituto Federal do Amazonas é o principal desafio da gestão de licitações e contratos, considerando o atual quantitativo de 16 unidades contratantes. Outro desafio é a alteração na legislação, que acarreta um aumento na quantidade de erros, tanto pelos demandantes quanto pelos executores. Além disso, a quantidade de pessoal não supre a quantidade de demandas, pelo menos no âmbito administrativo (PROPLAD). Para que o controle das unidades seja atingido, o órgão adotou o uso do sistema integrado (SIG), o qual se fosse alimentado pelos usuários (coordenadores de todos os *Campi*) retornaria informações mais fidedignas.

5.5 Gestão patrimonial e infraestrutura

5.5.1 Conformidade legal

Todos os *Campi* estão em conformidade legal alinhados com os termos dos artigos 37, 70 e 75 da Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, Decreto-lei nº 200/67, Instrução Normativa nº 205/88, Lei Complementar nº 101/200, Lei 8.429/92 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

5.5.2 Principais investimentos de capital, custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

Em 2018, foi investido R\$ 30.133.283,42 no IFAM, sendo que desse total 74,62% foram utilizados em 5 tipos de Investimentos a seguir:

a) Obras em andamento - responde pela maior fatia dos recursos, o equivalente a 40,21% do total (R\$ 12.117.975,44) deste montante destacam-se as construções dos *Campi* Eirunepé R\$ 5.140.563,44 e Tefé com R\$ 3.933.786,17 que somados totalizam R\$ 9.074.349,61. As demais obras tratam-se de pequenas reformas e ampliações realizadas pelos *Campi* nas estruturas já existentes tendo destaque a construção de 10 salas de aula em um novo bloco do Campus Parintins, 5 salas provenientes de readequação no Campus Manaus Zona Leste e 3 salas de aula sustentáveis no Campus Lábrea.

b) Mobiliário em geral - este investimento foi na ordem de R\$ 4.083.381,71 (13,55 % do total) no exercício de 2018, além da compra de mobiliário para as novas unidades em construção, tais como cadeiras, armários, mesas, poltronas, entre outros. Há a necessidade de compras para as unidades antigas que possuem bens desgastados e danificados pelo uso, sendo assim diversas unidades adquiriram mobiliário para sanar suas necessidades com substituição e ampliação de espaços.

c) Equipamentos de TIC – computadores - O gasto com a compra de computadores no IFAM foi de R\$ 2.712.778,52 (9% do total de investimento) tal gasto se

dá devido a necessidade de equipar os novos *Campi* e promover a substituição dos computadores antigos gradativamente a cada quinquênio.

d) Maquinas e equipamentos agric. e rodoviários Investimento - feito na ordem de R\$ 1.825.119,19 correspondente a 6,06% do investimento total esse gasto foi feito sendo utilizado quase em sua totalidade pelo Campus Tefé, para aquisição de tratores e ônibus rural para o atendimento de suas necessidades de também de outras unidades.

e) Veículos de tração mecânica - esse item respondeu por 5,79% do gasto de capital, sendo este principalmente da aquisição de transporte escolar nos *Campi*.

Todos os investimentos estão ligados intimamente aos objetivos estratégicos e finalísticos do IFAM, pois em última análise resultam na formação de alunos bem preparados para cumprir seu papel social. Abaixo todas as rubricas onde foram aplicados recursos:

Quadro 50 - Investimentos em 2018

44903035	MATERIAL LABORATORIAL	12.268,33	0,04%
44903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	7.890,00	0,03%
44904005	AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	33.950,00	0,11%
44905180	ESTUDOS E PROJETOS	46.218,00	0,15%
44905191	OBRAS EM ANDAMENTO	12.117.975,44	40,21%
44905192	INSTALACOES	1.055.854,97	3,50%
44905204	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	178.250,63	0,59%

44905206	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	113.176,14	0,38%
44905208	APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT,LABOR.HOSPIT.	32.949,36	0,11%
44905210	APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSOES	32.749,98	0,11%
44905212	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	1.000.110,13	3,32%
44905218	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	36.030,00	0,12%
44905220	EMBARCACOES	33.626,00	0,11%
44905224	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	128.436,83	0,43%
44905226	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	9.930,00	0,03%
44905228	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	3.300,00	0,01%
44905230	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	254.505,60	0,84%
44905233	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	149.522,78	0,50%
44905234	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	454.288,34	1,51%
44905235	MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	1.084.845,72	3,60%
44905236	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	168.510,00	0,56%
44905237	EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDE	447.484,66	1,49%
44905238	MAQ., FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	11.325,69	0,04%
44905239	EQUIP. E UTENSILIOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	13.335,00	0,04%
44905240	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRIC. E RODOVIARIOS	1.825.119,19	6,06%
44905241	EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	2.712.778,52	9,00%
44905242	MOBILIARIO EM GERAL	4.083.381,71	13,55%
44905245	EQUIPAMENTOS DE TIC - IMPRESSORAS	1.003.575,80	3,33%
44905248	VEICULOS DIVERSOS	362.744,00	1,20%
44905251	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	969.299,60	3,22%
44905252	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	1.745.786,00	5,79%
44909252	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.065,00	0,01%
		30.133.283,42	100%

Fonte: Departamento de Administração, 2018.

5.5.3 Desfazimento de ativos

Em 2018, apenas uma unidade realizou o desfazimento de bens, qual seja, o Campus Manaus Centro- CMC. As demais não realizaram nenhum desfazimento devido serem novas (menos de 10 anos) ou devido a já terem se desfeito de bens em outros anos como é o caso do Campus Manaus Zona Leste.

O desfazimento ainda foi feito com base no Decreto nº 99.658/90, dessa forma foram inutilizados e defeitos os seguintes bens:

- 116 (cento e dezesseis) condicionadores de Ar, classificados como irre recuperáveis pela Comissão instituída através da Portaria nº 577-GAB/DG/CMC/IFAM;

- Foram inutilizados e defeitos 519 (quinhentos e dezenove) materiais permanentes (armários, cadeiras, banquetas, gaveteiros, mesas, poltronas, classificados como irre recuperáveis pela Comissão instituída através da Portaria nº 853-GAB/DG/CMC/IFAM, e 291 (duzentos e noventa e um) materiais permanentes, classificados como irre recuperáveis pela Comissão instituída através da Portaria nº 187-GAB/DG/CMC/IFAM;

- Foram inutilizados e defeitos 274 (duzentos e setenta e quatro) materiais de informática (microcomputador, monitores) classificados como irre recuperáveis pela Comissão instituída através da Portaria nº 821-GAB/DG/CMC/IFAM;

- Foram inutilizados e defeitos 58 (cinquenta e oito) bens permanentes da Área de Multimeios classificados como irre recuperáveis pela Comissão instituída através da Portaria nº 822-GAB/DG/CMC/IFAM;

- Foram inutilizados e defeitos 244 (duzentos

e quarenta e quatro) bens permanentes da Área de Química classificados como irre recuperáveis pela Comissão instituída através da Portaria nº 823-GAB/DG/CMC/IFAM;

5.5.4 Locações de imóveis e equipamentos

A maioria das unidades do IFAM estão funcionando em sede própria, com exceção das unidades de Tefé e Eirunepé, ambas gastam R\$ 96.000,00 e R\$ 37.500,00 por ano, respectivamente, com locação de imóveis para o funcionamento das atividades pedagógicas e administrativas.

5.5.5 Mudanças e desmobilizações relevantes

De todas as unidades apenas três apresentaram este tópico, sendo elas os *Campi* de Itacoatiara, Tefé e Eirunepé, conforme segue:

a) Campus Itacoatiara: houve a mudança das três instalações provisórias para o prédio próprio, que foi inaugurado em 2018. Não houveram gastos elevados com a mudança, pois foram utilizados os veículos próprios para a condução da maior parte dos materiais e equipamentos.

b) Campus Tefé: houve mudança parcial das atividades para outro prédio, com a unidade funcionando em dois lugares distintos. Tal mudança causou um impacto no orçamento anual da unidade, que terá que remanejar recursos para a manutenção das duas sedes provisórias até que o prédio definitivo esteja

pronto para uso. No entanto, como a mudança se deu no final do exercício, o impacto orçamentário não se mostrou acentuado em 2018, pois fora demandado recurso da ordem de R\$ 8.000,00 para o pagamento da mensalidade da locação do mês de dezembro.

c) Campus Eirunepé: houve a conclusão da obra do prédio anexo do Campus localizado no Bairro de Aparecida em janeiro de 2018, área de aproximadamente 570,00 m² que possibilitou uma infraestrutura adequada, ainda que deficitária, às atividades institucionais. A área composta de 05 salas de aulas, 03 salas/departamentos administrativos, 01 copa/cozinha, 02 banheiros, permitiu tão somente a realocação do espaço anteriormente ocupado nas dependências da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), mediante cooperação técnica. Contudo, foram necessários investimentos para a equipar a infraestrutura da rede lógica, do poço artesiano, da copa/cozinha e demais ambientes do prédio anexo. Observou-se também um aumento de cerca de 30% no consumo de energia elétrica a partir da inauguração do novo prédio. Houve necessidade de acréscimo de 01 posto de vigilância armada.

5.5.6 Principais desafios e ações futuras

- Obter recursos orçamentários para poder fazer a manutenção dos espaços construídos e dos bens adquiridos, tendo em vista a falta de crescimento do orçamento anual das unidades e do próprio órgão.
- Obter recursos para modernização das máquinas e equipamentos adquiridos ao longo dos anos, tendo em vista a rápida mudança nas tecnologias

que devem ser acompanhadas por um Instituto de Ciência e Tecnologia.

- Realizar a catalogação e tombamento em todos os bens permanentes adquiridos ou já existentes, para isso será necessário que cada Campus realize seu inventário periódico anual.
- Reavaliar os bens imóveis construídos para atender a legislação vigente, além de cadastrar todas as obras concluídas no SPIUNET.
- Criação de manuais de procedimentos para ações de desfazimentos de bens e manutenção de bens imóveis e instalações.
- Construções de UEPs Unidades de Educativas de produção em algumas unidades.

5.6 Gestão da tecnologia da informação

5.6.1 Conformidade legal

A gestão da Tecnologia da Informação no IFAM tem como base o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, disponível em <file:///C:/Users/2326041/Desktop/PLANODIRETORDETECNOLOGIA DAINFORMAODOIFAM20172018RevisadoeAprovado.pdf>. Esse documento tem alinhamento direto com Plano Diretor do IFAM e direciona as ações de Tecnologia da Informação no IFAM.

5.6.2 Modelo de governança de TI

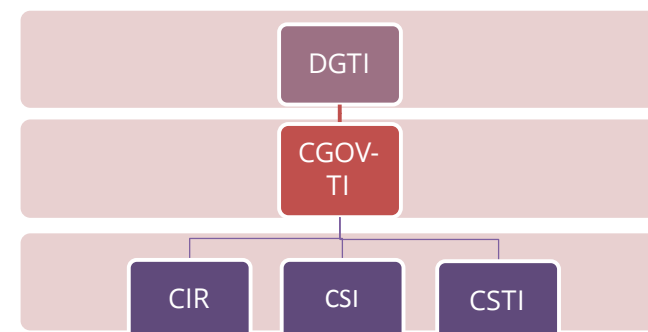
Dentro da estrutura Organizacional da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação, existe a Coordenação de Governança de Tecnologia da

Informação, que tem como principais finalidades:

- Alinhar as ações da Diretoria de Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação e suas coordenações com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- Analisar as solicitações de aquisições de soluções de Tecnologia da Informação;
- Avaliar as metas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

A estrutura completa da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação, compreende:

Gráfico 62 – Estrutura de governança de TI



Fonte: Diretoria De Tecnologia da Informação, 2018.

I - A Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação é o setor responsável pelas atividades relacionadas ao planejamento, à supervisão, à execução e à avaliação da política de Tecnologia da Informação do IFAM.

II - A Coordenação de Governança de Tecnologia da Informação é o setor que gerencia a área de Tecnologia da Informação com a finalidade de garantir a sustentabilidade e competitividade do negócio através do alinhamento entre os objetivos da área de TI e dos objetivos estratégicos da organização.

III - A Coordenação de Infraestrutura e Redes em Tecnologia da Informação atua no IFAM planejando e provendo os serviços de administração da rede, do parque de Tecnologia da Informação e de suporte ao usuário, buscando também estabelecer e difundir as normas e padrões de segurança de informação e do uso dos recursos disponíveis na rede de computadores do IFAM, mantendo a padronização entre os *Campi*.

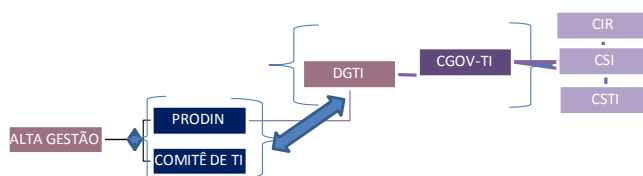
IV - A Coordenação de Sistemas de Informação coordena as atividades de desenvolvimento e atualização de sistemas no IFAM, pesquisar, estabelecer e disseminar normas e padrões para o desenvolvimento de sistemas informatizados, mantendo a padronização entre os *Campi* do IFAM. Além disso, trabalha prospectando novas tecnologias e metodologias de desenvolvimento de sistemas, e em parceria com a Coordenação de Infraestrutura e Redes (CIR), garante a disponibilidade dos sistemas de informação do IFAM.

V - A Coordenação de Manutenção de Tecnologia da Informação administra e mantém os equipamentos operacionais, funcionais; coordena as atividades de gerenciamento de empresas terceirizadas; supervisiona o funcionamento e a integridade dos computadores, disponibilizados dentro do IFAM; realiza a integração entre os *Campi* do IFAM. Visando a padronização de hardware e software, provem suporte técnico aos usuários da Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação e Reitoria, além de administrar os recursos computacionais e manter atualizado o cadastro da configuração dos equipamentos existentes no IFAM.

VI - O Comitê de Gestão de Tecnologia da

Informação é vinculado a Autoridade Máxima do IFAM, e tem o objetivo promover o alinhamento dos objetivos e metas institucionais com a área de Tecnologia da Informação - TI.

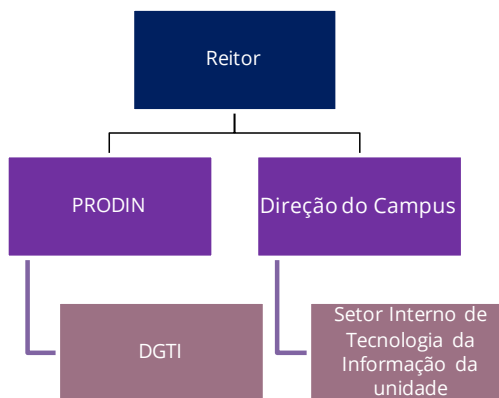
Gráfico 63 - Modelo de Gestão de Tecnologia da Informação



Fonte: Diretoria De Tecnologia da Informação, 2018.

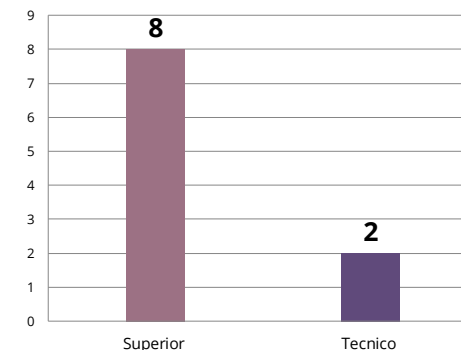
Quanto ao **quadro de Pessoal**, o modelo de Gestão de tecnologia da Informação, possui dentro de cada unidade um setor de Tecnologia da Informação, o qual está ligado diretamente ao Diretor do Campus e não à unidade de Tecnologia da Informação do IFAM.

Gráfico 64 - Quadro de Pessoal (modelo de Gestão TI)



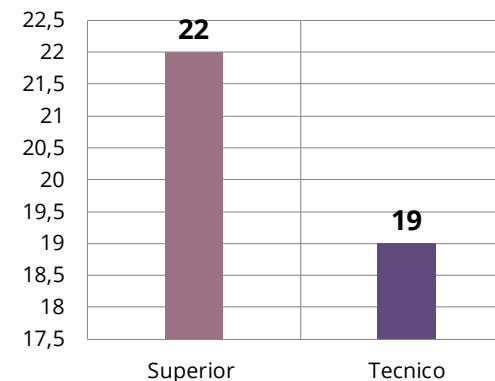
Fonte: Diretoria De Tecnologia da Informação, 2018.

Gráfico 65 - Força de trabalho da DGTI / Reitoria



Fonte: Diretoria De Tecnologia da Informação, 2018.

Gráfico 66 - Força de Trabalho DGTI + Setores de TI das Unidades



Fonte: Diretoria De Tecnologia da Informação, 2018.

5.6.3 Recursos aplicados em TI

Em 2018, destaca-se o Acordo de Cooperação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologia da Informação na Amazônia (PRO TI-AMAZÔNIA), com R\$1.151.101,10 em investimentos.

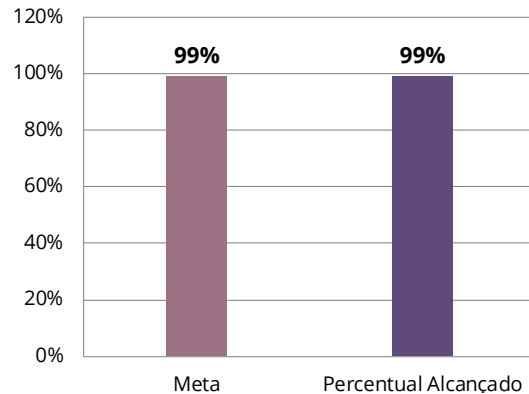
As aquisições de capital de TI, está disponível em <http://www.ifam.edu.br/dgti/>.

Despesas com Tecnologia da Informação e Comunicação - R\$820.007,64

5.6.4 Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

a) Melhorar o desempenho da rede do IFAM

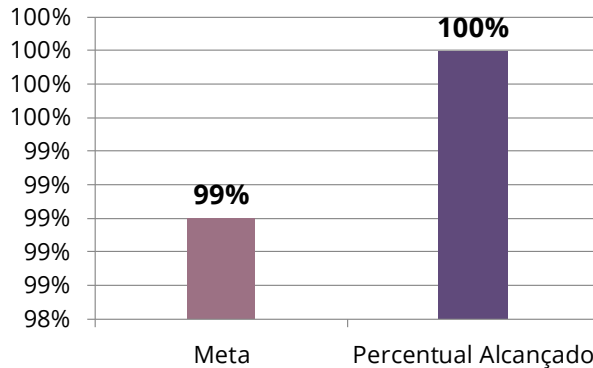
Gráfico 67 – Desempenho da rede IFAM



Fonte: Diretoria De Tecnologia da Informação, 2018.

b) Implantar a rede para visitantes - mecanismos de controle de autenticação e acesso.

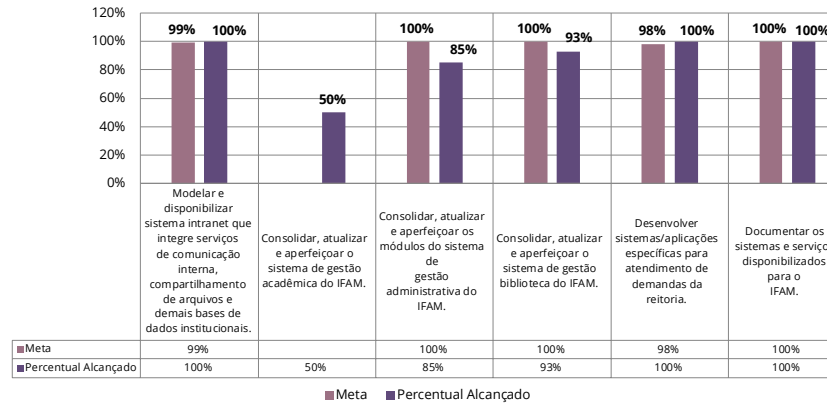
Gráfico 68 – Desempenho da rede IFAM



Fonte: Diretoria De Tecnologia da Informação, 2018.

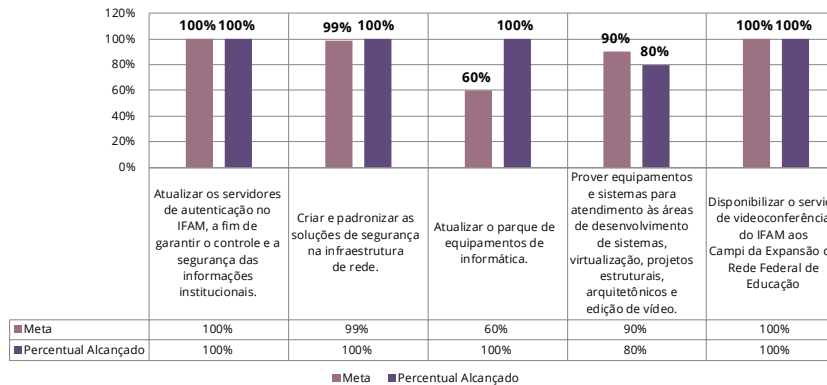
c) Outras metas e respectivos percentuais de alcance

Gráfico 69 – Metas da Diretoria de Tecnologia da Informação I



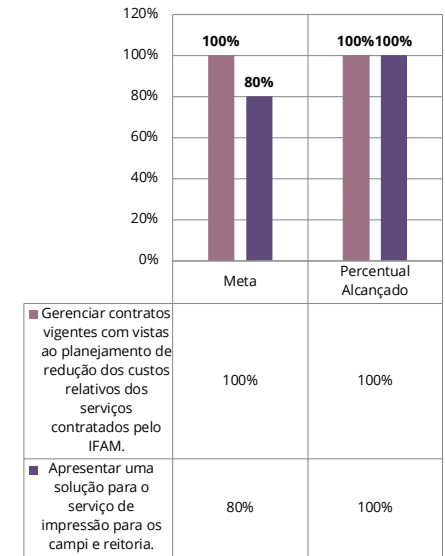
Fonte: Diretoria De Tecnologia da Informação, 2018.

Gráfico 70 – Metas da Diretoria de Tecnologia da Informação II



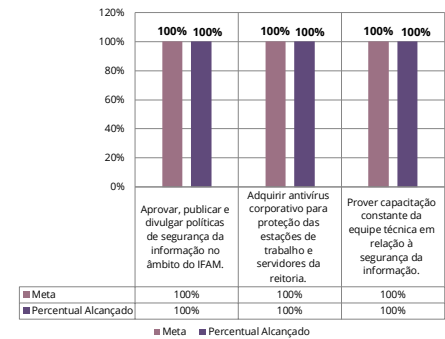
Fonte: Diretoria De Tecnologia da Informação, 2018.

Gráfico 71 – Metas da Diretoria de Tecnologia da Informação III



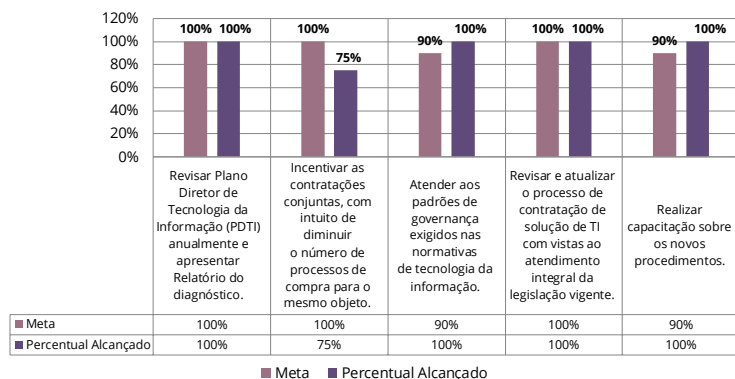
Diretoria De Tecnologia da Informação, 2018.

Gráfico 72 – Metas da Diretoria de Tecnologia da Informação IV



Fonte: Diretoria De Tecnologia da Informação, 2018.

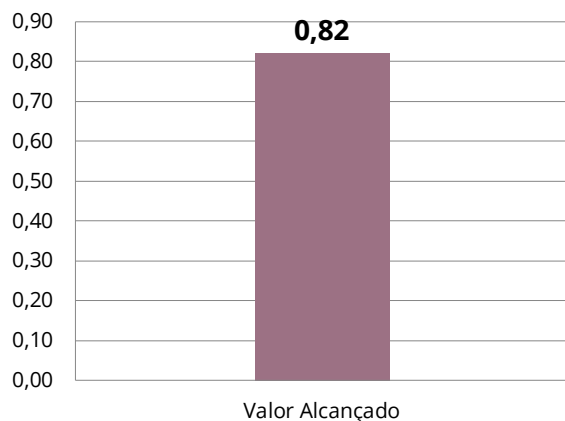
Gráfico 73 – Metas da Diretoria de Tecnologia da Informação V



Fonte: Diretoria De Tecnologia da Informação, 2018.

A métrica elaborada para análise e acompanhamento geral do atendimento do Plano Diretor de Tecnologia é Total = (total de metas*0,1)*(média alcançada*0,1)/total de metas, onde o maior e que representa o atendimento de todas as metas é 1 (um) e o menor valor é 0,1 (zero vírgula um).

Gráfico 74 - Valor alcançado em percentual – Metas DGTI



Fonte: Diretoria De Tecnologia da Informação, 2018.

5.6.5 Segurança da informação

O IFAM possui um Comitê de Segurança da Informação, cujo objetivo é avaliar a gestão e o uso da tecnologia da informação, de acordo estabelecido no Acórdão nº 1233/2012-TCU-Plenário.

Há uma Política de Segurança da Informação, disponível no Portal do IFAM, no link http://www.ifam.edu.br/portal/images/file/PSI_autorizada.pdf.

5.6.6 Principais desafios e ações futuras

As limitações orçamentarias concretizam a principal ameaça ao cumprimento das metas contidas no Plano Diretor de tecnologia da Informação, além do pouco pessoal da área de tecnologia da informação, onde a equipe da DGTI do IFAM é 35ª menor equipe dentre os 38 Institutos Federais.

O ponto forte atende pelo nível de especialização da equipe da atual Equipe da DGTI, que possui no seu quadro 3 Mestres, 4 Mestrandos e 3 Especialistas. A principal oportunidade é o processo de informatização de procedimentos, o qual eleva a importância do setor dentro do Instituto.

5.7 Sustentabilidade ambiental

5.7.1 Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Os critérios de sustentabilidade adotados no âmbito da instituição envolvem a utilização do selo A3P de Sustentabilidade na Administração Pública. Os parâmetros são os estabelecidos no Decreto 7.746/2012 e na Resolução nº 29-CONSUP/IFAM, de 06 de junho de 2018, que aprova o plano de Logística sustentável do IFAM.

A Resolução nº 41 de 22 de agosto de 2017 estabelece os Princípios da Política Socioambiental do Instituto Federal do Amazonas e demais legislações vigentes.

Como exemplo, as aquisições de bens de Tecnologia da informação, onde os equipamentos computacionais possuem políticas de controle de energia, como por exemplo, desligar monitor automaticamente depois de um período de inatividade e virtualização 100 % do seu Datacenter. Outras aquisições realizadas encontram-se dentro das propostas de política sustentável, como exemplos, a aquisições de agendas, canetas e calendários produzidos com materiais recicláveis, a substituição de copos descartáveis para servidores por aquisição de canecas sustentáveis produzidas através da resina da casca do coco, reduzindo uso dos mesmos. A Diretoria de Obras e Serviços de engenharia do IFAM, realizada os procedimentos necessários desde os projetos à contratação de empresas sustentáveis na aplicação das técnicas até a reutilização dos rejeitos de obra.

5.7.2 Ações para redução do consumo de recursos naturais

A Coordenação de gestão ambiental e comissão de eficiência energética e energia renovável apresentam as atividades realizadas em 2018 relacionadas à sustentabilidade ambiental:

1. Incentivo e Capacitação de servidores do IFAM/SETEC/GIZ

a) Eficiência Energética de edifícios:

José Josimar Soares (CMC);

Sergio Costa Martins de Alencar (CMDI)

b) Energia Fotovoltaica:

José Josimar Soares (CMC);

Marisol Elias de Barros Plácido (CMC)

2. Formação da comissão permanente de Eficiência Energética e Energias Renováveis (3ER) para assessoramento às ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento Institucional nas referidas áreas estratégicas.

3. Diagnóstico de eficiência energética nos *Campi*

a) Campus Tabatinga - CTB;

b) Campus Manaus Distrito Industrial - CMDI;

4. Planejamento dos cursos de capacitação de longa duração

a) CMDI - PPC do curso de Especialização em eficiência energética;

b) CMC – Formação de comissão interna para elaboração do PPC da especialização pós-técnico em energia fotovoltaica

5. Participação dos editais de fomento nas áreas de eficiência energética e energias renováveis

a) CHAMADA PÚBLICA Programa de Eficiência Energética (PEE) – 01/2018 – *Campi* envolvidos: CMDI e CTB

Objetivo captar recursos através de projeto de Eficiência Energética no uso final de energia elétrica e incentivar o desenvolvimento de medidas que promovam a eficiência energética, reduzindo assim o consumo de energia bem como, promover a redução da demanda na ponta do sistema elétrico, estimulando o desenvolvimento de novas tecnologias e a criação de hábitos e práticas racionais para combater o desperdício. Para conseguir esse tipo de projeto, deve-se priorizar os diagnósticos energéticos nos *Campi*, pois o referido projeto não foi submetido no prazo por falta de diagnóstico nos padrões exigidos pela Eletrobrás.

6. Projeto de Sistema Isolado Fotovoltaico – IFAM/SCHNEIDER/GIZ – Em fase de elaboração e assinatura do termo de convênio - *Campi* envolvidos: CMC, CMDI, CMZL, CMP e CTB

Parceria entre o IFAM e a empresa Schneider/ GIZ para montar um laboratório de energias solar fotovoltaica visando atender o curso de especialização em energia fotovoltaica e os cursos FIC e nos *Campi* do e comunidades isoladas no interior do Amazonas com 3 Curso previstos pelo IFAM

- FV Off-Grid (Reserva) – 120 h
- Instalador FV FIC (Manaus) – 120 h
- Pós-técnico FV (Manaus) – 300h

Quadro 51 – Impacto anual de egressos – Projeto Sistema Isolado Fotovoltaico

O impacto anual de egressos formados pelo IFAM no próximo biênio (2019-2020):


Categorias	2019	2020
Qualificação de Professores	10	11
Livre Concorrência (LC)	35	67
Baixa Renda	30	72
Reservas Indígenas	0	30
Total de Egressos	75	160

7. Assessoria e Financiamento através da reitoria aquisição e instalação da primeira USINA SOLAR FONTOVOLTAICA (50kWp) no Campus Manaus Centro (CMC).

O projeto está em fase de implantação no Campus Manaus Centro (CMC) – Empenho de despesa realizado em 07/12/2018, tendo como objetivo é fortalecer o ensino, pesquisa e extensão na área de energia solar fotovoltaica, através da montagem de uma estrutura física de geração de energia fotovoltaica e construção dos telhados com painéis solares (laboratórios) para realização dos cursos de curta e longa duração na referida área.

5.7.3 Redução de resíduos poluentes

A assinatura do termo aditivo de inclusão da Reitoria do IFAM ao Contrato de Cooperação existente entre o Campus Manaus Centro - CMC com a ECO Cooperativo, onde o IFAM tem o dever e separar os resíduos, que posteriormente são recolhidos pela cooperativa para realizar os procedimentos de reciclagem adequados a cada material conforme prevê o Decreto nº 5940/06. Este instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta



e indireta, na fonte geradora e a sua destinação às Associações e Cooperativas dos Catadores de materiais recicláveis.

5.8 Gestão de custos

Não há implantação do Painel de Informações de Custos, há uso do Custo Genérico, conforme comunica SIAFI da setorial contábil do MEC, devido à ausência de um mapeamento que contemple todas as etapas processuais que ocasionam custos as atividades fins do Instituto.

Demonstrações contábeis

Capítulo 06

6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Declaração do contador geral

Declaração do Contador Geral, Marlena Raquel dos Santos

A Coordenação Geral de Contabilidade e Custos – CGECC, de acordo com a Resolução nº 02 – CONSUP de 28 de março de 2011, compõe a estrutura da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, tendo como base as seguintes unidades administrativas:

- IFAM – Campus Manaus Centro
- IFAM – Campus Distrito Industrial
- IFAM – Campus Zona Leste
- IFAM - Campus São Gabriel da Cachoeira
- IFAM – Coari
- IFAM – Reitoria
- IFAM – Parintins
- IFAM – Tabatinga
- IFAM – Presidente Figueiredo
- IFAM – Campus Maués
- IFAM – Campus Lábrea
- IFAM – Campus Humaitá
- IFAM – Campus Itacoatiara
- IFAM – Campus Avançado Manacapuru
- IFAM – Campus Tefé
- IFAM – Campus Eirunepé

O registro da conformidade contábil é realizado em todos os *Campi* do IFAM, sob a responsabilidade dos contadores responsáveis indicados no SIAFI para cada UG. A conformidade contábil de órgão das demonstrações contábeis é realizada pela CGEC, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal do Amazonas são as seguintes:

- Balanço Patrimonial
- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Demonstração de Fluxo de Caixa
- Demonstrações das Variações Patrimoniais

As Demonstrações Contábeis do IFAM são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Compreendem também as NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP.

a) Avanços

Em 2018, ocorreram avanços substanciais na qualidade das informações contábeis do IFAM, dentre elas destaca-se:

- O IFAM passou a efetuar e acompanhar os processos das inscrições em dívida em nome da Instituição, após uma ação conjunta entre a Coordenação Geral de Contabilidade e a Procuradoria Federal do IFAM.
- O Instituto passou a realizar o envio regular das notas explicativas a setorial contábil do MEC, desde o 1º trimestre do exercício de 2018.
- Foi implementada uma política mais rigorosa no tocante ao acompanhamento e registro da Conformidade de Gestão da Reitoria do IFAM, propiciando a criação de rotinas de trabalho que serão estendidas às demais unidades.
- Com base na Portaria MPOG nº 385/2018, está em fase de contratação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS, no sistema interno de Gestão Patrimonial do IFAM, no qual estão sendo efetuadas as conciliações dos saldos de bens através de inventários junto a todas as unidades do instituto.

b) Ressalvas

Devido à complexidade, diversidade e amplitude de alguns processos de trabalho no IFAM, ainda ocorrem obstáculos no assentamento de diversas rotinas, conforme segue:

Compatibilização dos saldos dos créditos inscritos na Dívida Ativa dos sistemas de controle da

PGFN com os valores registrados no SIAFI. O exercício de 2018 foi fechado com uma diferença da ordem de 3 milhões do total de créditos a longo prazo.

Não há registro regular da conformidade de registro de Gestão no âmbito das unidades do IFAM, com exceção da Reitoria, devido a insuficiência de servidores. A Coordenação tem orientado aos gestores dos *Campi* através das reuniões do Comitê de Administração, acerca da necessidade de implementação de políticas rigorosas, a fim de sanar essa inconsistência.

Devido à ausência de servidores capacitados suficiente nos *Campi* do IFAM, há uma morosidade no processo de conciliação dos saldos do Imobilizado do Instituto, de modo que, mesmo que algumas unidades tenham começado a realizar a Depreciação, o valor apresentado no Balanço Patrimonial não espelha a realidade.

Os almoxarifados da instituição possuem controles ineficientes, pois ainda se encontra em processo de implantação o Sistema interno de Gestão Patrimonial nos *Campi*, não sendo informado mensalmente as entradas e saídas de mercadorias por meio de RMA em 90% das unidades, o que impossibilita os lançamentos de baixa de saldos de materiais consumidos das contas de almoxarifado.

Ausência da implantação do Painel de Informações de Custos, uso do Custo Genérico, conforme comunica SIAFI da setorial contábil do MEC, devido à ausência de um mapeamento que contemple todas as etapas processuais que ocasionam custos as atividades fins do Instituto.

c) Declaração

Portanto, considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Federal do Amazonas, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

Manaus, 04 de fevereiro de 2019

Marlena Raquel dos Santos

6.2 Demonstrações

I - Balanço Patrimonial

Quadro 52 - Balanço Patrimonial
R\$ milhões

ATIVO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	56.441,95	67.445,87
Caixa e Equivalentes de Caixa	26.880,21	8.913,93
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	11.780,34	41.351,00
Estoques	16.395,42	15.794,97
VPDs Pagas Antecipadamente	1.385,98	1.385,98
ATIVO NÃO CIRCULANTE	492.106,58	469.708,83
Ativo Realizável a Longo Prazo	30,04	7,04
Créditos a Longo Prazo	23,00	

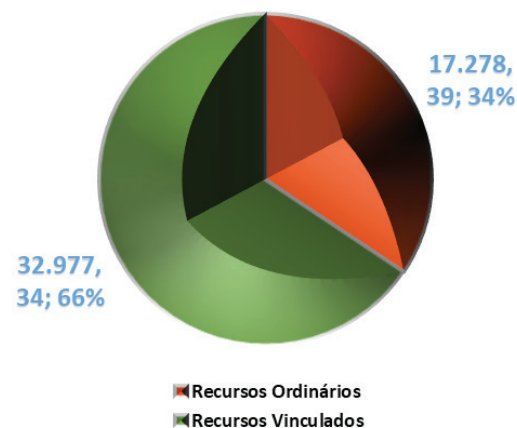
Dívida Ativa Não Tributária	23,00	
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	7,04	7,04
Imobilizado	492.048,04	469.673,29
Bens Móveis	104.545,35	99.339,80
Bens Móveis	106.291,83	100.714,92
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.746,49	-1.375,12
Bens Imóveis	387.502,69	370.333,49
Bens Imóveis	391.671,84	373.054,13
(-) Depr. /Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-4.169,15	-2.720,65
Intangível	28,50	28,50
Softwares	27,32	27,32
Softwares	27,32	27,32
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1,18	1,18
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1,18	1,18
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-
TOTAL DO ATIVO	548.548,52	537.154,70

PASSIVO	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE	31.753,93	44.118,06
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	26.060,37	39.448,31
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.969,40	1.253,06
Demais Obrigações a Curto Prazo	3.724,17	3.416,69
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	36,45	36,45
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	36,45	36,45
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	31.790,38	44.154,50
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	516.758,15	493.000,20
Reservas de Capital	0,33	0,33
Resultados Acumulados	516.757,82	492.999,88
Resultado do Exercício	62.291,09	28.991,44
Resultados de Exercícios Anteriores	492.999,88	473.332,93
Ajustes de Exercícios Anteriores	-38.533,14	-9.324,50

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	548.548,52	537.154,70
--	-------------------	-------------------

Fonte: Siafi, 2018.

Gráfico 75 - Déficit Financeiro por Fonte de Recurso



Fonte: Siafi, 2018.

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

O Ativo Financeiro - Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

O Passivo Financeiro - Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar.

II - Demonstração das Variações Patrimoniais

Quadro 53 - Demonstração das Variações Patrimoniais
R\$ milhões

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2018	2017
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	119,48	152,29
Venda de Mercadorias	19,85	25,63
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	99,64	126,66
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	9,36	0,14

Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1,28	0,14
Variações Monetárias e Cambiais	8,08	-
Transferências e Delegações Recebidas	449.769,45	435.329,82
Transferências Intragovernamentais	449.769,45	435.136,39
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	160,67
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	43.875,76	39,66
Reavaliação de Ativos	4.460,03	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	39.415,74	39,66
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.035,52	640,06
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.035,52	640,06
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	494.809,58	436.161,98

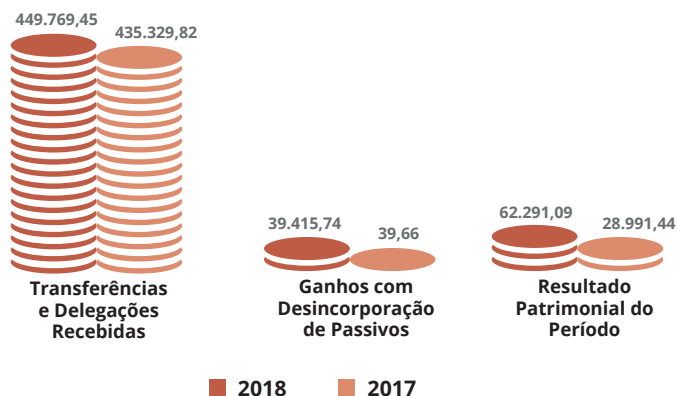
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2018	2017
Pessoal e Encargos	264.200,13	252.997,26
Remuneração a Pessoal	206.813,50	198.784,91
Encargos Patronais	41.131,77	38.017,19
Benefícios a Pessoal	16.202,27	16.035,42
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	52,59	159,74
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	33.066,90	31.150,10
Aposentadorias e Reformas	26.007,70	24.200,32
Pensões	7.006,26	6.908,32
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	52,94	4,15
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	49.237,44	44.176,32
Uso de Material de Consumo	4.188,73	2.777,93
Serviços	43.245,32	38.825,47
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.803,39	2.572,92
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	31,48	65,22
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,39	-

Juros e Encargos de Mora	30,79	65,22
Descontos Financeiros Concedidos	0,30	-
Transferências e Delegações Concedidas	71.874,28	65.524,97
Transferências Intragovernamentais	71.799,37	65.092,64
Transferências a Instituições Privadas	74,92	39,77
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	392,57
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	610,94	1.010,52
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	507,69	1.010,52
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	100,98	-
Desincorporação de Ativos	2,27	-
Tributárias	31,51	12,05
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4,43	2,94
Contribuições	27,08	9,11
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	13.465,81	12.234,09
Premiações	23,79	-
Incentivos	13.101,66	11.760,24
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	340,36	473,86
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	432.518,49	407.170,53
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I)-(II)	62.291,09	28.991,44

Fonte: Siafi, 2018.

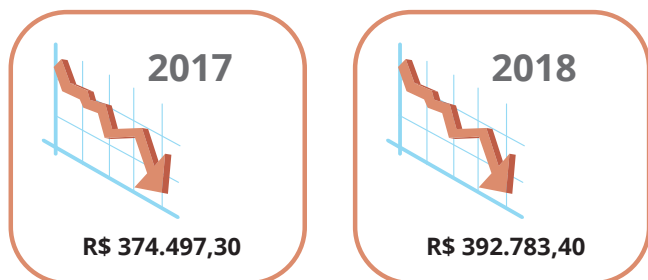
O Resultado Patrimonial de 2018 (superávit de R\$ 62 milhões) aumentou em 114,86% em relação a 2017 (superávit de R\$ 28 milhões). Conforme o gráfico abaixo, esta melhora ocorreu pelo aumento das delegações recebidas e um ganho significativo com desincorporações de passivos no percentual de 99.284,11%, referente a desincorporação de valores de Férias e 13º Salários a pagar.

Gráfico 76 – Resultado Patrimonial de 2018



Fonte: Siafi, 2018.

Gráfico 77 – Resultado orçamentário



Fonte: Siafi, 2018.

O IFAM auferiu em 2018 um DÉFICIT orçamentário de R\$ 392 milhões, tal situação não representa irregularidade, tendo em vista que esta instituição não atua como órgão arrecadador, mas apenas executora de despesa orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos objetivando promover com excelência a educação, ciência e tecnologia.

III - Balanço Orçamentário

Em 2018 foram pagos no total de 70% dos restos a pagar do IFAM dos exercícios anteriores.

Quadro 54 - Balanço Orçamentário

R\$ milhão

Restos a Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldo		
Processados	4.530,46	90,72	4.093,28	346,46		
Não Processados	44.525,93	5.085,96	25.133,29	14.306,69		
TOTAL	49.056,39	5.176,68	29.226,57	14.653,14		
RECEITA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
RECEITAS CORRENTES	173,91	173,91	266,43	92,52		
Receita Patrimonial	109,26	109,26	92,32	-16,93		
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	109,26	109,26	92,32	-16,93		
Receita Agropecuária	28,91	28,91	19,85	-9,07		
Receitas de Serviços	35,74	35,74	8,29	-27,45		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	35,74	35,74	8,29	-27,45		
Outras Receitas Correntes	-	-	145,97	145,97		
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	145,96	145,96		
SUBTOTAL DE RECEITAS	173,91	173,91	266,43	92,52		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	173,91	173,91	266,43	92,52		
DEFICIT			392.783,40	392.783,40		
TOTAL	173,91	173,91	393.049,83	392.875,92		
DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	397.091,49	400.409,92	362.916,55	352.094,32	326.570,32	37.493,38
Pessoal e Encargos Sociais	323.938,72	325.199,80	283.648,53	283.548,53	260.867,50	41.551,28
Outras Despesas Correntes	73.152,77	75.210,12	79.268,02	68.545,79	65.702,82	-4.057,90
DESPESAS DE CAPITAL	7.807,69	6.917,69	30.133,28	4.252,23	4.037,97	-23.215,59
Investimentos	7.807,69	6.917,69	30.133,28	4.252,23	4.037,97	-23.215,59
SUBTOTAL DAS DESPESAS	404.899,18	407.327,62	393.049,83	356.346,55	330.608,29	14.277,79
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	404.899,18	407.327,62	393.049,83	356.346,55	330.608,29	14.277,79
TOTAL	404.899,18	407.327,62	393.049,83	356.346,55	330.608,29	14.277,79

Fonte: Siafi, 2018.

IV - Balanço Financeiro

Quadro 55 - Balanço Financeiro
R\$ milhões

INGRESSOS	2018	2017
Receitas Orçamentárias	266,43	792,50
Ordinárias		577,40
Vinculadas	286,99	221,78
Educação	139,97	65,72
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	147,02	156,06
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-20,56	-6,67
Transferências Financeiras Recebidas	449.769,31	435.136,39
Resultantes da Execução Orçamentária	404.425,90	383.460,40
Repasso Recebido	355.167,31	340.566,50
Sub-repasso Recebido	49.258,59	42.893,89
Independentes da Execução Orçamentária	45.343,41	51.675,99
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	40.734,15	50.303,48
Movimentação de Saldos Patrimoniais	4.609,26	1.372,51
Recebimentos Extraorçamentários	63.557,96	35.480,79
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	25.738,25	3.935,84
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	36.703,28	30.591,89
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.116,19	952,24
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,23	0,81
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		0,81
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,23	
Saldo do Exercício Anterior	8.913,93	4.789,51
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.913,93	4.789,51
TOTAL	522.507,63	476.199,19

R\$ milhões

DISPÊNDIOS	2018	2017
Despesas Orçamentárias	393.049,83	375.289,80
Ordinárias	332.237,52	124.036,10
Vinculadas	60.812,31	251.253,69
Educação	1.907,75	241.452,37
Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.549,30	1.191,77
Previdência Social (RPPS)	31.854,07	
Recursos de Receitas Financeiras	1.645,53	

Operação de Crédito	2.598,20	2.175,14
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	793,20	2.513,82
Outros Recursos Vinculados a Fundos	20.464,27	3.920,60
Transferências Financeiras Concedidas	71.799,37	65.092,64
Resultantes da Execução Orçamentária	50.787,13	43.025,10
Repasso Concedido	328,54	131,20
Sub-repasso Concedido	49.258,59	42.893,89
Repasso Devolvido	1.200,00	
Independentes da Execução Orçamentária	21.012,23	22.067,54
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	20.723,93	21.424,43
Movimento de Saldos Patrimoniais	288,30	643,11
Despesas Extraorçamentárias	30.778,23	26.902,82
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	4.093,28	1.570,00
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	25.133,29	24.479,62
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.166,67	853,20
Outros Pagamentos Extraorçamentários	384,99	
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	0,81	
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	384,18	
Saldo para o Exercício Seguinte	26.880,21	8.913,93
Caixa e Equivalentes de Caixa	26.880,21	8.913,93
TOTAL	522.507,63	476.199,19

Fonte: Siafi, 2018.

Do total de Restos a Pagar Não Processados inscritos em 2018 (R\$ 36,7 milhões), cerca de 70% são para investimentos, 29,7% outras despesas correntes e 0,27% Pessoal e Encargos Sociais.

Gráfico 78 – Detalhamento de Restos a pagar não processados



Fonte: Siafi, 2018.

V - Demonstrações dos Fluxos de caixa

Quadro 56 - Demonstrações dos Fluxos de caixa

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	38.312,22	24.798,23
INGRESSOS	451.152,17	436.881,13
Receitas Derivadas e Originárias	266,43	792,50
Receita Patrimonial	92,32	85,42
Receita Agropecuária	19,85	25,63
Receita de Serviços	8,29	41,38
Outras Receitas Derivadas e Originárias	145,97	640,06
Outros Ingressos das Operações	450.885,74	436.088,63
Ingressos Extraorçamentários	1.116,19	952,24
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,23	
Transferências Financeiras Recebidas	449.769,31	435.136,39
DESEMBOLSOS	-412.839,94	-412.082,90
Pessoal e Demais Despesas	-298.716,49	-308.292,25
Judiciário		-3.780,06
Previdência Social	-32.968,22	-33.692,92
Educação	-265.737,81	-270.715,03
Organização Agrária	-9,64	-105,05
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-0,81	0,81
Transferências Concedidas	-40.773,24	-37.844,81
Intragovernamentais	-40.698,32	-37.805,05
Outras Transferências Concedidas	-74,92	-39,77
Outros Desembolsos das Operações	-73.350,22	-65.945,84

Dispêndios Extraorçamentários	-1.166,67	-853,20
Transferências Financeiras Concedidas	-71.799,37	-65.092,64
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-384,18	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-20.345,95	-20.673,81
DESEMBOLSOS	-20.345,95	-20.673,81
Aquisição de Ativo Não Circulante	-20.051,53	-20.333,82
Outros Desembolsos de Investimentos	-294,42	-339,99
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.966,28	4.124,42
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	8.913,93	4.789,51
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	26.880,21	8.913,93

Fonte: Siafi, 2018.

VI – Demonstração do Fluxo de Caixa Simplificado

Quadro 57 - Demonstração do Fluxo de Caixa Simplificado

R\$ milhões

INGRESSOS	451.152,17
Receita Patrimonial	92,32
Receita Agropecuária	19,85
Receita de Serviços	8,29
Outras Receitas Derivadas e Originárias	145,97
Ingressos Extraorçamentários	1.116,19
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,23
Transferências Financeiras Recebidas	449.769,31
DESEMBOLSOS	-433.185,89
Judiciário	0
Previdência Social	-32.968,22
Educação	-265.737,81
Organização Agrária	-9,64
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-0,81
Intragovernamentais	-40.698,32
Outras Transferências Concedidas	-74,92
Dispêndios Extraorçamentários	-1.166,67
Transferências Financeiras Concedidas	-71.799,37
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-384,18

Aquisição de Ativo Não Circulante	-20.051,53
Outros Desembolsos de Investimentos	-294,42
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.966,28

Fonte: Siafi, 2018.

6.2.1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis correspondem ao meio pelo qual a Contabilidade fornece aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e a situação econômico-financeira da entidade, no aspecto patrimonial, desempenho financeiro e seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e a instrumentalização do controle social.

As Demonstrações Contábeis do IFAM são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10); as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas acima possuem correlação com as *International Public Sector Accounting Standards*

– IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis consolidam as informações de todas as unidades jurisdicionadas do IFAM e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), que o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

- I. **Balço Patrimonial (BP);**
- II. **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- III. **Balço Orçamentário (BO);**
- IV. **Balço Financeiro (BF);**
- V. **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);**

6.2.2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público, como veremos:

Conta Única do Governo Federal: Todas as receitas e despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, ou seja, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central

do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Orçamento Federal: O orçamento é um importante instrumento de planejamento das entidades públicas, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período. O orçamento deve conter todas as receitas previstas e despesas fixadas do ente federado, para um exercício financeiro, integralizados em um único documento legal em cada esfera federativa, sendo este documento legal denominado: Lei Orçamentária Anual - LOA.

Recursos orçamentários x recursos financeiros: Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. Recursos orçamentários são denominados “créditos orçamentários” e dizem respeito aos créditos consignados no orçamento (LOA), disponibilizados para executar as despesas fixadas, por meio de empenho prévio, conforme dotação autorizada na LOA.

Já os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos, e correspondem aos valores disponíveis oriundos da arrecadação. A execução financeira, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades administrativas pelo orçamento.

Restos a pagar: Os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou

da prestação integral dos serviços, de acordo com a Lei nº 4.320/1964.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que ocorrer o pagamento.

Ajustes de Exercícios Anteriores: Prática contábil evidenciada em conta do Patrimônio Líquido, a qual compõe a linha de resultados acumulados do Balanço Patrimonial (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores). A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores registra saldos, positivos e/ou diminutivos no Patrimônio Líquido, sem transitar nas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados, pois seu objetivo é registrar o saldo decorrente da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes (MCASP, 7ª Ed. 2017)

Conciliação das Demonstrações Contábeis: A União adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado

União, e do qual o IFAM faz parte. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros. (Nota Explicativa MEC, 1º Trimestre 2018).

Moeda funcional e saldos em Moedas estrangeiras: A moeda funcional no Brasil é o Real. As disponibilidades devem ser mensuradas pelo seu valor original em real, sendo que, para as disponibilidades em moeda estrangeira, deve-se realizar a conversão, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Créditos a Curto Prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos³; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original,

acrescido das atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber ainda não foram iniciados no IFAM.

Estoques: Compreendem as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

No âmbito do IFAM, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques foi implantando a partir do exercício 2016. Os saldos de estoques, correspondem a materiais de consumo estocados em almoxarifado, para manutenção das unidades. Os saldos constam superiores aos saldos reais constante no estoque físico do almoxarifado, decorrente da ausência da emissão dos Relatórios de Movimentações do Almoxarifado – RMA, pois o sistema de controle patrimonial do IFAM, encontrava-se em fase de implantação, e não possibilitava a extração do relatório, devido a um erro de TI, o qual foi solucionado após o encerramento do mês de junho, não sendo possível realizar os ajustes necessários em tempo hábil.

Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, deduzida

a respectiva depreciação acumulada. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros.

Se os gastos não geram tais benefícios, eles são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período. Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). O SPIUnet está integrado com o SIAFI para efeito de registro contábil das variações patrimoniais relativas aos imóveis.

Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado do IFAM são:

Base de Cálculo: é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos, no âmbito do IFAM, o valor do bem registrado no SIAFI no momento da aquisição.

Método de Depreciação para Bens Imóveis não Registrados no SPIUnet: Método das Quotas Constantes, conforme o item n.º 7.2 da Macrofunção 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão de bens na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.

Taxas de Depreciação: Foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item n.º 6, da referida Macrofunção. Base da Depreciação: Baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens

móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Método de Depreciação para Bens Imóveis Registrados no SPIUnet: Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso. O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Passivos Circulantes e Não Circulantes: As obrigações do IFAM são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii)

fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Provisões: Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. As provisões registradas no IFAM, correspondem a provisões de riscos trabalhistas, como exemplo: provisões de 13º salário e férias;

Resultado Patrimonial: A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFAM e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o IFAM, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção

se refere às despesas oriundas das transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

Resultado orçamentário – Seguindo o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, o regime orçamentário observa que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado.

O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas. As colunas de “Previsão Inicial” e “Previsão Atualizada” da Receita apresentam os valores correspondentes às receitas próprias ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

De acordo com a STN o balanço orçamentário é estruturado para atender a um “ente público” e não para demonstrar as movimentações de créditos, pois os valores concedidos são iguais aos valores recebidos entre as unidades que compõe o ente, no caso do Instituto, o ente: União.

Outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.

Resultado financeiro - O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios,

orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

6.3 Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

I – Nota 1 - Caixa e Equivalente de Caixa Inicial e Final

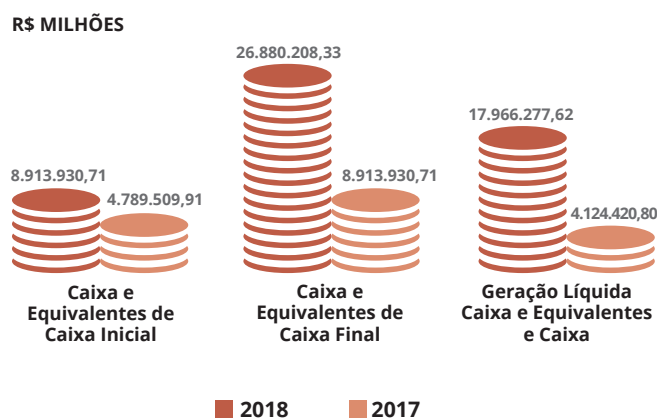
Na conta equivalência de caixa considera os recursos para movimentação em aplicações no órgão, houve uma elevação do ano de 2017 no valor de R\$ 4 quatro milhões para 2018 no valor de R\$ 17 dezessete milhões e com o percentual de 335,61% no mesmo período, conforme a tabela 01.

Quadro 58 - Geração Líquida e Equivalentes de Caixa – Saldo Inicial e Final

Resultado Financeiro BF x DFC	2018	2017	AH %
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	8.913.930,71	4.789.509,91	86,11
Caixa e Equivalente de Caixa Final	26.880.208,33	8.913.930,71	201,55
Geração Líquida Caixa e Equivalentes de Caixa	17.966.277,62	4.124.420,80	335,61

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Gráfico 79 - Resultado Financeiro BF x DFC



Fonte: SIAFI, 2018.

Adiante, são apresentadas as atividades que contribuíram para o aumento no valor líquido de caixa. Verifica-se que as atividades operacionais foram as que mais contribuíram para a geração líquida de caixa deficitária, apresentando um aumento de 54,5% de 2017 para 2018, passando de R\$ 24 milhões para R\$ 38 milhões.

a) *Caixa das Atividades das Operações* - As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias

e extra orçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extra orçamentárias do órgão.

b) *Caixa das Atividades de Investimento* - Houve uma redução de 1,59% por cento, entre o ano de 2017 e 2018 conforme Tabela 02 no fluxo da Atividades de Investimento, correspondente a gastos efetuados no Realizável a Longo Prazo, em Investimentos, nenhuma entrada de índice remissivo foi encontrada.

Quadro 59 - Geração Líquida de caixa e equivalentes de caixa - Atividades

ATIVIDADES	2018	2017	AH %
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações	38312,22	24798,23	54,50
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-20345,9	-20673,8	-1,59
TOTAL	17966,28	4124,421	335,61

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Verifica-se que não houveram ingressos de investimentos no período, somente desembolsos, resultando num fluxo deficitário de aproximadamente R\$ 20 milhões, os quais correspondem em sua grande maioria a desembolsos pela aquisição de ativo não circulante, conforme tabela 03.

Quadro 60 - Atividades de Investimento – Ingressos e Desembolsos

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2018	2017	AH %	AV%
Ingressos	-	0	-	0
Aquisição de Ativo Não Circulante	-20.051.527,70	-20.333.824,56	-1,39	98,55%

Outros Desembolsos de Investimentos	-294.418,07	-339.988,13	-13,4	1,45%
-------------------------------------	-------------	-------------	-------	-------

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

II - Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O item sofreu uma redução de 71,51% com relação a 31/12/2017 e possui valor aproximado de R\$ 11 milhões, resultando numa baixa de 88,28% dos adiantamentos registrados na conta de 13º salário referente ao exercício anterior, verifica-se que o valor mais significativo, diz respeito ao adiantamento de férias, no percentual de 59,52%, devido à ausência da baixa desses valores no decorrer do exercício, conforme tabela abaixo:

Quadro 61 - Detalhamento Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

	2018	2017	AH %	AV %
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	R\$ 3.462.010,09	R\$ 29.547.955,28	-88,28	29,39
ADIANTAMENTO DE FERIAS	R\$ 7.011.439,59	R\$ 11.652.236,05	-39,83	59,52
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	R\$ 2.967,55	R\$ -	100,00	0,03
SUPRIMENTO DE FUNDOS - ADIANTAMENTO	R\$ 857,15	R\$ 265,30	223,09	0,01
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	R\$ 9,60	R\$ 9,60	0,00	0,00
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	R\$ -	R\$ 10.000,00	-100,00	0,00
IRRF A COMPENSAR	R\$ 1.062,50	R\$ 1.062,50	0,00	0,01
INSS A COMPENSAR		R\$ -	100,00	0,00
FALTA OU IRREGULARIDADE DE COMPROVACAO	R\$ 51.658,93		100,00	0,44
VALES, TICKETS E BILHETES	R\$ 34.372,00	R\$ 34.372,00	0,00	0,29

VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	R\$ -	R\$ 96.289,11	-100,00	0,00
CREDITOS A REC DECORRENTES DE INFRACOES	R\$ 1.207.156,49		100,00	10,25
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	R\$ 8.805,74	R\$ 8.805,74	0,00	0,07

Fonte: SIAFI 24/01/2019

III - Nota 3 – Imobilizado

Em 31/12/2018, o IFAM apresentou um saldo de R\$ 492 milhões relacionados a imobilizado, esse valor representa 89,70% do total do ativo da instituição, em comparação ao exercício anterior no mesmo período, houve um crescimento de 4,76%, conforme observada na tabela a seguir:

Quadro 62 - Composição do Ativo Não Circulante

COMPOSIÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	2018	2017	AH %	AV %
	R\$492.106.577,67	R\$469.708.829,19	331,60	89,71
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 30.037,10	R\$ 7.037,10	326,84	0,01
Imobilizado	R\$ 2.048.038,22	R\$ 469.673.289,74	4,76	89,70
Intangível	R\$ 28.502,35	R\$ 28.502,35	0,00	0,01

Fonte: SIAFI 21/01/2019

O item mais relevante compreende as contas do Imobilizados, o qual, é composto pelos bens móveis e imóveis no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou

exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2018 e 2017.

Quadro 63 - Composição do Imobilizado

	31/12/2018	31/12/2017	AH%	AV %
Bens Móveis	R\$ 104.545.346,13	R\$ 99.339.802,47	32,5435	R\$ 19,06
(+) Valor Bruto Contábil	R\$ 106.291.832,85	R\$ 100.714.921,90	5,54	R\$ 19,38
(-) Depreciação/ Amortização/ Exaustão Acum. de Bens Móveis	-R\$ 1.746.486,72	-R\$ 1.375.119,47	27,01	-R\$ 0,32
Bens Imóveis	R\$ 387.502.692,09	R\$ 370.333.487,27	58,23	R\$ 70,64
(+) Valor Bruto Contábil	R\$ 391.671.844,57	R\$ 373.054.132,83	4,99	R\$ 71,40
(-) Depr./ Amortização/ Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-R\$ 4.169.152,48	-R\$ 2.720.645,56	53,24	-R\$ 0,76
Total	R\$ 492.048.038,22	R\$ 469.673.289,74	90,78	R\$ 89,70

Fonte: SIAFI 21/01/2019

a) *Bens Móveis* - Os Bens Móveis do IFAM em 31/12/2018 totalizavam 104 (cento e quatro) milhões e representam 21,25% do total do imobilizado estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Quadro 64 - Detalhamento bens móveis

09	2018	2017	AH %	AV %
	R\$	R\$		
	104.545.346,13	99.339.802,47	5,24	100
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	R\$ 32.790.897,69	R\$ 31.285.739,27	4,81	31,37
Bens de Informática	R\$ 22.285.688,97	R\$ 21.752.059,53	2,45	21,32
Móveis e Utensílios	R\$ 23.543.559,85	R\$ 19.968.907,43	17,90	22,52
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	R\$ 9.410.902,67	R\$ 6.791.232,20	38,57	9,00
Veículos	R\$ 13.513.524,50	R\$ 13.084.266,57	3,28	12,93
Bens Móveis em Andamento	R\$ 1.181.816,53	R\$ 1.193.238,21	-0,96	1,13
Bens Móveis em Almoxarifado	R\$ 966.269,17	R\$ 968.503,27	-0,23	0,92
Armamentos	R\$ 19.512,00	R\$ 19.512,00	0,00	0,02
Semoventes e Equipamentos de Montaria	R\$ 127.836,97	R\$ 127.836,97	0,00	0,12
Demais Bens Móveis	R\$ 2.451.824,50	R\$ 5.523.626,49	-55,61	2,35
Depreciação / Amortização Acumulada	-R\$ 1.746.486,72	-R\$ 1.375.119,47	27,01	-1,67

Fonte: SIAFI 21/01/2019

O item mais relevante da tabela acima, refere-se a Máquinas, aparelhos, equipamento e ferramentas, totalizando 31,37% do total de bens móveis, esses itens são os bens necessários a atividade fim do IFAM. Em segundo plano está a aquisição de móveis e utensílios, que apresenta um crescimento de 17,90% com relação ao exercício anterior, decorrente da aquisição de móveis escolares para manutenção dos *Campi* anteriores e a inauguração da nova estrutura do Campus Itacoatiara.

b) *Bens Imóveis* - No tocante a composição dos Bens Imóveis da União em 31/12/2018, estes totalizam 387 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Quadro 65 - Bens Imóveis – Composição

BENS IMÓVEIS	2018	2017	AH %	AV %
	R\$ 387.502.692,09	R\$ 370.333.487,27		
Bens de Uso Especial	R\$ 192.897.376,99	R\$ 212.053.435,84	-9,03	49,78
Bens Dominicais	R\$ 32.935,50	R\$ 32.935,50	0,00	0,01
Bens Imóveis em Andamento	R\$ 195.349.342,70	R\$ 157.629.333,52	23,93	50,41
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	R\$ 24.969,00	R\$ 24.969,00	0,00	0,01
Instalações	R\$ 1.895.403,47	R\$ 1.841.642,06	2,92	0,49
Demais Bens Imóveis	R\$ 1.471.816,91	R\$ 1.471.816,91	0,00	0,38
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-R\$ 4.169.152,48	-R\$ 2.720.645,56	53,24	-1,08

Fonte: SIAFI, 22/01/2019

De acordo com a tabela acima, os Bens Imóveis em andamento correspondem a 50,41% do total de bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFAM, perfazendo o montante de R\$ 195 milhões em 31/12/2018 a valores brutos. Esse percentual justifica-se pela existência de obras em andamento das unidades da expansão fase III e a ausência de baixa das obras finalizadas referente às unidades da expansão fase II, no âmbito do IFAM. Salientamos que parte das construções dos *Campi* da expansão fase III foi registrada contabilmente na Reitoria do IFAM.

Quadro 66 - Detalhamento de Bens Imóveis em Andamento por UG

Campus	2018	2017	AV %
Campus HUMAITA	R\$ 249.998,39	R\$ 249.998,39	0,13
Campus AVANÇADO MANACAPURU	R\$ 1.721.980,12	R\$ 1.706.262,12	0,88
Campus TEFE	R\$ 327.474,57		0,17
Campus EIRUNEPE	R\$ 3.406.480,19	R\$ 989.411,17	1,74
REITORIA	R\$ 45.614.576,37	R\$ 38.335.198,56	23,35
Campus SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	R\$ 5.584.667,56	R\$ 4.363.195,00	2,86
Campus MANAUS ZONA LESTE	R\$ 25.398.231,20	R\$ 15.759.105,07	13,00
Campus MANAUS CENTRO	R\$ 73.283.262,02	R\$ 65.959.330,15	37,51
Campus MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL	R\$ 5.411.990,25	R\$ 5.215.623,48	2,77
Campus COARI	R\$ 5.019.637,33	R\$ 4.019.147,79	2,57
Campus PARINTINS	R\$ 5.785.436,19	R\$ 3.955.613,53	2,96
Campus TABATINGA	R\$ 5.937.009,46	R\$ 5.739.575,78	3,04
Campus PRESIDENTE FIGUEIREDO	R\$ 5.478.829,20	R\$ 1.517.664,29	2,80
Campus MAUES	R\$ 5.183.971,09	R\$ 3.788.882,84	2,65
Campus LABREA	R\$ 5.276.191,94	R\$ 4.360.718,53	2,70

Em segundo lugar está o percentual de 49,78%, que correspondente a conta de Bens de Uso Especial, no total de 192 milhões em 31/12/2018, dos quais 87,37% referem-se a Imóveis de Uso Educacional, conforme tabela abaixo, a variação de -63,81% na conta de edifícios refere-se em parte com a mudança de classificação do referido item para a conta de Imóveis de Uso Educacional.

Quadro 67 - Detalhamento de Bens de Uso Especial

	2018	2017	AH %	AV %
Fazendas, Parques e Reservas	569.237,50	569.237,50	0,00	R\$ 0,30

Imóveis de Uso Educacional	168.532.483,75	172.602.730,42	-2,36	R\$ 87,37
Edifícios	5.956.206,35	16.456.320,72	-63,81	R\$ 3,09
Imóveis Residenciais e Comerciais	755.183,10	755.183,10	0,00	R\$ 0,39
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	17.084.266,29	21.669.964,10	-21,16	R\$ 8,86

Fonte: SIAFI 22/01/2019

c) *Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis*

Os procedimentos para o registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta e Indireta está legalmente prevista na Lei 4.230/64, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e a Lei 10.180/01. A Macrofunção 020330 descreve de maneira mais detalhada os procedimentos contábeis estipulas pelas normas vigentes no âmbito do setor público.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

No âmbito do IFAM, dentre as 16 unidades que compõe o Órgão apenas 25 % iniciaram o cálculo e registro da depreciação, esse quantitativo se justifica, pois 99% das unidades estão em fase dos ajustes de implantação do módulo patrimônio no Sistema

Interno de Patrimônio, Administração e Contratos do IFAM, conforme Cronograma Abaixo:

Gráfico 80 – Processo de Implantação do IFAM



d) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

Das dezessete Unidades que compõe o IFAM apenas 29,41% estão cadastradas no SPIUnet conforme tabela abaixo, no total de 188 milhões, entretanto esses valores abrangem as unidades da expansão fase II e III, do instituto:

Quadro 68 - Detalhamento da Depreciação

UNIDADES DEPRECIADAS PELO SPIUNET	014/2018	014/2017	AH%
IFAM - REITORIA	-R\$ 76.771,25	R\$ -	100
IFAM - Campus SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	-R\$ 574.729,75	-R\$ 382.084,68	50,42
IFAM - Campus MANAUS ZONA LESTE	-R\$ 849.258,66	-R\$ 564.593,47	50,42
IFAM - Campus MANAUS CENTRO	-R\$ 2.328.400,48	-R\$ 1.547.937,97	50,42
IFAM - Campus MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL	-R\$ 339.992,34	-R\$ 226.029,44	50,42
TOTAL	-R\$ 4.169.152,48	R\$2.720.645,56	53,24

Fonte: SIAFI 22/01/2019

IV - Nota 4 - Fornecedores e Contas a pagar

Em 31/12/2018, o IFAM apresentou um saldo em aberto de dois milhões relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo um milhão de obrigações a curto prazo. A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Quadro 69 - Detalhamento de Contas a Pagar

	2018	2017	AH %	AV %
Curto Prazo	R\$ 1.969.398,63	R\$ 1.253.055,91	57,17	0,36
Nacionais	R\$ 1.969.398,63	R\$ 1.253.055,91	57,17	0,36
Longo Prazo	R\$ 36.445,11	R\$ 36.445,11	0,00	0,01
Nacionais	R\$ 36.445,11	R\$ 36.445,11	0,00	0,01
Total	R\$ 2.005.843,74	R\$ 1.289.501,02	55,55	0,37

Fonte: SIAFI 24/01/2019

Os fornecedores e contas a pagar de curto e longo prazo se refere exclusivamente aos fornecedores nacionais dos quais cerca de 57,17% do total do passivo do órgão são obrigações de curto prazo.

Na tabela a seguir constam as unidades do IFAM, contratantes com os valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2018.

Quadro 70 - Detalhamento de Fornecedores por UG

UNIDADES	2018	2017	AV %
IFAM - Campus HUMAITA	22.484,01	21.185,68	1,12
IFAM - Campus ITACOATIARA	43.290,33	20.527,89	2,16
IFAM - Campus AVANÇADO MANACAPURU	41.645,46	41.672,60	2,08

IFAM - Campus TEFE	115.464,09	71.852,55	5,76
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS	190.135,09	128.735,59	9,48
IFAM - Campus SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	174.219,35	198.784,67	8,69
IFAM - Campus MANAUS ZONA LESTE	128.146,65	297.573,97	6,39
IFAM - Campus MANAUS CENTRO	472.192,80	210.645,69	23,54
IFAM - Campus MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL	138.015,09	66.148,05	6,88
IFAM - Campus COARI	105.670,55		5,27
IFAM - Campus PARINTINS	106.425,26	5.187,50	5,31
IFAM - Campus TABATINGA	204.933,82	55.282,54	10,22
IFAM - Campus PRESIDENTE FIGUEIREDO	42.900,31	6.639,76	2,14
IFAM - Campus MAUES	75.274,41	164.063,03	3,75
IFAM - Campus LABREA	145.046,52	1.201,50	7,23
TOTAL	2.005.843,74	1.289.501,02	100,00

Fonte: SIAFI 24/01/2019

O Campus Manaus Centro é responsável por 23,54% do total a ser pago. Isso se justifica, visto o Campus ter um elevado gasto com manutenção e vigilância armada.

V - Nota 5 - Obrigações Contratuais

Em 31/12/2018, o IFAM apresentou um saldo de R\$ 44 milhões relacionados a obrigações contratuais, referente a parcelas de Contratos em Execução no exercício de 2018 e a serem executadas no próximo exercício. Na tabela a seguir, estão segregadas essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Quadro 71 - Detalhamento de Obrigações contratuais

	2018	2017	AH %	AV %
Aluguéis	R\$ 22.500,00	R\$ 22.500,00	0,00	0,05
Fornecimento de Bens	R\$ 509.150,52	R\$ 509.150,52	0,00	1,16
Serviços	R\$ 43.487.584,97	R\$ 43.438.722,56	0,11	98,79
Total	R\$ 44.019.235,49	R\$ 43.970.373,08	0,11	100,00

Fonte: SIAFI 24/01/2019

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviço que representam 98,79% do total das obrigações contratuais do IFAM.

Em seguida, apresenta-se a tabela contendo a relação das unidades contratantes com os valores mais expressivos na data base de 31/12/2018.

Quadro 72 - Detalhamento de Contrato por UG

UNIDADES	TIPO	2018	2017	AH %	AV %
IFAM - Campus HUMAITA	Fornecimento de Bens	R\$ 265.284,50	R\$ 265.284,50	0,00	0,60
	Serviços	R\$ 5.976.576,72	R\$ 6.056.049,16	-1,31	13,58
IFAM - Campus TEFE	Serviços	R\$ 161.497,17	R\$ 161.497,17	0,00	0,37
IFAM - Campus EIRUNEPE	Aluguéis	R\$ 22.500,00	R\$ 22.500,00	0,00	0,05
	Serviços	R\$ 3.753,42	R\$ 3.753,42	0,00	0,01
IFAM - REITORIA	Fornecimento de Bens	R\$ 243.804,34	R\$ 243.804,34	0,00	0,55
	Serviços	R\$ 33.791.366,75	R\$ 34.149.149,11	-1,05	76,77
IFAM - Campus SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	Serviços	R\$ 260.372,74	R\$ 260.372,74	0,00	0,59
IFAM - Campus MANAUS ZONA LESTE	Serviços	R\$ 131.304,25	R\$ 220.238,38	-40,38	0,30

IFAM - Campus MANAUS CENTRO	Serviços	R\$ 433.018,36	R\$ 433.018,36	0,00	0,98
IFAM - Campus MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL	Serviços	R\$ 57.887,50	R\$ 57.887,50	0,00	0,13
IFAM - Campus COARI	Serviços	R\$ 306.094,51	R\$ 289.127,96	5,87	0,70
IFAM - Campus PARINTINS	Serviços	R\$ 1.833.266,83	R\$ 1.272.490,67	44,07	4,16
IFAM - Campus LABREA	Fornecimento de Bens	R\$ 61,68	R\$ 61,68	0,00	0,00
	Serviços	R\$ 532.446,72	R\$ 535.138,09	-0,50	1,21
TOTAL		R\$ 44.019.235,49	R\$ 43.970.373,08	0,11	100,00

Fonte: SIAFI 24/01/2019

A unidade com o valor mais expressivo em obrigações contratuais é a Reitoria do IFAM, que corresponde a 77,32% do total, entretanto esse valor não deve ser considerado, pois é decorrente de inconsistências nas contas de controle, devido ao uso da opção "sem contrato", no momento da liquidação da despesa no SIAFI, logo, o seu saldo permaneceu inalterado. Essa inconsistência está sendo corrigida na unidade com alterações nas rotinas administrativas motivado pela Coordenação de Contabilidade.

VI - Nota 6 – Resultado Patrimonial

No segundo trimestre de 2018, o IFAM apresentou um resultado patrimonial positivo de R\$ 62 milhões, com aumento de 114,86% em relação ao item anterior, pois as variações patrimoniais positivas

(incorporações de ativos e desincorporações de passivos) foram superiores às variações diminutivas (desincorporações de ativos e incorporações de passivos).

Quadro 73 - Detalhamento do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS	2018	2017	% AH
Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 4.809.582,51	R\$436.161.978,51	13,45
Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$432.518.491,59	R\$407.170.533,70	6,23
Resultado Patrimonial do Período	R\$62.291.090,92	R\$28.991.444,81	114,86

Fonte: SIAFI 24/01/2019

VII - Nota 7 – VPA de Transferência e Delegações Recebidas

O item que mais contribuiu para uma alavancagem de 114,86% no resultado positivo, foi um aumento nas Variações Patrimoniais Aumentativas, referente as “Transferências e Delegações Recebidas”, com 494 milhões, representando 90,89% do total das VPAs, conforme demonstrado na tabela adiante.

Quadro 74 - Detalhamento do Patrimônio Líquido

VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2018	2017	%AH	%AV
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	494.809.582,51	436.161.978,51	13,45	100,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	119.483,81	152.292,61	-21,54	0,02
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	9.359,28	144,00	6399,50	0,00

Transferências e Delegações Recebidas	449.769.453,57	435.329.818,54	3,32	90,90
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	43.875.763,08	39.659,65	110530,74	8,87
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.035.522,77	640.063,71	61,78	0,21

Fonte: SIAFI 24/01/2019

Conforme descrito no item 5.2 das notas explicativas do Balanço Financeiro, as Transferências Financeiras Recebidas, Resultantes da Execução Orçamentária, são compostas pelas rubricas: a) repasse; e b) sub-repasse. Elas representam a disponibilidade financeira recebida correspondente aos recursos orçamentários registrados no Balanço Orçamentário e consignados na LOA.

Há também as Transferências Financeiras Recebidas – Independentes da Execução Orçamentária – que são compostas, em sua grande maioria, pelos recursos destinados ao pagamento de restos a pagar, que englobamos recursos recebidos pelo IFAM, do MEC, e de outros órgãos da administração pública.

Nota 8 – VPD de Pessoal e Encargos

Quanto às Variações Patrimoniais Diminutivas, o item que teve maior relevância no resultado, foi “Pessoal e Encargos”, totalizando 264 milhões aproximados, representando um acréscimo na despesa em 4,43% em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo seu impacto em 62,96% do valor total das Variações Patrimoniais Diminutivas.

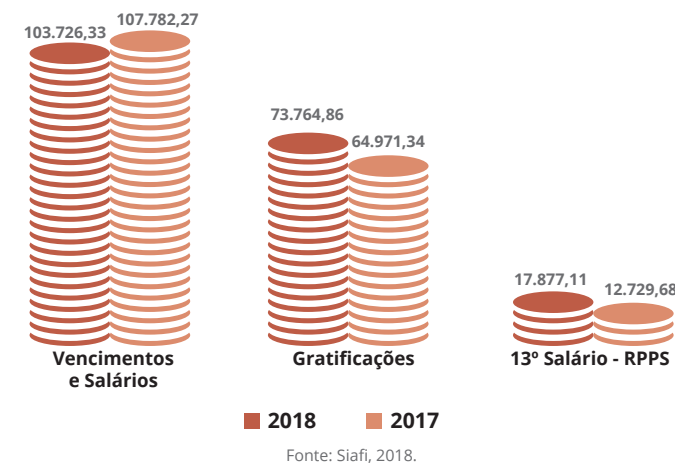
Dentre as VPD's apresentaram maior materialidade em 2018 correspondem às VPD's

de Vencimentos e Salários e Gratificações, elas apresentam respectivamente os seguintes saldos totais: R\$ 103.726,33 milhões e R\$ 73.764,86 milhões. Em percentuais, houve a redução de

3,76% para VPD's de Vencimentos e Salários; 13% de aumento para VPD's de gratificações e 40,43% de aumento, no tocante a VPD de 13º salário.

Basicamente, a redução na VPD de vencimentos e salários em comparação a 2017, justifica-se pelo pagamento de folha suplementar referente a exercícios anteriores e o aumento do percentual de 13 salário refere-se à concessão de adiantamentos.

Gráfico 81 – Variação Patrimonial Diminutiva de Pessoal e Encargos



Nota 9 – Receita Orçamentária

Em 2018, as receitas realizadas totalizaram o montante de R\$ 266.429,21 (duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e vinte e nove reais e vinte e um centavos), resultado da arrecadação, de receitas

correntes, por todas as unidades que compõe esta Instituição de Ensino (IE), conforme demonstrado a seguir:

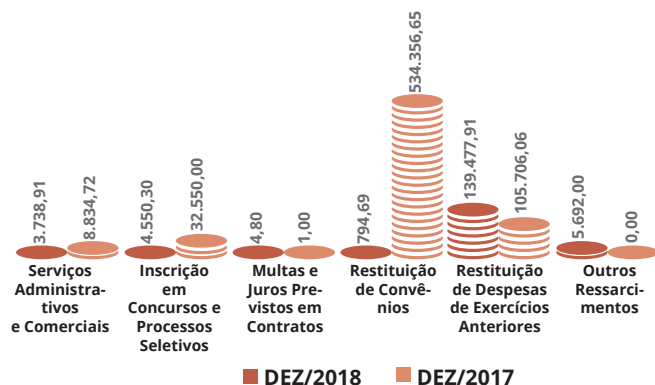
Quadro 75 – Receitas Realizadas

Receitas Correntes	2018	2017	AH (%)
Receita Patrimonial	R\$ 92.322,60	R\$ 85.419,09	8,08
Receita Agropecuária	R\$ 19.848,00	R\$ 25.632,80	- 22,57
Receita de Serviços	R\$ 8.289,21	R\$ 41.384,72	- 79,97
Outras Receitas Correntes	R\$ 145.969,40	R\$ 640.063,71	- 77,19
Total	R\$ 266.429,21	R\$ 792.500,32	- 66,38

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017.

Verifica-se que as receitas arrecadadas durante o exercício de 2018 foram reduzidas na ordem de 66,38% (sessenta e seis inteiros e trinta e oito centésimos por cento) em relação ao exercício de 2017. O decréscimo evidenciado ocorreu principalmente nas receitas de serviços e outras receitas correntes, motivo pelo qual as mesmas foram desmembradas no gráfico a seguir:

Gráfico 82 - Receitas Realizadas: serviços e outras receitas correntes



Fonte: SIAFI, 2018.

Durante o exercício de 2018, os dispêndios orçamentários totalizaram o montante de R\$ 393.049.829,42 (trezentos e noventa e três milhões, quarenta e nove mil, oitocentos e vinte e nove reais e quarenta e dois centavos), resultado das despesas empenhadas, por todas as unidades que compõe esta Instituição de Ensino (IE), conforme demonstrado a seguir:

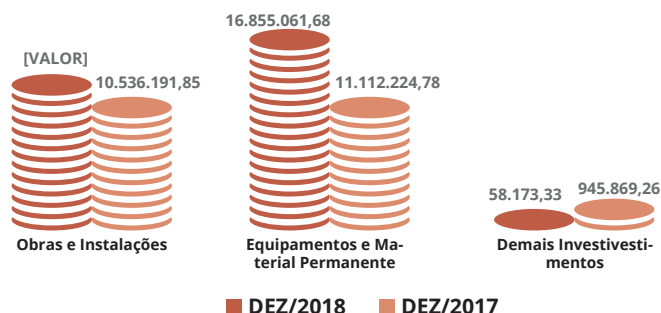
Quadro 76 – Despesas Empenhadas

Despesas	2018	2017	AH (%)
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 283.648.526,01	R\$ 272.407.092,59	4,13
Outras Despesas Correntes	R\$ 79.268.019,99	R\$ 80.288.418,70	- 1,27
Investimentos	R\$ 30.133.283,42	R\$ 22.594.285,89	33,37
Total	R\$ 393.049.829,42	R\$ 375.289.797,18	4,73

Fonte: SIAFI, 2018.

Nota-se que as despesas empenhadas durante o exercício de 2018 excederam na ordem de 4,70% (quatro inteiros e setenta centésimos por cento) em relação ao exercício de 2017. O acréscimo evidenciado ocorreu principalmente nas despesas com investimentos, motivo pelo qual as mesmas encontram-se detalhadas no gráfico a seguir:

Gráfico 83 - Despesas Empenhadas - Investimento



Fonte: SIAFI, 2018.

Nota 11 – Inscrição de Restos a Pagar

No encerramento do exercício financeiro de 2018, as despesas empenhadas, porém não pagas até 31/12/2018, foram inscritas em Restos a Pagar Processados (RPP) e/ou Restos a Pagar Não Processados (RPNP), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Quadro 77 – Inscrição de Restos a Pagar

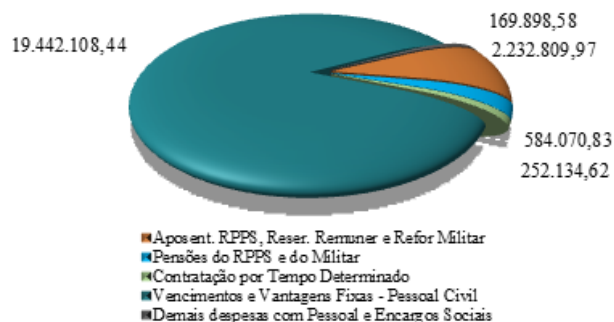
Despesas	Empenhadas	Inscrição RPP	(%)	Inscrição RPNP	(%)
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 283.648.526,01	R\$ 22.681.022,44	8,00	R\$ 99.999,95	0,04
Outras Despesas Correntes	R\$ 79.268.019,99	R\$ 2.842.971,70	3,59	R\$ 10.722.228,40	13,53
Investimentos	R\$ 30.133.283,42	R\$ 214.259,22	0,71	R\$ 25.881.053,04	85,89
Total	R\$ 393.049.829,42	R\$ 25.738.253,36	6,55	R\$ 36.703.281,39	9,34

Fonte: SIAFI, 2018.

Nota-se que do total de despesas empenhadas, 6,55% (seis inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) foram inscritos em RPP e 9,34% (nove inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) inscritos em RPNP.

No tocante a inscrição de RPP, destaca-se as despesas com pessoal e encargos sociais, cuja composição encontra-se demonstradas a seguir:

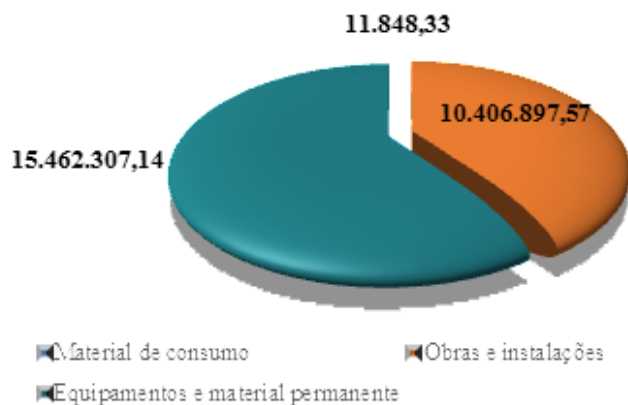
Gráfico 84 – Restos a pagar processados - Pessoal e Encargos Sociais



Fonte: Siafi, 2018.

Dentre as inscrições de RPNP, destaca-se as despesas com investimentos, cuja composição encontra-se demonstrada a seguir:

Gráfico 85 - Investimentos inscritos em RPNP



Fonte: Siafi, 2018.

Nota 12 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário representa a

diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, resultando em superávit ou déficit orçamentário. Conforme demonstrado na tabela abaixo, o resultado orçamentário deficitário excedeu o resultado orçamentário do exercício anterior na ordem de 4,88%. Essa situação não representa irregularidade, tendo em vista que esta instituição não atua como órgão arrecadador.

Quadro 78 – Resultado Orçamentário

Descrição	2018	2017	AH (%)
(A) Receitas Realizadas	R\$ 266.429,21	R\$ 792.500,32	- 66,38
(B) Despesas Empenhadas	R\$ 393.049.829,42	R\$ 375.289.797,18	4,73
(A-B) Resultado Orçamentário	- R\$ 392.783.400,21	- R\$ 374.497.296,86	4,88

Fonte: SIAFI, 2018.

Nota 13 – Execução de Restos a Pagar

Dos valores inscritos em RPP e RPNP em exercícios anteriores, verifica-se que 70,13% (setenta inteiros e treze centésimos por cento) encontram-se realizados (cancelados ou pagos), restando R\$ 14.653.144,70 (quatorze milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, cento e quarenta e quatro reais e setenta centavos) para ser realizado no exercício de 2019.

Quadro 79 – Execução de Restos a Pagar

Restos a Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldo	Realização (%)
Processados	R\$ 4.530.460,54	R\$ 90.720,40	R\$ 4.093.280,54	R\$ 346.459,60	92,35

Não Processados	R\$ 44.525.928,88	R\$ 5.085.957,06	R\$ 25.133.286,72	R\$ 14.306.685,10	67,87
Total	R\$ 49.056.389,42	R\$ 5.176.677,46	R\$ 29.226.567,26	R\$ 14.653.144,70	70,13

Siafi: Tesourogerencial 22/01/2019.

Outras informações relevantes

Capítulo 07

7 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

7.1 Materialidade

7.1.1 Transações controladas e eventos relacionados que devem ser incluídos no relatório financeiro da UPC

Conforme o documento de suporte 'Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado' – Princípios básicos que sustentam a preparação do relatório integrado conceituam-se como materialidade e relevância:

a) Materialidade: o relatório deve divulgar informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade da UPC de alcançar seus objetivos no curto, médio e longo prazos.

b) Relevância: utilização de recursos federais e entrega de bens e serviços públicos à sociedade;

Considerando especialmente a materialidade e o volume de recursos destinados ao IFAM (dotação atualizada), em 2018, cinco ações dentre 12 existentes representaram 89,87% dos valores destinados ao IFAM para desenvolvimento de suas atividades.

No quadro abaixo, observa-se que a entrega de bens e serviços públicos à sociedade é observada com maior ênfase nas duas primeiras ações - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica e Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Estas ações apresentam o maior grau

de impacto nos objetivos estratégicos da instituição, de forma que devem receber maior atenção na apresentação de resultados da sua utilização, bem como a geração de valor.

Quadro 80 - Percentual de recursos por ação (materialidade)

Ações	Percentual de recursos recebidos por Ação orçamentária
20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12,57%
2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	2,95%
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	3,36%
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	19,71%
20TP - Pessoal Ativo da União	51,28%
Demais ações	10,13%

Fonte: Lei Orçamentária Anual – IFAM, 2018.

7.1.2 Riscos, oportunidades e impactos com efeito significativo sobre a capacidade da entidade de relatório financeiro de gerar valor

Considerando o 'Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado' conceitua-se riscos e oportunidades para organização aqueles que afetam a sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo.

A geração de valor pressupõe a utilização de oportunidades e o tratamento de impactos relacionados à área fim, de forma que deve ser dada

ênfase aos resultados do ensino, pesquisa e extensão.

Outros temas relevantes são relevantes, tais com: obras de engenharia, convênios realizados no âmbito do IFAM, ressalvas em relatórios de gestão passados – acúmulo de cargos, CGU-PAD, SISAC, Controle Patrimonial, Determinações do TCU e recomendações da CGU e AUDIG – principais temas em tópico específico, e Política de gestão de riscos e governança, conforme o grau de risco da atividade envolvida. Os temas estão incluídos em conformidade e governança, conforme resumo abaixo.

Quadro 81 - Matriz de materialidade

Matriz de materialidade
Ensino
Pesquisa
Extensão
Gestão Administrativa
Desenvolvimento - ações 20RL e 2994
Gestão de Pessoas
Governança e conformidade
Missão institucional
Parcerias
Gestão de riscos
Gestão
Eficiência
Controle e Auditoria

Elaboração: Diretoria Executiva, Auditoria Interna e Coordenação Geral de Governança e Controle Interno, 2019.

7.2 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Em 2018, o Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhou ao IFAM os seguintes Acórdãos, conforme o quadro abaixo:

Quadro 82 – Acórdãos TCU 2018

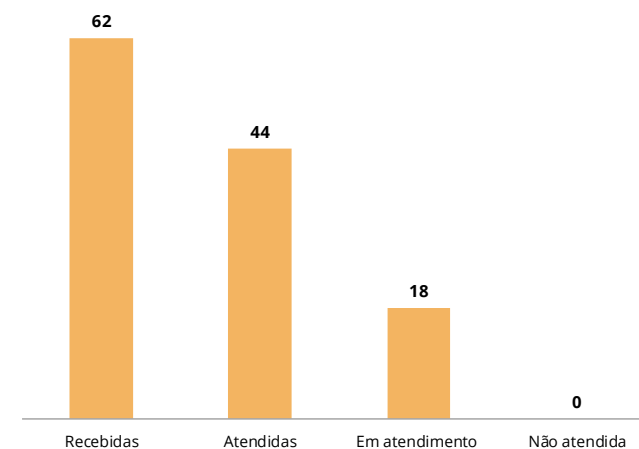
Processo	Acórdão	Objeto	Tratamento
TC 001.732/2018 - 8	1943/2018 - Plenário	Encaminha cópia do Acórdão 1943/2018-TCU-Plenário, que trata de Transparência ativa e passiva, para conhecimento e adoção das medidas previstas nos itens 9.1, 9.2 e 9.3, bem como da recomendação prevista no item 9.9	As determinações estão sendo cumpridas, por meio da atualização do site do IFAM.
TC 002.331/2018 - 7	2717/2018 - Plenário	Processo de denúncia que trata de possíveis irregularidades na Tomada de Preço 02/2017 e Contrato 14/2017 (construção do muro do Campus Zona Leste)	Os esclarecimentos foram prestados ao TCU, por meio do Ofício nº 291-Reitoria/IFAM/2018, de 20/12/2018.
TC 003.228/2018 - 5	Acórdão 9365 / 2018	Processo de representação (Denúncia) realizada junto ao TCU acerca do Pregão Eletrônico 006/2017 - CMDI, para contratação de Pessoa Jurídica especializada no fornecimento de refeição.	Os esclarecimentos foram prestados ao TCU, por meio do Ofício nº 44-Reitoria/IFAM/2018, de 23/03/2018.
TC 009.069/2015 - 1	10868/2018 - Segunda Câmara	Possíveis irregularidades no âmbito do IFAM/CMC, relativas à reforma de ginásio (Contrato 10/2011 - CMC)	Os esclarecimentos foram prestados ao TCU, por meio do Ofício nº 290-Reitoria/IFAM/2018, de 20/12/2018.

TC 025.594/2016 - 8	1178/2018 - Plenário	Cumprimento dos requisitos de Transparência estabelecidos na Lei de Acesso à Informação (LAI) e nas normas específicas pelas Fundações de Apoio e pelas respectivas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no que tange aos projetos apoiados, em âmbito nacional.	As determinações estão sendo cumpridas, por meio da atualização do site do IFAM e por meio de orientações enviadas à FAEPI.
TC 034.404.2016 - 3	6325/2018 - TCU - 2ª Câmara	A regularidade da execução de despesas com recursos do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Ifam repassados à Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização - Faepi.	Os esclarecimentos foram prestados ao TCU, por meio do Ofício nº 050-GR/IFAM/2019, de 19/02/2019.

Fonte: Auditoria Interna, 2018.

Considerando que ainda não houve retorno do TCU quanto ao atendimento das determinações, informa-se que a Auditoria Interna do IFAM, com base nas informações prestadas pela gestão do IFAM, realiza análise, monitoramento e classificação do status das demandas em “Atendida”, “Não atendida” e “Em atendimento”. Essa análise é opinativa e visa auxiliar na tomada de decisão da gestão quanto às próximas providências sobre os acórdãos. Nesse contexto, segue o Gráfico abaixo com o demonstrativo do tratamento das determinações do TCU recebidas em 2018.

Gráfico 86 - Tratamento das determinações do TCU recebidas em 2018



Fonte: Auditoria Interna, 2018.

Nota-se que das 62 determinações do TCU recebidas em 2018, mais de 70 % foram atendidas, portanto, houve êxito nos trabalhos realizados visando o cumprimento dessas demandas. As demandas pendentes encontram-se em atendimento, ou seja, a gestão está tomando providências para saná-las.

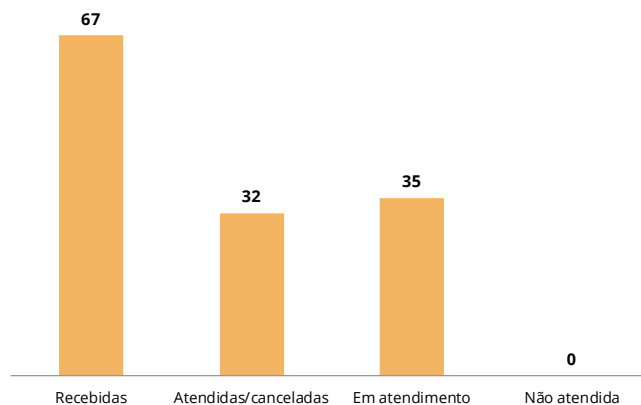
Destaca-se que o detalhamento da atividade de monitoramento e orientações, visando o atendimento das determinações e recomendações do TCU é realizada em parceria da Auditoria Interna com a Coordenação de Governança e Controle Interno.

7.7.1 – Recomendações da CGU

Em 2018, a Controladoria Geral da União (CGU) não encaminhou novas recomendações ao IFAM. Dessa forma foram realizadas atividades visando ao atendimento das demandas dos exercícios anteriores.

Para tanto, o IFAM enviou respostas para a Controladoria Geral da União, fazendo uso de alimentação de informações dentro do Sistema Monitor da própria CGU. Dessa forma, esse IFAM, está aguardando os resultados das análises feitas pela CGU.

Gráfico 87 - Tratamento das recomendações da CGU



Conforme pode ser observado, no Gráfico 88, das 67 recomendações emitidas pela CGU, 48% constam como resolvidas, restando 52% em atendimento. Ressalta-se, no entanto, que a Auditoria Interna, com base nas informações prestadas pela gestão do IFAM, realiza análise, monitoramento e classificação do status das demandas em “Atendida”, “Não atendida” e “Em atendimento”. Essa análise é opinativa e visa auxiliar na tomada de decisão da gestão quanto às próximas providências sobre as recomendações da CGU. Sendo assim, informa-se que das 35 recomendações em atendimento, 21 estão pendentes de análise pela CGU e 14 estão pendentes de solução definitiva por parte da gestão.

Ademais, a Auditoria Interna em parceria com a Coordenação de Governança e Controle Interno realiza atividades de acompanhamento e orientações, visando o atendimento das recomendações da CGU.

Anexos e Apêndices

APÊNDICE A - DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Os gestores reconhecem a responsabilidade por assegurar a integridade do relatório integrado; consideram a aplicação do pensamento coletivo na preparação e na apresentação do relatório integrado; e por fim, informam que sua opinião ou conclusão quanto ao fato apresentação do relatório integrado está de acordo com a Estrutura Internacional para Relato Integrado do IIRC.

Manaus, 28 de fevereiro de 2019.

Antônio Venâncio Castelo Branco
REITOR

Josiane Faraco de Andrade Rocha
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Jaime Cavalcante Alves
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Livia de Souza Camurca Lima
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Sandra Magni Darwach
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

José Pinheiro de Queiroz Neto
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Carla Condé Marques e Oliveira Bernhard
DIRETORIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS

2018



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

